

TEXTURA
Revista de Letras e História
Nº 16 - Jul./Dez. 2007
ISSN 1518-4919



COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA "SÃO PAULO"

Presidente

Delmar Stahnke

Vice-Presidente

João Rosado Maldonado



UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

Reitor

Ruben Eugen Becker

Vice-Reitor

Leandro Eugênio Becker

Pró-Reitor de Administração

Pedro Menegat

Pró-Reitor de Graduação da Unidade Canoas

Nestor Luiz João Beck

Pró-Reitor de Graduação das Unidades Externas

Osmar Rufatto

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Edmundo Kanan Marques

Pró-Reitor de Assuntos Institucionais e Comunitários

Jairo Jorge da Silva

Pró-Reitora de Ensino a Distância

Sirlei Dias Gomes

Capelão Geral

Gerhard Grasel

Ouvidor Geral

Eurilda Dias Roman

TEXTURA

Indexadores: CLASE; LATINDEX

Comissão Editorial

Dra. Jane Thompson Brodbeck

Dra. Maria Angélica Zubaran

Conselho Editorial

Ms. Astomiro Romais - ULBRA

Dr. Barbara Weinsten - University of Maryland

Dr. Edgar Roberto Kirchof - ULBRA

Dr. Evangelia Aravanis - ULBRA

Dr. Isabella Vieira de Bem - ULBRA

Dr. José Édil de Lima Alves - ULBRA

Dr. Katia Maria Paim Pozzer - ULBRA

Dr. Luiz Carlos Cagliari - UNICAMP

Dr. Luiz Francisco Dias - UFMG

Dr. Luana Fajardo - ULBRA

Dr. Maria Alice Braga - ULBRA

Dr. Maria E. Trillo - Texas Woman's University

Ms. Márcia Janete Espig - ULBRA

Dr. Marcio Pizarro Noronha - UFG

Dr. Margaret M. Bakos - PUCRS

Dr. Odiombar Rodrigues - ULBRA

Dr. Sandra Sirangelo Maggio - UFRGS

Dr. Sandra Jatahy Pesavento - UFRGS

Dr. Santa Inês Pavinato Caetano - ULBRA

Dr. Stephen Harris - University of New England

Editora da ULBRA

Diretor - Valter Kuchenbecker

Coord. de periódicos - Roger Kessler Gomes

Capa - Everaldo Manica Ficanha

Editoração - Roseli Menzen

Vendas/assinaturas

Av. Farroupilha, 8001 - CEP 92425-900 - Canoas/RS

Fone: (51) 3477.9118 - Fax: (51) 3477.9115

E-mail: vendaseditora@ulbra.br

Solicita-se permuta

We request exchange

On demande l'échange

Wir erbitten Austausch

Endereço para permuta/exchange

Universidade Luterana do Brasil

Biblioteca Martinho Lutero - Setor de aquisição

Av. Farroupilha, 8001 - CEP 92425-900 - Canoas/RS

E-mail: bibpermuta@ulbra.br

*Matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. Direitos autorais reservados.
Citação parcial permitida com referência à fonte.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

T355	Textura : revista do Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras / Universidade Luterana do Brasil. N. 1 (1999)- Canoas : Ed. ULBRA, 1999- . v. ; 28 cm.
	Semestral.
	A partir do n. 6/7 (2002/03), o subtítulo foi modificado para Revista de Letras e História
	ISSN 1518-4919
	1. Ciências Humanas periódicos. 2. Letras. 3. História. 4. Literatura. I. Universidade Luterana do Brasil.
	CDU 800(05) 93/99(05)

Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Martinho Lutero

Sumário

03 Editorial

Artigos

- 04 Semiose e narratividade na ficção de Alice Munro: o exemplo de “Friend of my Youth” e “Meneseutung”
Semiosis and narrativity in Alice Munro's fiction: Example of “Friend of my Youth” and “Meneseutung”
José dos Santos
- 17 O Franciscanismo na Idade Média: discussões historiográficas
Franciscanism in the Middle Ages: Historiographical discussions
José D’Assunção Barros
- 32 O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização
The Brazilian Indian: From landlord to marginalization
Joselaine Brondani Medeiros
- 44 O processo de construção de uma identidade nacional: o caso sul-rio-grandense
Building a national identity: The sul-rio-grandense case
Elaine dos Santos
- 58 Linguagem e representação da realidade
Language and representation of reality
Cristiane Fuzer
- 69 Recursos interpessoais na construção de papéis gramaticais
Interpersonal resources in the construction of grammatical roles
Sara Regina Scotta Cabral
- 83 Espaços singulares para leituras necessárias: projetando a recepção do texto dramático na escola
Unusual spaces for essential readings: Projecting the drama text reception in the school
Fabiano Tadeu Grazioli
- 100 Como lê uma criança que ainda não foi alfabetizada?
How does an illiterate child read?
Marília Forgearini Nunes

- 112** A plasticidade e o lugar do corpo em “The Chance”
The plasticity and place of the body in “The Chance”
Aline Amsberg de Almeida
- 127** Transformando a *capital do carvão* em *cidade das etnias*: o processo de transformação da identidade urbana de Criciúma/SC no período de seu centenário (1980)
Transforming the coal capital in ethnic city: The process of urban identity transformation of Criciúma/SC in its one hundredth anniversary (1980)
Michele Gonçalves Cardoso e Dorval do Nascimento
- 142** Normas editoriais

Editorial

Esta edição da *Textura* apresenta dez artigos com uma predominância de temas relacionados à identidade como se verifica no artigo de José dos Santos, intitulado “Semiose e narratividade na ficção de Alice Munro”, que utiliza uma abordagem semiótica (Peirce) a partir de dois contos da autora canadense, “Meneseung” e “Friend of my Youth”, cujas narrativas buscam reconstruir o passado. Em “O Franciscanismo na Idade Média”, o articulista José D’Assunção Barros apresenta uma visão panorâmica sobre o Franciscanismo tanto no âmbito da História da Religiosidade como da História Social e Política. No artigo “O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização”, Joselaine Brondani Medeiros ressalta a questão da invisibilidade dos índios no Brasil, utilizando a literatura como um dos meios de resgate da sua dignidade. Tema semelhante aparece no artigo de Elaine dos Santos, “O processo de construção de uma identidade nacional: o caso sul-rio-grandense”, que analisa as narrativas de mitificação e desmistificação do monarca das coxilhas. A autora Cristiane Fuzer, em seu artigo “Linguagem e representação da realidade”, analisa um texto anônimo da Internet à luz dos preceitos da gramática sistêmico-funcional, de Halliday e Mathiessen. Sara Regina Scotta Cabral, em seu artigo “Recursos interpessoais na construção de papéis gramaticais”, também se vale dos pressupostos teóricos da gramática sistêmico-funcional, de Halliday, neste caso a função interpessoal, para verificar como as *personas* textuais são construídas num texto publicado na *Folha de S. Paulo*. Fabiano Tadeu Grazioli, em “Espaços singulares para leituras necessárias: projetando a recepção do texto dramático na escola”, discute a importância das leituras dramáticas na sala de aula como uma das possibilidades que os professores de língua portuguesa e literatura possuem para incentivar a formação de leitores. Em “Como lê uma criança que ainda não foi alfabetizada?”, a autora Marília Forgearini Nunes apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com crianças ainda não alfabetizadas e as diversas etapas da investigação, apontando para a possibilidade do desenvolvimento da leitura, mesmo sem a educação formal. No artigo “A plasticidade e o lugar do corpo em ‘The Chance’”, a autora Aline Amsberg de Almeida utiliza teorias contemporâneas para contextualizar o corpo e os tipos de corpos no conto “The Chance”, do escritor australiano Peter Carey. Finalizando a edição nº 16 da *Textura*, podemos acompanhar os processos de mudança identitária da cidade de Criciúma através do estudo minucioso dos autores Michele Gonçalves Cardoso e Dorval do Nascimento, no artigo intitulado “Transformando a *capital do carvão* em *cidade das etnias*: o processo de transformação da identidade urbana de Criciúma/SC no período de seu centenário (1980)”. Mais uma vez, convidamos a comunidade acadêmica para iniciar a leitura dos artigos acima referidos que confirmam a qualidade e excelência da produção intelectual dos seus autores.

Jane T. Brodbeck

Editora chefe

Semiose e narratividade na ficção de Alice Munro: o exemplo de “Friend of my Youth” e “Meneseteung”

José dos Santos

RESUMO

Este artigo discute os aspectos semióticos da ficção de Alice Munro representados em dois contos de sua coleção intitulada *Friend of my Youth*: “Meneseteung” and “Friend of my Youth”, conto que dá título à obra. A premissa é que embora Munro pareça aderir às convenções tradicionais do realismo, uma leitura mais cerrada revela que ela desafia noções miméticas de referencialidade e conhecimento. Para Munro, conhecimento e realidade são produtos de relações semióticas envolvendo sentimentos, fatos, e interpretação. De uma maneira peirceana, estes dois contos articulam uma visão da realidade como produto de processos narrativos e construções semióticas de significado. Isto é, são resultados de relações entre Primeiridade, Secundidade e Terceiridade ou Signo, Objeto e Interpretante.

Palavras-chave: Semiose. Literatura canadense. Conto.

Semiosis and narrativity in Alice Munro’s fiction: Example of “Friend of my Youth” and “Meneseteung”

ABSTRACT

This article focuses on the semiotic aspects of Munro’s fiction as represented by two short stories from her collection *Friend of my Youth*: “Meneseteung” and “Friend of my Youth”, the story that provides the title for the collection. It argues that even though Munro, on the surface, adheres to conventional literary realism, on a deeper level she challenges mimetic notions of referentiality and knowledge. She treats knowledge and reality as the product of semiotic relations involving the interplay of feelings, conflicts, and interpretation. In a Peircean manner, these two short stories enact Munro’s notion of reality as the product of narrative acts and semiotic construction of meaning involving Firstness, Secondness, and Thirdness or Sign, Object and Interpretant.

Keywords: Semiosis. Canadian literature. Short-story.

- I -

Os contos da escritora canadense Alice Munro têm sido associados pela crítica nacional e internacional à tradição realista devido ao seu estilo descritivo e retrato

José dos Santos é Doutor em Letras. Prof. Adjunto de Literaturas de Expressão Inglesa – UFMG. E-mail: jdsantos35@yahoo.com

Endereço para correspondência: R. Professor Pimenta da Veiga, 121 ap. 302 – Cidade Nova. Belo Horizonte/MG. CEP: 31170-190. Fone: (31) 3486.0266. Cel. (31) 9615.6456.

Textura	Canoas	n.16	p.4-16	jul./dez. 2007
---------	--------	------	--------	----------------

meticuloso dos conflitos e mundo social de seus personagens (HEBLE, 1994). Usando a paisagem rural e semi-rural de Ontário, Canadá, como cenário de suas narrativas, Munro coloca lado a lado homens e mulheres de origens diferentes em busca de uma melhor compreensão da condição humana. Esta percepção realista de seus textos é inclusive corroborada por várias entrevistas dada pela própria autora, que em várias ocasiões ratifica sua preferência por um certo mimetismo em suas representações ficcionais: “Fico muito, muito tocada pelo que se pode chamar de superfície da vida [...] Sinto ser de grande importância captar o tom e a textura exata de como as coisas são” (apud HOY, 1980, p.100).¹

Porém, apesar deste aspecto mimético de sua ficção, o que muitos críticos têm observado recentemente é que suas histórias não se encaixam facilmente dentro do comumente chamado realismo literário. Embora haja de fato características realistas em seus textos, muitos críticos notam que é necessário qualificar o tipo de realismo que Munro emprega. Bharahi Mukherjee, por exemplo, em uma resenha de *Friend of my Youth* para o *New York Times* observa que Munro “aprofundou os canais do realismo” (apud HEBLE, 1994, p.3). George Woodcock (1986, p.2), ao comentar sobre os elementos fotográficos de sua ficção, compara seus textos ao que pintores do realismo fantástico fazem na tela, isto é, retratam “uma supra-realidade através do registro impecável de detalhes sob uma ótica preter-natural”. Lorraine M. York (1983, p.49) nota em Alice Munro a incorporação de teorias pós-modernas de fotografia, especialmente no modo hábil com que desfamiliariza uma experiência comum, o que chama de “paradoxo do familiar e do exótico”. Mark Nunes, do mesmo modo, argumenta que os contos mais recentes de Munro mostram significados atrelados a processos de narratividade. Em Munro, segundo ele, temos “uma estética de arranjos contingentes” e não uma tentativa de se alcançar uma realidade absoluta (1997, p.13). Ajay Heble (1994, p.7) observa que os textos de Munro, principalmente os mais recentes, “desconstroem a inteligibilidade do mundo” através do recurso por ele denominado como “discurso paradigmático”, isto é, a transmissão do significado não tanto pela presença, mas pela ausência, pelo jogo de possibilidades, pelo que *podia ser*. Neste sentido, Munro privilegia a textualidade ao invés de fatos ao situar suas narrativas em um mundo ficcional onde “referentes se tornam signos, objetos se tornam palavras, e significados se tornam significantes”.

Em suma, o que este resumo da crítica em torno dos contos de Munro nos últimos anos sugere é que embora suas narrativas exibam, por um lado, características da tradição realista literária, por outro parecem questionar e se distanciar destes mesmos parâmetros. Munro parece sugerir através de sua ficção que descrições e postulados sobre a realidade são apenas tentativas, e que significado em sua totalidade nunca é possível por ser contingente a um vasto domínio de possibilidades e contextos.

¹ Traduções tanto da bibliografia crítica da obra de Alice Munro quanto dos contos são de minha autoria.

É com esta visão em mente, isto é, como meditações epistemológicas, que este ensaio examinará dois contos de Alice Munro: “Friend of my Youth” e “Mensesetzung”. Será examinado, tanto ao nível de enredo quanto de personagens, como os dois textos articulam e questionam noções tradicionais de representação, significado, e postulados do conhecimento. Durante a apresentação, elementos da teoria da mente e conhecimento articulados pelo filósofo e semiótico Charles S. Peirce serão utilizados. De especial importância será a visão de conhecimento como um produto de relações entre sentimentos, realidades e sínteses – Primeiridade, Secundidade, Terceiridade. Para Peirce, a interação entre sujeito e mundo se dá de forma semiótica, isto é, através de uma relação envolvendo objetos, signos e interpretantes. Como uma compreensão destes conceitos básicos do pensamento de Peirce é importante para um entendimento das análises empreendidas neste ensaio, exporei primeiramente alguns destes princípios.

- II -

Um dos projetos de Peirce se constituía na tentativa de explicar, através de um novo grupo de categorias, a relação entre a mente e o mundo. Descontente com os modelos cartesianos e empiristas desenvolvidos por seus antecessores, Peirce embarcou numa jornada revisionista da filosofia ocidental com o intuito de entender como a consciência apreende os fenômenos ao seu redor. O modelo cartesiano com ênfase em conhecimento *a priori* era inadequado, segundo Peirce, pois relegava para segundo plano o conhecimento advindo de experiências sensoriais. O empirismo britânico, por outro lado, colocava a consciência como *tabula rasa*, isto é, como mera apreensora de estímulos externos.

Após anos de reflexão, Peirce chegou à conclusão de que a mente apreende todo e qualquer fenômeno de três modos, entrelaçados sim, porém, qualitativamente distintos. Como Kant, ele chamou também de categorias estes diferentes modos de apreensão da realidade, e em 1867, as denominou de categorias de Qualidade, Relação e Representação. Mais tarde, com o objetivo de dar mais teor científico a seu projeto, preferiu denominá-las de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. Ele formulou estas observações da seguinte forma: “Na minha opinião há três modos de existência. Proponho que podemos observá-los diretamente em o que quer que esteja perante a consciência em qualquer momento e de qualquer maneira. São: a possibilidade qualitativa [Primeiridade], o fato atual [Secundidade], e a Lei que governará fatos no futuro [Thirdness]” (PEIRCE, 1958, 1:23)². Primeiridade, segundo Peirce, pertence ao nível de percepção dos fenômenos onde só há qualidades, sentimentos, isto é, onde não há definição ou inteligibilidade ainda. É

² Todas as traduções de Peirce são minhas. Em casos onde já existe tradução dos mesmos trechos, as mesmas foram consultadas. As edições brasileiras são as seguintes: *Semiótica* (1977), tradução de J. Teixeira Coelho, São Paulo, Perspectiva; *Os Pensadores*, vol. XXXVI (1974), tradução de Armando M. D'Oliveira, São Paulo, Cultrix. Nas citações coloco o volume seguido do número do parágrafo da citação, como é de praxe em citações dos manuscritos de Peirce.

o mundo das sensações e das possibilidades. É a impressão de que algo está perante a mente, porém ainda em estado caótico e desordenado. Como explica Lúcia Santaella (1983, p.43), trata-se “de uma consciência imediata tal qual é. Nenhuma outra coisa senão pura qualidade de ser e sentir [...] é uma impressão (sentimento) *in totum*, indivisível, não analisável, inocente e frágil”. Neste nível de consciência das coisas, o fenômeno não é inteligível, pertencendo meramente à categoria de possibilidade. Primeiridade é, portanto, estágio das primeiras impressões, e como tal, é de difícil análise, pois, no momento em que se torna inteligível, já passa para outro nível de apreensão. Primeiridade é, em suma, nosso primeiro contato ou forma de apreender os fenômenos da natureza.

Secundidade é o mundo real, onde qualidades se encontram diluídas e representadas nas mais variadas formas de expressão física. O que antes era uma impressão agora se transforma, através de conflitos e reações com conhecimentos acumulados e presentes no momento, num fato. No entanto, este fato não é ainda completamente inteligível perante a mente. Apenas evolui de um estado de impressão ou sentimento de qualidade para algo real ou bruto. É no terceiro nível de apreensão que o fenômeno adquirirá formas conceituais inteligíveis capazes de serem analisadas. No estágio de Terceiridade, há uma síntese entre impressão e fato, sentimento e realidade, síntese essa transformada em uma unidade de pensamento inteligível. Peirce resume estas colocações assim:

Parece-me, portanto, que as verdadeiras categorias do pensamento são: primeiro sentimento [...] consciência passiva de qualidade, sem reconhecimento ou análise; segundo, o estar ciente de uma interrupção no domínio da consciência, sensação de resistência ao um fato externo ou outra coisa; terceiro, consciência sintética, a união do tempo, sensação de aprendizagem, pensamento. (1958, 1:23)

Consciência para Peirce envolve a inter-relação destas três modalidades de apreensão dos fenômenos. Pensamentos não se constituem simples representações de fenômenos externos como propunham os empiristas, ou produto de processos racionais *a priori*. Pensamentos pertencem ao mundo da Terceiridade, isto é, são produtos de processos sintéticos, a união de relações de qualidade e faticidade em um todo significativo.

É neste contexto que Peirce desenvolve sua teoria da linguagem, significação e dos signos. Para ele, pensar não é unir um conceito *a priori* a algo externo. Na verdade, estados de consciência envolvem representações semióticas, isto é, para fazer sentido do mundo e das coisas, a mente estabelece relações, sintetiza impressões em forma de signos, que são os mediadores entre o sujeito e mundo lá fora. Ao longo de seus estudos, Peirce providenciou várias definições de signos. Entre as mais citadas estão: “Um signo ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo

equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*” (PEIRCE, 1958, 2:228).

No âmbito das idéias, o que temos então são relações interpretativas. Operando em nível de terceiridade, a consciência entende o mundo através dos signos ali gerados. Signos, como a definição acima explica, são entidades triádicas, isto é, adquirem significado não por referencialidade, mas sim por relações. Um signo sempre se refere a um objeto, mas esta referência em si não é a geradora do significado. É na relação entre estes dois elementos e no signo mais elaborado criado na mente de um intérprete que o significado é determinado. A esse signo mais elaborado Peirce dá o nome de interpretante. Esses interpretantes, por sua vez, se transformam em outros signos ao longo do processo interpretativo, pois estabelecem novas relações e suscitam assim outros interpretantes. O que se cria então é uma cadeia *ad infinitum* de relações e interpretações, definida por Peirce de semiose. Em Peirce, processos racionais são produtos de relações e contextos.

- III -

Talvez nenhum outro texto em *Friend of my Youth* articule tão bem a preocupação de Munro com a complexidade da realidade como a narrativa que dá o título à coleção citada – “Friend of my Youth”³. Neste texto ela nos apresenta, a seu modo, uma visão do conhecimento e realidade com base não em objetividade ou racionalismo, mas sim em percepções, relações e sínteses. Em outras palavras, este conto transita pelas três categorias fenomenológicas de Peirce ao retratar conhecimento como progressão da esfera de possibilidades, crença ou intuição para fatos brutos ou realidade em si, e depois para o que Peirce denomina “consciência sintética, união do tempo” (1958, 1:377). Em outras palavras, a união de possibilidades e fatos em um todo significativo, um conceito geral, uma narrativa – Terceiridade.

“Friend of my Youth” apresenta uma narradora feminina relembrando sua infância, especialmente as histórias contadas por sua mãe. A narrativa, dividida em sete partes, contém uma introdução, exposição dos principais episódios, reflexões, lembranças e uma conclusão. Neste conto, uma mulher, neste caso, a mãe da narradora, hospedou-se por um tempo com a família Grieves enquanto trabalhava como professora em uma escola na área rural. Lá ela conheceu Flora, sua irmã Ellie, e Robert, o marido de Ellie. A história salienta, entre outras coisas, a estranha religião dos Grieves (Cameronianos), que fazia com que vivessem alienados dos demais moradores da cidade. Tinham, segundo os comentários, um estilo de vida um tanto atrasado para os tempos modernos.

³ Como tanto “Friend of my Youth” quanto “Meneseung” vêm da coletânea de contos intitulada *Alice Munro: Selected Short Stories*, publicada por Vintage Books, em 1996, nas citações no corpo do ensaio, somente as páginas serão mencionadas, para dar melhor fluidez ao texto.

Isto significava que não possuíam automóveis, eletricidade, telefone e trator para lavar a terra. Até mesmo atividades lúdicas, especialmente no domingo, eram proibidas.

Ellie e seu marido ocupavam os cômodos da frente da casa enquanto Flora tinha a cozinha e os cômodos dos fundos. A mãe da narradora se alojou em um quarto nos fundos junto com Flora. Ellie parecia estar constantemente doente e de cama, um sinal, segundo a hóspede, de que talvez estivesse grávida. Contudo, esse não era o caso, pois quando voltou no outono, a professora descobriu que Ellie tinha câncer. Flora fazia de tudo para aliviar a dor de sua irmã alimentando-a, limpando-a e lendo-lhe trechos da Bíblia. Quando sua condição piorou, uma enfermeira chamada Atkinson foi contratada para cuidar de Ellie.

No entanto, o que chamou a atenção da sua mãe, lembra a narradora, não foi a doença de Ellie ou os costumes diferentes da família e sim as histórias que circulavam a respeito do casamento de Ellie e Robert. Ao fazer amigos na comunidade, a professora descobriu que Flora era quem deveria estar morando nos cômodos principais da casa. De acordo com uma versão (a narradora relembra que sua mãe estava ciente de várias versões dos fatos), quando Robert veio para o vale, apaixonou-se por Flora. O namoro tornou-se público e aprovado pelo pai, que os aconselhou a marcar o casamento para dali a um ano.

Mesmo com a morte do pai, os planos permaneceram os mesmos. Porém, após alguns meses, lembravam os moradores, algo estranho interrompeu a rotina da família. Repentinamente, Ellie adoeceu e começou a agir de forma estranha e insana. Tornou-se violenta, auto-destrutiva, e Robert até chegou a amarrá-la em uma ocasião para impedir que se machucasse. No final um médico foi chamado e a verdade veio à tona: todo aquele nervosismo não passava de gravidez. O casamento realizou-se, mas não com quem se esperava, obviamente.

Porém, o que mais chocou a comunidade foi o comportamento de Flora durante todo o desenrolar do episódio. Sem um ar de reprovação ou mágoa aparente, ela compartilhou a casa com o novo casal e inclusive ajudou Robert a dividir os cômodos. Flora continuou com suas atividades normais, e agora, com a doença de Ellie, ajudava sua irmã em tudo o que podia. Trabalhava na fazenda com Robert, ia à cidade com ele fazer compras e vender produtos, além de frequentar a igreja normalmente. Nem um sinal sequer de sofrimento ou reprovação.

Ao encerrar a história contada por sua mãe, a narradora relembra que esta, ao mudar-se no final do ano letivo para casar-se, perguntava a si mesma, como, aliás, faziam todos na comunidade, se justiça não estava prestes a ser feita. A condição de Ellie era irreversível, e, portanto, após sua morte, nada mais justo do que Flora tomar seu lugar ao lado de Robert. Sua mãe já havia se casado e se estabelecido em uma cidade algumas milhas da fazenda dos Grieves, lembra a narradora, quando recebeu uma carta, não de Flora, que já havia escrito contando da morte de Ellie, mas de uma amiga sua do correio. O que esta leu a chocou profundamente. Contrário a todas as expectativas, Robert se casara com a enfermeira Atkinson e continuara a morar na casa.

A mãe acabou escrevendo a Flora comentando a respeito da injustiça. A resposta recebida algum tempo depois não foi nada amigável. Flora a acusou de dar ouvidos a comentários maliciosos rápido demais e daí tirar conclusões precipitadas. Ela estava feliz e não queria interferências em sua vida. Foi neste ponto que a correspondência entre as duas parou, lembra a narradora. “Minha mãe”, conclui ela, “se ocupou totalmente com sua vida e finalmente se tornou uma prisioneira dela” (p.468). Muitos anos mais tarde ela recebeu uma carta de Flora dizendo que não mais estava morando na fazenda. “Uma correspondência preocupante, omitindo tantas coisas” (p.472), lembra a narradora. Sua mãe não viveu tempo suficiente para responder essa última mensagem.

Apesar do aspecto descritivo e aparentemente linear desta narrativa, como o resumo acima sugere, “*Friend of my Youth*” se destaca entre os textos mais recentes de Munro por articular, através de sua metanarratividade, uma reflexão sobre a natureza do conhecimento. Aqui Munro abandona modelos lineares e estrutura a narrativa como uma história dentro de outra história. O leitor se depara, assim, com duas conclusões diferentes dos eventos na fazenda dos Grieves: a da mãe, juntando elementos soltos dos acontecimentos e depois dando um tom moral a toda a trama, e a da filha-narradora mais tarde construindo sua própria versão dos fatos.

Os conceitos de Peirce de primeiridade – sentimento de qualidade ou possibilidade, e secundidade – fatos brutos desprovidos de conteúdo significativo, abrem a narrativa. Primeiridade manifesta-se, por exemplo, no aspecto nebuloso em torno dos eventos que insistem em desafiar a compreensão da mãe da narradora. Tudo ao redor de Flora e seu comportamento para com Robert e Ellie é vago e incerto. Por que ela não deixou a fazenda após o casamento de sua irmã? Em um jogo de inferências, o texto aponta a tentativa da mãe em entender os acontecimentos juntando peças como que num quebra-cabeça: “A história de Flora e Ellie e Robert havia sido contada – ou o que as pessoas sabiam dela – em várias versões” (p.459). Em outra ocasião, ao observar o comportamento de Flora, ela tenta arduamente entender por que, por exemplo, Flora insistia em ler livros religiosos sobre condenação eterna, redenção, castigo ou eleição a uma pessoa à beira da morte. Estava Flora (conscientemente ou não) tentando punir sua irmã de forma velada ou tentando resgatar sua alma pecadora? Que segredo doloroso ou vingativo, se é que havia algum, se escondia por trás daquela máscara de benevolência e servidão? Por que Flora insistia em ignorar o fato de que foi abandonada e vilmente traída? Sua mãe, lembra a filha-narradora, saiu sem nenhuma resposta. A mãe lembrou que ao fazer as malas e partir, Flora se mostrava prestativa e alegre como sempre. Porém, uma de suas últimas observações, mesmo em tom jocoso, aumentou ainda mais a aura de mistério: “Casamento é mais aborrecimento do que eu havia imaginado [...]” (p.465). O texto abre, assim, com conhecimento operando no estágio das possibilidades e do incerto, domínio esse da primeiridade. Secundidade, o domínio dos fatos brutos, rodeia a mãe da narradora. Ellie, Robert, Flora e a casa dividida podem ser vistos como exemplo de secundidade. São signos ainda desprovidos de significado, pois a conexão entre estes e as várias possibilidades de significado ainda não foi estabelecida.

É na conclusão de “Friend of my Youth” que Munro articula o conceito de conhecimento como progressão de um estágio de crença, sentimento, intuição para um estágio onde impera a síntese ou terceira idade, como colocou Peirce. Ao concluir a história, o que se vê é o surgimento de duas visões ou interpretações partindo de um mesmo fato ou signo. A primeira narrativa se apresenta na interpretação da história de Flora feita pela mãe da narradora. Ela própria fala que tinha vontade de escrever um livro sobre Flora: “Se eu pudesse ser escritora – eu realmente acho que poderia; eu poderia ter sido escritora – eu teria escrito então a história da vida de Flora. E sabe que título eu daria ao livro: “A Virgem” (p.469). Para sua mãe, lembra a filha mais tarde, Flora havia se tornado a epítome da paciência e auto-sacrifício. Em sua mente, Flora continuaria com seu trabalho após a morte de Ellie e do casamento de Robert com a enfermeira. Ela continuaria a suportar a rejeição com a firme crença de que no futuro os ventos soprariam a seu favor, pois “os maus prosperam [...] os eleitos são envoltos em paciência e humildade e aliviados por uma certeza que nada poderá perturbar [...]” (p.469).

A narradora sublinha o fato de sua mãe ter tornado Flora um símbolo de santidade com um objetivo de inculcar nela lições de virtude e moralidade, necessários em uma mulher. Isto, lembra a narradora, contrariava totalmente os princípios que abraçava quando adolescente. Nesta época, via com desdém noções de auto-sacrifício e negação de seus desejos. Enquanto sua mãe “honrava a decência, modéstia, frieza, que poderiam proteger” uma mulher, ela “era a favor do palavreado chulo e inusitado [...] brincava com a idéia da ousadia e domínio masculino” (p.471). A saga de Flora é concluída, pelo menos por ora, ao transformar-se, na imaginação da mãe, em um símbolo e conceito da mulher ideal – terceira idade, norma, narrativa.

Conhecimento como inter-relação entre possibilidade ou sentimento de qualidade, fatos e sínteses se faz presente também na tentativa, por parte da filha, de entender a história de sua mãe. Logo de início nos deparamos com a narradora diante de várias alternativas, sentimento esse expresso com a narradora meditando a respeito de sonhos: “Eu costumava sonhar com minha mãe, e embora os detalhes no sonho variassem, a surpresa dele sempre era a mesma” (p.454). O sonho leva a agora adulta narradora a um mundo de imagens, sons, aromas e cores que compunham o mundo de sua infância. É um mundo desprovido de formas concretas, mas cujas impressões ainda permanecem vivas. É um passado pedindo para ser re-visitado, entendido e interpretado. Acessado em sonho, o passado se constitui primeiramente, pois o que impera aqui são sentimentos e impressões vagas na mente da narradora. É o domínio das possibilidades, incertezas, imaginação: “Eu recuperava então o que acordada havia perdido”, relembra a narradora (p.454). Os detalhes acerca de Flora como expostos por sua mãe constituem-se secundidade. São fatos, signos à espera de um agente interpretativo.

Terceira idade, o domínio da inteligibilidade e normatividade, é exemplificado na apropriação, por parte da narradora, da história de sua mãe, bem como da interpretação que esta dá aos fatos. Como sua mãe, ela também narrativiza a história de Flora, e pensa também poder escrever um livro: “Eu tinha minhas próprias idéias a respeito da história de Flora. Não acho que poderia escrever um romance, mas escreveria assim

mesmo. Tomaria um ângulo diferente” (p.470). Para a narradora, o signo Flora perde o tom de santidade ao se tornar uma fanática lendo livros religiosos com o intuito de levar sua irmã à insanidade. Ao contrário da mãe, a filha vê a negação dos desejos sexuais de Flora não como uma virtude, mas como o agente que a transforma numa entidade maligna “espiondo o que resta da vida de sua irmã” (p.470). Por trás da máscara de benevolência e servidão esconde-se um espírito vingativo aterrorizando Ellie até seus momentos finais.

De posse do conhecimento de que Flora não mais vive na fazenda, a narradora pode também fazer várias conexões a respeito de Flora, seu novo lar e estilo de vida: “Talvez tenha tido que aprender a lidar com liquidificadores ou serras elétricas, *negligees*, cosméticos, até mesmo preservativos” (p.473). Em suas imaginação, sente vontade de dizer-lhe o que pensa de sua história, mas Flora desafia sua capacidade de conhecer seus verdadeiros motivos, “[suas] informações, [sua] noção de que pode conhecer realmente alguma coisa sobre ela” (p.474). A narrativa chega ao fim, portanto, em tom de dúvida, com Flora permanecendo um interpretante aberto a uma cadeia infinita de possíveis significados.

Como “Friend of my Youth”, “Meneseung” também desafia noções tradicionais de representação ao apresentar duas narrativas paralelas, uma se alimentando na outra durante o processo de criação. Ao longo do texto, o que se vê é uma narradora deixando pistas e tecendo comentários paralelos, ainda que breves, sobre o processo de criação da história. Em outras palavras, o texto assume seu teor metanarrativo ao passar aos leitores a sensação de que o que está perante seus olhos é uma narrativa e nada mais. Neste jogo textual, a narrativa abandona noções metafísicas de verdade ao sugerir que conhecimento é fruto de processos semióticos envolvendo relações entre signos, objetos e interpretantes, isto é, entre primeiridade – sentimento, secundidade – fato, terceiridade – interpretação.

“Meneseung” conta a história de uma poetisa do século dezenove, Almeda Roth, seus conflitos pessoais, sua solidão, e possível interesse amoroso por seu vizinho Jarvis Poulter. A narrativa, como no texto anterior, também é dividida em partes, porém nesta, as divisões estão mais distintas. Filha de um fabricante de arreios de cavalos que citava Shakespeare, a Bíblia, e Edmundo Burke de cor, Almeda veio para o oeste do Canadá com sua família aos quinze anos. Apesar da prosperidade de seu pai no comércio de arreios e couro, a adversidade não deixou de ser uma constante na família. Três anos após sua chegada ao país, seu irmão e irmã adoeceram e vieram a falecer. A mãe faleceu três anos mais tarde, o que deixou Almeda na responsabilidade da casa e de seu pai. Ela cuidou dele até seu falecimento, doze anos mais tarde.

Como não se sentia apta a atividades comumente atribuídas a mulheres, tais como crochê e bordado, Almeda se dedicou a escrever versos. Para ela, esta atividade se tornou uma forma de lidar com as adversidades e solidão que sentia: “Desde cedo na vida encontrei prazer nos versos e me ocupei – a às vezes acalmei minhas tristezas, que têm sido não menos freqüentes, eu sei, do que qualquer outro indivíduo no mundo – da tarefa árdua de compô-los” (p.477). Na primeira parte do texto, a narradora nos

apresenta uma série de títulos e pequenas resenhas dos poemas de Almeda: “Children at Their Games”, “The Gypsy Fair”, “A Visit to my Family”, “Champlain at the Mouth of Meneseteung”, entre outros. São poemas que abordam o cotidiano do vilarejo, das pessoas e lendas do lugar.

Durante a narrativa, o leitor é informado sobre as dificuldades e solidão de Almeda, bem como sua tentativa de se manter ativa na igreja e na comunidade. A narradora comenta, entre vários outros aspectos da sua vida, seu possível interesse por Jarvis Poulter, um viúvo que se mudou para a comunidade com o propósito de explorar o comércio de sal. Os dois às vezes conversavam e caminhavam juntos, fato que os tornou alvos de pequenos comentários. Almeda nunca se casou, apesar de seus muitos dotes domésticos e intelectuais.

Ao longo dos anos, sua saúde se degenera e Almeda fica mais e mais isolada. Na última parte da narrativa, a narradora apresenta o noticiário de óbito do jornal local reportando a morte de Almeda, “uma dama de talento e refinamento cuja pena, em dias passados, enriqueceram nossa literatura local com um volume de versos eloqüentes e tocantes” (p.495). Um pouco menos de um ano depois falece também Jarvis Poulder, que segundo o jornal, “possuía um espírito vivaz e agudo para o comércio” (p.496). A narrativa termina com a narradora visitando o túmulo de Almeda Roth.

Se em termos de enredo e conteúdo o conto parece não chamar a atenção, o que se destaca logo no início e fica mais evidente à medida que a narrativa se desenvolve é a combinação que Munro faz entre história e ficção, entre observação e interpretação de signos. Nesta reconstrução do passado envolvendo a pessoa de Almeda, a narrativa deixa claro que a narradora é apenas intérprete de uma teia de signos, interpretações estas passíveis de questionamentos, obviamente. Como reitera Heble, aqui “Munro continua assinalando o fato que a história de Almeda está sendo recriada como parte de um ato autobiográfico no presente [...] o que nos possibilita perceber o grau de subjetividade do narrador no relato da vida de Almeda” (p.171). Evidente é também a inter-relação entre primeiridade – impressões e crenças da narradora quanto ao passado de Almeda, secundidade – o livro intitulado *Offerings* e os recortes de jornal (*Vidette*), e terceiridade – a reconstituição da história de Almeda a partir dos vários elementos diante da narradora. O conto articula, desta maneira, uma visão do conhecimento como produto de inferências e construção de significado.

O texto abre com a narradora operando em nível de primeiridade – sentimentos, impressões – e secundidade – fato bruto, ao tentar interpretar um signo, neste caso um livro intitulado *Offerings*, em cuja capa se encontra uma fotografia da poetisa e seu nome escrito em letras douradas. A narradora examina detalhes do livro e se detém nos traços físicos de Almeda como seu rosto, cabelos e olhos. Sua roupa também não escapa aos olhos da narradora. Esta relação entre signo e objeto, primeiridade e secundidade, logo gera uma interpretação, ou em termos semióticos, um signo mais desenvolvido, um interpretante ou terceiridade. A narradora estabelece relações e conclui: “É o chapéu sem formas e sem beiradas, algo como um gorro de lã, que me faz perceber nesta jovem intenções artísticas, ou pelo menos uma excentricidade teimosa

e tímida, cujo pescoço longo e inclinado para a frente indica também que é alta e delgada e um tanto desajeitada” (p.477). Observa também que da cintura para cima parece com um jovem nobre de outro século, mas talvez fosse a moda da época, fala para si mesma. Outras informações sobre a jovem poetisa vêm do prefácio do livro. Aqui ela obtém dados sobre o passado de Almeda, sua vinda ao Canadá, a perda dos pais, e a devoção à arte de escrever versos.

Contudo, é em recortes dum jornal local, o *Vidette*, que a narradora busca outros elementos para constituir não só o contexto em que Almeda viveu, como também seu perfil psicológico e intelectual. “Li tudo sobre essa vida no *Vidette*” (p.480), aponta a narradora, referindo-se à atmosfera da cidade com suas ruelas sujas de excremento de animais, crianças brincando nas calçadas, epidemias, ladrões, pregadores e oportunistas. O *Vidette*, aponta a narradora, é um espelho desta sociedade em que Almeda viveu, “cheio de piadinhas, insinuações, acusações abertas que nenhum jornal hoje em dia faria” (p.482).

É à partir desse contexto que a narradora infere os possíveis dramas pessoais de Almeda, isto é, se desloca para o domínio da terceiridade e de interpretantes. Por que Almeda não se casou haja vista a necessidade de casamento e prole num ambiente carente de mão de obra e famílias estruturadas? A narradora resume: “Ela era uma jovem um tanto melancólica – talvez isso tenha sido o problema”, além de “toda aquela leitura e poemas - parece ter sido mais um obstáculo, barreira, uma obsessão [...]” (p.484). A solidão a levou ao confinamento gradual e a fantasias envolvendo Jarvis Poulter: “Ela pensa nele vindo até em seu quarto – quarto deles – em seu pijama longo e chapéu. Ela sabe que essas vestes são ridículas, mas em sua mente não parecem assim [...]Ele entra em seu quarto e deita-se ao seu lado em preparação para tomá-la em seus braços” (p.485). Todas estas e outras fantasias povoam a mente de Almeda, que desenvolve insônia e precisa de remédios e soníferos para relaxar.

Porém, os remédios a deixam ainda mais agitada, continua a narradora, completando as lacunas deixadas pelo *Vidette*. Nas noites mal dormidas, “ela acorda, a noite parece quente como fogo e cheia de ameaças. Ela permanece deitada e tem a impressão de que os barulhos que ouve são facas e serras e machados [...]” (p.486). Em uma destas noites ela acaba sendo realmente testemunha de um ataque a uma mulher, fato que a leva à porta de Jarvis Poulter para pedir socorro. O incidente não leva a nada e Jarvis continua a vida de sempre. A narradora conjectura que talvez sejam momentos como estes de escape sob efeitos de medicamentos que “começam a sugerir palavras – não palavras específicas, mas um fluxo de palavras, em algum lugar, prontas para virem até ela. Poemas, mesmo. Sim, de novo, poemas” (p.493). É neste ambiente lutando para se manter sana que Almeda encerra seus dias, conclui a narradora. Aqui Almeda tenta buscar um poema que abrangeria todos os outros, um único que faria de todos os outros meros rascunhos inconseqüentes.

A última parte do conto ressalta mais uma vez não só a fascinação da narradora para com signos e interpretações, mas também o fascínio que essa atividade exerce em outras pessoas. Ao procurar pela lápide de Almeda, ela reitera suas conjecturas e aponta

para o fato de que a história de Almeda Roth continua em aberto, apesar de seus esforços em entendê-la. Outros virão e farão outras conexões, observa: “As pessoas são curiosas. Elas são levadas a descobrir coisas, mesmo acontecimentos triviais. Elas juntarão os fatos. Você as vê caminhando com cadernos, raspando a sujeira de lápides, lendo microfimes, na esperança de captar esta gota no tempo, fazer a conexão, resgatar algo dos escombros” (p.497). O conto termina com Munro evitando colocar um ponto final na história de Almeda. Como um interpretante, ela pertencerá ao universo semiótico não só da narradora, mas de muitos outros que venham a encontrar seu livro de poemas.

Como as observações acima ilustram, tanto em “Meneseung” como em “Friend of my Youth”, Munro deixa de lado noções tradicionais de referencialidade e objetividade ao articular uma epistemologia baseada em relações, inferências e interpretações. Como se pode constatar, ambas as narrativas buscam reconstruir o passado de seus respectivos personagens baseadas em fontes passíveis de várias interpretações. Como decifrador de uma cadeia de signos, ambas as narradoras se debatem num esforço construtivo onde o significado nunca é totalmente apreendido. Em “Friend of my Youth”, a história de Flora é uma incógnita, um signo evasivo tanto para mãe quanto para a filha. Como um signo, a vida de Flora resiste formulações totalizadoras. Da mesma forma, Almeda Roth resiste narrativas fechadas. O que resulta, então, são verdades sujeitas a interpretações de signos, a conexões entre signos, objetos e interpretantes, assim como a participação ativa dos sujeitos no processo de significação. O conhecimento é articulado como um processo inferencial e não referencial. Em outras palavras, é o produto da interação entre as três categorias do pensamento: primeiridade, secundidade e terceiridade. Como observa a narradora no parágrafo final de “Meneseung”, assim como ela outros virão tentar resgatar o passado de Almeda. Como ela, esses também estarão sujeitos também a processos de inferência, interpretações sígnicas, e conseqüentemente, erros e mal-entendidos: “E eles talvez cometam erros, afinal de contas. Eu possivelmente errei. Não sei se ela [Almeda] algum dia tomou laudanum. Muitas mulheres o faziam. Nem sei se ela algum dia fez geléia de uva” (p.497). Neste vai-vem de interpretações e inferências no fluxo da semiose, Munro sugere, nada é seguro e final.

REFERÊNCIAS

- HEBLE, Ajay. *The tumble of reason: Alice Munro's discourse of absence*. Toronto: University of Toronto Press, 1994.
- HOY, Helen. ‘Dull, simple, amazing and unforgettable’: paradox and double vision in Alice Munro’s fiction. *Studies in Canadian Literature*, v.5, n.1, p.100-115, Spring 1980.
- MUKHERJEE, Barati. Review of *Friend of my Youth*. *The New York Times Book Review*, New York, 18 March 1990. p.1, 31.
- MUNRO, Alice. *Selected short stories*. New York: Vintage Books, 1996.
- NUNES, Mark. Postmodern ‘Piecing: Alice Munro’s contingent ontologies. *Studies in Short Fiction*, Newberry, v.34, n.1, p.11-26, Winter 1997.

PEIRCE, Charles S. In: HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul (org.). *The collected papers of Charles S. Peirce*. Cambridge: Harvard University Press, 1958.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

WOODCOCK, George. The plots of life: the realism of Alice Munro. *Queen's Quarterly*, Toronto, v.93, n.2, p.235-250, Summer 1986.

YORK, Lorraine M. 'The other side of dailiness': The paradox of photography in Alice Munro's fiction. *Studies in Canadian Literature*, v.8, n.1, p.49-60.

O Franciscanismo na Idade Média: discussões historiográficas

José D'Assunção Barros

RESUMO

Este artigo busca elaborar uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento do Franciscanismo no decorrer da Idade Média, conjuntamente com as discussões historiográficas que têm contemplado o movimento franciscano tanto no âmbito da História da Religiosidade como no âmbito da História Social e Política. O texto também procura apresentar as principais fontes do movimento franciscano na Idade Média.

Palavras-chave: Franciscanismo. São Francisco de Assis. Ordens menores. Igreja Medieval.

Franciscanism in the Middle Ages: Historiographical discussions

ABSTRACT

This article tries to elaborate a panoramic view about Franciscanism along the Middle Ages, presenting the correspondent historiographic discussions that have been established around the Franciscan movement both in the field of religious history and in the fields of Social and Political history. The text also searches to present medieval sources related to the Franciscan movement in the Middle Ages.

Keywords: Franciscanism. São Francisco de Assis. Minor orders. Medieval Church.

1 O FRANCISCANISMO COMO OBJETO HISTORIOGRÁFICO

Quando alguém se propõe a discorrer sobre o movimento franciscano, não é raro que se pense imediatamente em certos aspectos que parecem conferir uma unidade bastante singular a esta ordem que surge no século XIII como um dos mais impactantes fenômenos religiosos de sua época. A partir da figura máxima de seu fundador – São Francisco de Assis – pensar-se-á provavelmente a intrigante questão da ‘pobreza voluntária’, na extrema ‘simplicidade’ alçada à categoria de ideal religioso irreduzível, na intensa ‘dedicação aos pobres e necessitados’ a partir de um novo ponto de vista que não é mais o do abastado homem caridoso que se coloca em posição de generosa superioridade. Pensar-se-á, enfim, em um movimento religioso que pela primeira vez relaciona-se com os pobres de maneira

José D'Assunção Barros é Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professor titular da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras nos cursos de Mestrado e Graduação em História, e professor visitante na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Endereço para correspondência: R. Senador Vergueiro, 218/205. Rio de Janeiro/RJ. CEP 2223.0001.

Textura	Canoas	n.16	p.17-31	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

horizontal, e não mais de forma vertical, assumindo através de seus próprios praticantes uma pobreza evangélica que os levaria a incorporarem humildemente rótulos como o de “mendicantes” e o de “frades menores”.

Contudo, a verdade é que o Franciscanismo apresenta uma diversidade interna que precisa ser compreendida. Depois de surgir da incontestável liderança de Francisco de Assis – um mercador italiano que, ao despojar-se radicalmente de seus bens materiais, acabava de inventar uma forma de dedicação religiosa inteiramente nova – e após ser reconhecida em 1209 como ‘ordem menor’ por Inocêncio III, a verdade é que a ordem dos ‘frades menores’ não teria sua unidade assegurada para além da morte de seu carismático fundador. Ainda mesmo no decorrer daquele atribulado século XIII em que a Igreja do ocidente se veria às voltas com uma verdadeira explosão de novas propostas de religiosidades e de comportamentos heréticos, logo surgiria no próprio seio do franciscanismo uma primeira divisão entre os “espirituais” e uma maioria mais convencional, esta que depois ainda se desdobraria em um grupo mais tolerante de “conventuais” e um grupo de “cumpridores” que pretendiam retornar ao rigor da vida do próprio São Francisco. Para mais além, no século XVI, já em pleno século humanista, surgiria a ordem dos capuchinhos, para não falar em correntes franciscanas como a dos *fraticelli*, que passaram a ser considerados seguidores de um desvio herético que tivera a sua origem no próprio âmbito do movimento franciscano.

Estes exemplos podem dar uma idéia inicial da significativa variedade que vai se desenvolvendo historicamente no próprio seio do Franciscanismo. Ao mesmo tempo, poderíamos ressaltar outros aspectos da singular variedade presente na ordem fundada por São Francisco de Assis. Esta variedade impõe-se quando começamos a nos aproximar das trajetórias individuais dos próprios atores sociais que integravam o movimento franciscano. Muitos deles dedicaram-se a uma abnegada atividade apostólica que não afrontava necessariamente os poderes públicos, e em alguns casos até se tornaram confessores ou conselheiros de príncipes e reis, como o faria Gilberto de Tournai em relação a São Luís. Outros – como o pregador popular Geraldo de Módena, que ajudara a inflamar em 1235 o movimento da “grande devoção” em Parma – teriam desempenhado um papel mais marcante e contestador em um mundo urbano suscetível a turbulentas transformações. Outros franciscanos, por fim – como São Boaventura, Roger Bacon ou João Dumas Escoto – viriam ocupar um lugar destacado no seio do movimento da Escolástica e das Universidades, em contraste com irmãos menores que não tinham as mesmas preocupações culturais, ou mesmo em contraste com a posição do próprio São Francisco, que depois de iniciar o movimento costumava manifestar nas suas mensagens, com relação ao trabalho intelectual, “uma certa desconfiança, quando não uma hostilidade” (LE GOFF, 2001, p.216).

De qualquer modo, se existe um primeiro e incontestável traço de unidade a ser destacado, é o de que o Franciscanismo, como um todo, impactou profundamente a sua época, surgindo no seio de uma grande vaga de propostas de novas formas de religiosidade, algumas no âmbito da própria Reforma da Igreja Medieval, outras no âmbito de um movimento laico que ansiava por viver uma vida realmente

apostólica, e outras ainda dentro de um quadro de movimentos que seriam logo classificados como heréticos. A proposta do franciscanismo – uma das duas ordens mendicantes surgidas no século XIII – conseguiu simultaneamente materializar uma prática social singular a partir de uma nova forma de religiosidade e ocupar um lugar bastante especial na Igreja Medieval. Seus primeiros contemporâneos reconhecem explicitamente a sua importância e originalidade, e é bastante sintomático que Jacques de Vitry, cônego regular que escreveu por volta de 1220 uma *Historia Occidentalis*, atribua-lhe um lugar especial à parte, ao lado dos eremitas, monges e cônegos. Da mesma forma, Burchard d’Urspreng (m.1230), reconhece no franciscanismo – e também na ordem dos pregadores dominicanos – este sopro de originalidade: “O mundo já ia envelhecendo, [quando] nasceram duas instituições religiosas na Igreja, [com] as quais, à semelhança das águias, a juventude se renova” (LEMMENS, *Testimonia Minora* apud LE GOFF, 2001, p.194).

É preciso compreender junto a isto que o Franciscanismo surge como um inquietante sopro renovador frente à Igreja de seu tempo, e também diante de outros movimentos que começavam a expressar novas formas de religiosidade ou fortes interesses em reformar antigas práticas religiosas. Para boa parte do monaquismo tradicional do século XII, por exemplo, a *vita apostolica* que ansiavam por viver era pouco mais do que uma vida comum de pobreza individual e orações, não apresentando um programa de trabalho pastoral e de ação no mundo junto às populações mais humildes. Contudo, no próprio seio do movimento monástico, e também entre os cônegos, foi se desenvolvendo a idéia de que uma verdadeira *vita apostolica* deveria passar a incluir algum tipo de atividade pastoral. É este ideal que iria se materializar nas primeiras décadas do século XIII com a proposta dos mendicantes. Dessa maneira, o Franciscanismo deverá ser visto dentro de um quadro geral em que se desenvolve uma nova forma religiosa de se situar no mundo, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma forma de responder aos desafios de seu tempo.

Essa proposição nos leva a identificação de um segundo traço geral, mais complexo, que recobre toda a proposta do movimento franciscano e do qual também se aperceberam os seus contemporâneos. Diante de um quadro que fizera emergir uma série de movimentos religiosos dissidentes que se alicerçavam de um lado em uma referência exclusiva ao Evangelho, e de outro em uma aspiração religiosa puramente interior – muitas vezes utilizando o próprio Evangelho contra a Igreja tradicional e abordando esta aspiração a uma religiosidade interior como uma crítica à mediação eclesial – o Franciscanismo traria, ao contrário, uma resposta surpreendente à possibilidade de “viver de acordo com o Evangelho, no seio da Igreja e no Coração do Mundo” (VAUCHEZ, 1995, p.126). Ou seja, o movimento Franciscano conciliava muitos dos anseios religiosos mais radicais com a possibilidade de atuação dentro da Igreja tradicional, e, mais ainda, rejeitando a solução monástica de “fuga do mundo”.

Neste sentido, uma via importante para a compreensão do Franciscanismo é situá-lo simultaneamente frente a outros movimentos religiosos de seu tempo, e frente à Igreja tradicional, comandada pela Santa Sé. Relações do Franciscanismo com outros

movimentos têm sido pesquisadas e aventadas com bastante interesse pelos historiadores, e, mesmo os contemporâneos, a seu tempo, pensaram nestas ligações. É assim que Burchard de Ursperg – cônego premostratense que escreveu entre 1210 e 1216 – comparou os franciscanos a grupos valdenses de Católicos Pobres, que de fato tinham como um dos pontos principais de seu programa religioso o ideal da *Imitatio Christe*, tão característico do Franciscanismo. Outras relações, por sua vez, poderiam ser feitas com os *Humiliati*, ou mesmo com os cistercienses. De qualquer modo, um fato de máxima relevância é a hábil absorção do movimento franciscano pela Santa Sé, o que contrapõe os destinos do Franciscanismo ao de movimentos que a Igreja considerou necessário reprimir, notadamente sob a designação de serem heresias que precisavam ser combatidas por vezes de maneira violenta.

A assimilação à Igreja através do reconhecimento papal, aliás, permite que se compare ainda o franciscanismo ao segundo movimento mendicante que se afirmou na mesma época: o dos Frades Pregadores ou Dominicanos, também este assimilado pela Igreja e, mais do que isto, reapropriado pelo próprio Papado como instrumento eficaz no combate às heresias, sendo depois conferidas aos frades dominicanos as funções repressivas que se manifestaram na oficialização da instituição da Inquisição. À parte este destino bastante diferenciado no seio da Igreja comandada pela Santa Sé, a comparação dos franciscanos com os dominicanos permite de um lado identificar um substrato de anseios em comum – ancorados no ideal original de uma vida baseada na pobreza evangélica, no amor caritativo e no proselitismo itinerante do mundo – e por outro lado opô-los no interior de outros movimentos, como a Escolástica e o movimento das Universidades, onde franciscanos e dominicanos freqüentemente se situaram em campos opostos.

Com vistas a este aspecto, aliás, será oportuno lembrar a profunda relação dos franciscanos com a vida urbana. Tal como observa Michel Mollat em *Os Pobres na Idade Média*, os mendicantes não se estabeleceram logo de início nas cidades, mas com o tempo foram se aproximando – a princípio se instalando nos subúrbios precariamente urbanizados – para finalmente se instalarem no coração das cidades (MOLLAT, 1989, p.120). Foi nas cidades que eles encontraram o ambiente mais propício para o seu trabalho pastoral, para o seu apostolado junto aos mais necessitados, e para o ideal que perseguiam de viver na pobreza material. Ao mesmo tempo, uma interessante simbiose se estabelecia entre franciscanos e a população mais pobre das cidades. Nestas – “onde a pobreza fermentava sob o império do dinheiro” – os franciscanos vislumbravam um território privilegiado para o seu apostolado; enquanto isso, muitos dos cidadãos simpatizavam com os mendicantes porque neles viam uma resposta às suas inquietações morais (MOLLAT, 1989, p.120).

É extremamente significativo, aliás, o fato de que através do estudo dos mendicantes torna-se possível estudar mais sistematicamente as próprias cidades medievais, tal como propôs Jacques Le Goff em seu célebre estudo sobre *O Apogeu da Cidade Medieval* (LE GOFF, 1998). Enfim, para os medievalistas interessados no estudo das cidades medievais, será possível situar os franciscanos no âmbito de um revelador

mosaico de correntes eclesiásticas urbanas que, ao lado do clero secular, do clero dos cônegos regulares saídos do movimento canônico do século XII, e do clero regular ainda ligado ao velho monaquismo beneditino, reservará um lugar verdadeiramente especial ao novo clero regular ligado às ordens mendicantes.

Por fim, uma última relação significativa, e talvez a mais importante, refere-se às relações dos franciscanos com a Pobreza – não com a idéia de “pobreza voluntária”, assumida como princípio fundador da própria *Ordem dos Menores* – mas com a Pobreza gerada pelo mundo, aquela que encontra nas cidades medievais um extraordinário ponto de concentração e sujeita os seres humanos aos mais inquietantes contrastes. Neste particular, teriam sido os franciscanos os responsáveis pela introdução de uma nova visão sobre o pobre: um pobre que passa a ser valorizado em si mesmo, e não mais como mero instrumento para a salvação do rico (MOLLAT, 1989, p.117). Esta mudança no conjunto de práticas e representações religiosas que se estabelecem sobre os pobres tornar-se-ia particularmente importante no último período da Idade Média e na transição para o mundo moderno, pois ela também será contraposta na passagem para o período Moderno a um novo circuito de representações que procurava impingir ao pobre desempregado ou desenraizado o anátema de “marginal” ou “vagabundo” que deve ser perseguido e enquadrado em sistema econômico e social que começa rapidamente a se transformar.

A proposta deste texto, a seguir, será a de verificar as relações do Franciscanismo com as grandes questões do seu tempo – desde as décadas fundadoras no início do século XIII e, particularmente, no decorrer dos séculos XIV e XV quando, passado o século inicial de fundação do movimento e já vivenciando a profunda crise que se desenvolve na cristandade e no ocidente medieval, o Franciscanismo extrairá de sua inserção no mundo uma prática de vida que se nutre das necessidades e dos desafios no sentido de dar uma resposta às angústias humanas destes novos tempos.

2 AS FONTES PARA O ESTUDO DO FRANCISCANISMO

Entre as fontes oriundas do próprio Franciscanismo e de outros meios eclesiásticos, citaremos tanto as obras e documentos produzidos pela própria Ordem dos Menores, como a documentação da Santa Sé que a ela se refere. Um ponto de partida está nas regras oficiais da ordem – primeiro a *Regula Primitiva*, depois a *Regula Prima* (1221), e finalmente a *Regula Bullata* (1223) que foi aceita pelo papa Honório III como regra definitiva da ordem. Naturalmente que as Regras sempre suscitem possibilidades interpretativas, e a variedade de posições relacionadas à Regra, que havia sido estabelecida definitivamente, chega a gerar a necessidade de uma bula papal, em 1230, em que o cardeal Gregório IX busca esclarecer alguns pontos polêmicos no documento intitulado *Quo elongati*. Bulas papais relativas à ordem começarão a aparecer em maior quantidade a partir de fins do século XIII, quando começam a despontar os conflitos entre algumas correntes mais radicais de “espirituais” franciscanos e as disposições a elas impostas pela Santa Sé.

Ainda envolvendo os aspectos iniciais relacionados à institucionalização e clericalização da ordem, constituem documentação de destaque os *Estatutos* de 1240 ou as Constituições de *Narbona*, ordenadas por São Boaventura em 1260, já na direção maior da Ordem dos Menores. Entre as fontes franciscanas, destacam-se naturalmente os vários “escritos” do próprio Francisco de Assis, inclusive o seu famoso *Testamento*, ou obras como o *Cântico dos Cânticos* – este que tem o mérito de realizar uma “osmose fecunda entre a cultura profana e a cultura religiosa” (VAUCHEZ, 1995, p.131). As biografias sobre São Francisco, escritas entre os séculos XIII e XV por seguidores e simpatizantes, também constituem naturalmente um conjunto de fontes importantes para os historiadores analisarem as formas de pensamento e expressão tipicamente franciscanas. Da mesma forma, a correspondência entre franciscanos – a começar pelas cartas de São Francisco a companheiros de Ordem como Santo Antônio de Pádua – podem oferecer rico material de análise aos historiadores. Boa parte destas fontes encontra-se publicada pelas *Éditions franciscaines* – tanto no que se refere aos *Escritos de Francisco de Assis* (1981) como às biografias escritas por aqueles que viveram o período de expansão e consolidação da Ordem dos Menores (1968). Fontes que retratam a vida dos fundadores da ordem, como a “Vida dos três companheiros”, também se acham publicadas – entre outros documentos de importância capital – nos *Arquivos Históricos Franciscanos* organizados por Desbonnet (1974). Aqui também poderíamos incluir tratados diversos de autoria de franciscanos, como o *Sacrum commercium* escrito em 1240, ou, já no século XIV, o *Arbor vitae cruxifigae Jesu*, de autoria do franciscano “espiritual” Ubertino de Casale (m. 1330). Neste período começa particularmente a surgir uma maior variedade de concepções franciscanas, da qual podemos registrar como exemplo significativo as *Meditações* de Ângela Foligno (m.1308), ou ainda os poemas de Jacopone da Todi (m.1306).

Um gênero que surge com os próprios mendicantes, e por isto se mostra bastante significativo, é o dos “manuais de confessores”. Uma vez que o IV Concílio de Latrão havia sinalizado a necessidade de um maior empenho eclesiástico na educação das consciências, os mendicantes tomaram a si a tarefa de se oferecerem como confessores, e aqueles que estavam mais familiarizados com as práticas literárias deixaram por escrito estes manuais que são reveladores das práticas e representações medievais em relação à pobreza e a indigência. O gênero iniciado por Tomás de Chobham no século XIII atinge o século XIV com o manual de Jean André – apresentando a pobreza sob o “duplo aspecto de um estado de espírito e o de uma realidade vivida” (MOLLAT, 1989, p.123). Os ‘manuais de confessores’ são reveladores não apenas das representações dos próprios mendicantes, como também das representações sociais da época contra as quais eles freqüentemente tinham de se defrontar. Assim, Jean André vê-se forçado a lembrar a todo instante que “a pobreza não é um vício”, e tampouco um “estado pecaminoso”, lançando indiretamente uma forte luz sobre as concepções então vigentes nas sociedades que procuravam conscientizar. O gênero dos manuais dos confessores seguiria adiante, e atingiria os séculos XVI e XVII.

Os ‘sermões’ constituem outro conjunto de fontes igualmente significativas – igualmente reveladoras tanto em relação ao próprio discurso mendicante, como em relação ao quadro cultural, mental e comportamental daqueles contemporâneos a quem se destinavam. Muito difundido entre os franciscanos e outros pregadores mendicantes era o uso dos *exempla*, historinhas moralizantes que procuravam tocar o receptor levando-se em consideração aspectos diversos como a sua própria condição social e cultural. Foram reunidas no período medieval diversas coletâneas de *exempla*, como as de Gossouin ou João de Chatillon.

É também numa destas seletas de *exempla*, a *Tabula Exemplorum secundum ordinem alphabeti*, composta por um franciscano de fins do século XIII, que encontraremos um surpreendente esboço de reflexão social que clama por um mundo onde a riqueza fosse mais equitativamente distribuída. De igual maneira, escolásticos como o franciscano São Boaventura, e diversos outros, deixaram publicados textos vários, que são certamente fontes históricas importantes para a compreensão da variedade de discursos produzida no franciscanismo ligado ao movimento universitário.

Há também as fontes de contemporâneos que descrevem ou discutem o movimento franciscano. Jacques de Vitry, na sua *Historia Occidentalis*, descreve o movimento no seu estágio inicial, o mesmo ocorrendo com a *Chronicon* de Burchard d’Urspreng (m.1230). Teremos inclusive os depoimentos daqueles que tiveram a oportunidade de observar em ação não apenas as primeiras gerações de franciscanos, como o próprio São Francisco de Assis.

3 DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

A atualização da historiografia sobre o Franciscanismo deve ser acompanhada com especial atenção através dos trabalhos de historiadores profissionais nos congressos internacionais dedicados mais especificamente aos estudos do Franciscanismo. Um exemplo importante é a conferência sobre “Franciscanismo e modelos culturais do século XIII”, proferida por Jacques Le Goff no *VIII Congresso da Sociedade Internacional de Estudos Franciscanos* e mais tarde incorporada à coletânea de quatro ensaios que Jacques Le Goff publicou em 1999 com o título *São Francisco de Assis* (LE GOFF, 2001).

Existe ainda a necessidade de acompanhar de perto os mais recentes trabalhos dos especialistas que relacionaram o estudo do Franciscanismo a questões mais específicas, associadas aos desenvolvimentos recentes da historiografia como a emergência de uma nova história cultural ou de uma nova história política, e, portanto considerando sob uma nova perspectiva conceitos já tradicionais como o de “cultura” ou “poder”. Essas aberturas, beneficiadas por novas metodologias e interdisciplinaridades, passaram a encontrar aplicação no estudo de aspectos como as ‘estratégias discursivas’ e o ‘imaginário político franciscano’, sendo oportuno lembrar aqui a obra escrita em 1999 por Jacques Dalarum com o título

“São Francisco, ou o Poder em Questão” (DALARUM, 1999). Visando um arco de tempo maior correspondente aos limites entre o século XIII e XVI – e que nos interessará mais especialmente neste texto em vista de se examinar o desenvolvimento do Franciscanismo nos séculos posteriores – há que citar o brilhante estudo de Felice Accrocca sobre “Francisco e suas imagens” (ACCROCCA, 1997), que procura rastrear no movimento franciscano a história das transformações que se vão operando na imagem de seu fundador, com isso conseguindo examinar os próprios modos de pensar ligados ao Franciscanismo. O autor, é oportuno lembrar, tem contribuído ainda para a sistematização de aspectos metodológicos relacionados às fontes franciscanas.

Como estes, existem os clássicos – aqueles textos que, ao aprofundarem o estudo histórico do Franciscanismo dentro de uma análise mais ampla da medievalidade, embora também em uma direção específica, conquistaram merecidamente a posição de referências obrigatórias sobre o assunto. No seu já clássico livro sobre *Os Pobres na Idade Média*, escrito em 1979, Michel Mollat oferece um imprescindível capítulo dedicado à questão do Franciscanismo e às ordens mendicantes, cortada transversalmente pela questão das práticas e representações que estiveram associadas à Pobreza no período medieval (MOLLAT, 1989)

A obra de Andrés Vauchez sobre *A Espiritualidade na Idade Média* (1995) é já também um clássico, permitindo situar o Franciscanismo no âmbito de outros movimentos religiosos de sua época e no quadro de um desenvolvimento histórico das diversas formas religiosas através de contextos que se apresentam no decurso da Idade Média. Convém lembrar, inclusive, que Vauchez publicou mais recentemente um estudo específico sobre “Francisco de Assis e as Ordens Mendicantes” (VAUCHEZ, 2005), que aprofunda questões que são levantadas naquela obra mais geral. A análise de Vauchez avança no sentido de verificar como, no contexto turbulento de sua época, os franciscanos conseguiram sintetizar aspectos característicos de uma autêntica tradição cristã com as aspirações, por vezes contraditórias, de vários dos movimentos religiosos que tinham marcado as gerações precedentes (VAUCHEZ, 1995, p.127). Assim, o modelo oferecido pelo próprio Francisco de Assis com a sua história de vida, nem sempre concretizado pelas sucessivas gerações de franciscanos, permitiria associar em um único movimento o objetivo apostólico e a experiência ascética, o evangelismo integral e o espírito de obediência.

As relações entre os franciscanos e o meio urbano foram examinadas atentamente por historiadores como Jacques Le Goff. Merecem destaque dois ensaios específicos sobre a interação entre os mendicantes e os meios citadinos, “Apostolat mendiant et fait urbain” (LE GOFF, 1968, p.335-352) e “Ordres Mendiants et urbanisation” (LE GOFF, 1976, p.939-940). Tal como assinala o historiador francês, os meios urbanos ofereciam o terreno ideal para a nova atitude trazida por estes homens que começavam a construir um novo modelo de santidade:

Querendo romper com a tradição monástica que preconizava a instalação na solidão, eles implantaram seus conventos (que não eram mosteiros) no meio dos homens e, a princípio, no meio daqueles ‘homens novos’ de cujos problemas queriam encarregar-se e cujos desvios pretendiam combater, os homens das cidades. (LE GOFF, 1998, p.48)

“Convento”, e não “mosteiro”, é já uma primeira indicação a registrar. Georges Duby, em um texto datado de 1966, já se preocupava em se inserir neste debate ressaltando muito claramente que o ‘convento’ difere do ‘claustro’ por não se fechar nele a vida dos religiosos. Não seria, neste sentido, mais do que um abrigo para o qual os frades, uma vez tendo cumprido a sua tarefa diária, poderiam regressar para dormir e partilhar a comida esmolada nos subúrbios (DUBY, 1978, p.141).

Tal foi o interesse dos mendicantes em se instalarem no espaço urbano, que dominicanos, franciscanos, agostinhos e carmelitas logo teriam de chegar a um acordo concernente à sua distribuição equilibrada pela cidade. Assim, sob a mediação e determinação pontifical, chega-se a uma proposta que organiza a variedade e a quantidade mendicante no recinto urbano. Na historiografia francesa mais recente, este rastreamento da organização da diversidade mendicante no espaço urbano – com base nas fontes de época e na própria cultura material legada pelas cidades – foi abordado de maneira particularmente feliz por Jacques LE GOFF:

No interior de uma mesma cidade, em consequência de diversas medidas do papado unificadas por Clemente IV na bula *Quie plerumque* de 28 de junho de 1268, cada convento teve que se estabelecer a menos de trezentas ‘varas’ em linha reta (cerca de 500 m) do convento mendicante mais próximo. (LE GOFF, 1998, p.49)

O número de conventos mendicantes inseridos em uma formação urbana, aliás, é apontado por Jacques Le Goff como um indicador eficaz para repensar os padrões de dimensionamento urbano, tal como estes eram sentidos pelos próprios medievais. Da mesma forma, o sucesso mendicante nos meios urbanos pode ser avaliado pela sua migração da periferia para o centro ao longo do século XIII, à medida que os mendicantes “faziam a conquista social, financeira e moral dos cidadãos” (LE GOFF, 1998, p.51).

4 PROBLEMATIZAÇÕES

A principal singularidade do Franciscanismo, em meio ao grande conjunto de propostas religiosas que emergem na Idade Média, está associada ao fato de que São Francisco – o grande fundador da Ordem e de uma nova forma de religiosidade diante da questão da inserção espiritual no mundo – tinha se proposto a renunciar não só à propriedade individual, como também à propriedade comunitária. Dessa maneira,

resolvia-se, ainda que de maneira inquietante, a grande contradição dos antigos movimentos monásticos em que se contraditava a pobreza individual de seus membros com a imensa riqueza coletiva de mosteiros e ordens monásticas que haviam se transformado grandes proprietários fundiários no período medieval. Além disto, a proposta de rigorosa pobreza voluntária deveria estar combinada a uma atividade secular de assistência e sacerdócio, esta mesma voltada principalmente para os pobres e desassistidos do mundo. Desta maneira, pela primeira vez um grupo de membros da Igreja cristã, que a seu tempo receberiam a legitimidade do reconhecimento papal, apresentava-se como “pobres” aos próprios pobres, recusando-se simultaneamente a “fugir ao mundo” como haviam feito diversos monges de sua época, e a assumir até mesmo a segurança que poderia lhe proporcionar a habitual estrutura da Igreja tradicional, uma Instituição que se constituía certamente em uma das maiores forças de riqueza e poder em sua época.

É particularmente importante observar que, ao assumirem a designação de “minores” – que no vocabulário político das comunas italianas da época era a palavra destinada a designar as categorias da população tidas como inferiores ou que estavam excluídas do poder – os franciscanos rompiam, “discreta, mas profundamente, o laço estreito que existia entre o estado religioso e a condição senhorial” (VAUCHEZ, 1995, p.127). No texto original da *Primeira Regra* (1221) torna-se muito explícita esta recusa a apropriar-se do trabalho de outrem – como haviam feito os grandes mosteiros onde a pobreza individual do homem contrastava com a riqueza coletiva de instituições monacais que constituíam verdadeiras senhorias coletivas dotadas de inúmeros servos e trabalhadores dependentes.

Adicionalmente, um outro traço de rompimento em relação aos modelos hierárquicos da época residia nesta nova concepção de uma ordem religiosa na qual clérigos e leigos situavam-se em perfeita condição de igualdade, o que afrontava a tradicional cisão entre *oratores* e *laboratores* que havia sido tão ciosamente cultivada pela Igreja em uma rede intertextual cujas origens remontam aos textos primordiais de Aldebarão de Laon e Gerardo de Cambrai. A percepção da permanência do imaginário das três ordens, mesmo já em períodos posteriores através de textos como o *Tratado das ordens e simples Dignidades* de Charles Loyseau (DUBY, 1982, p.26), já em pleno século XVII (1610), permite entrever que a tensão gerada pelo discurso mendicante em relação ao sistema hierárquico de sua época não deixava de se atualizar. O Franciscanismo, ao seu modo, rompera com um certo ordenamento do mundo, que interessava simultaneamente aos poderosos do mundo laico e do mundo eclesiástico, e que encontrara na ideologia da trifuncionalidade medieval a sua expressão mais acabada.

Resta então refletir sobre o problema. Por que, apesar de tantos traços que afrontam o discurso hierárquico de sua época, os franciscanos foram a seu tempo incorporados à Igreja como ordens menores? Certamente que, de um lado, seria preciso nos referirmos à sensibilidade de Inocêncio III com relação aos problemas de sua época. Recolhendo uma experiência em que a Santa Sé tivera de enfrentar as

novas formas de religiosidade, a elas classificando por vezes como heresias, ao Papa não teria passado despercebido um aspecto que também não deixava de compor a complexa singularidade dos franciscanos e de outras ordens mendicantes. A “obediência” à Igreja era colocada pelos franciscanos como um princípio fundamental, o que os diferenciaria francamente dos valdenses que, mesmo proibidos de pregar pelo bispo local, optaram por afrontar a hierarquia eclesiástica em favor do apostolado evangélico que haviam assumido como Missão. Do mesmo modo, ao contrário do cátaros, que afrontavam diretamente a intermediação dos padres e a necessidade de seguir os sacramentos ordenados pela Santa Sé, a proposta franciscana era a claramente a de integrar a estrutura da Igreja. Não é de se estranhar que as ordens menores e a ordem dos pregadores dominicanos, habilmente assimiladas pelo Papado, tenham sido incumbidas de funções importantes que, para a Igreja, emergiam como necessidades daquela época: a divulgação da prática da Confissão, para a qual os franciscanos foram muitas vezes designados, e a repressão das heresias através da Inquisição, missão que logo caberia historicamente a alguns dos dominicanos.

Ainda com relação ao imaginário de poder presente no pensamento franciscano, já se observou, também, que as cidades mostraram-se desde logo como campos privilegiados para a missão apostólica dos franciscanos precisamente porque permitiam associar a “fraternidade” às solidariedades horizontais tão típicas dos meios urbanos (MOLLAT, 1989, p.121). Ao esquema vertical e hierarquizado do prelado que “desce às suas ovelhas”, os franciscanos e outras ordens mendicantes traziam uma nova forma de solidariedade onde a própria pobreza era partilhada, onde se dissolvia o sentimento de superioridade que muitos dos clérigos possuíam por se representarem a si mesmos como uma ordem superior no triângulo da trifuncionalidade.

Será preciso levantar ainda um outro lado do problema. Com a expansão do Franciscanismo e sua transformação em Ordem, mostrou-se necessário aos fundadores do movimento criar uma hierarquia dirigida por um Ministro Geral e que a seguir se desdobra em “ministros” das províncias e em “guardiões” dos conventos, o que já aparece na *Regula Bullata* que foi aprovada pelo papado em 1223. As tensões de uma comunidade mendicante com as hierarquias que ela mesma deveria gerar enquanto ordem institucionalizada foram na medida do possível contornadas com a preocupação de que todas as suas funções hierárquicas fossem eletivas e provisórias. Desta maneira, as necessidades prementes de o pensamento e prática religiosa franciscana se materializarem institucionalmente em uma Ordem, lidando a partir daí com a diversidade interna e confrontando-a com uma sociedade externa tão rigidamente hierarquizada e plena de desigualdades econômicas, seja no século fundador ou nos séculos subseqüentes, logo colocaria em questão a idéia discutida por alguns historiadores de uma “utopia franciscana” (VAUCHEZ, 1995, p.130). A “utopia franciscana” seria realizável? A história do movimento não responde a esta indagação, senão com as inevitáveis contradições, como a da gigantesca e suntuosa

Basilica de Assis, decorada pelos mais conhecidos pintores da época, e que foi erguida por um dos sucessores de São Francisco para guardar os restos mortais daquele que havia assumido por missão viver uma vida na mais pura pobreza, mas que, depois de morto, sobreviveria à sua própria morte eternizado por uma arte brilhante e opulenta, em contradição com um imaginário que permaneceria igualmente vivo e que continuaria inspirando movimentos posteriores.

5 OS NOVOS TEMPOS

As últimas décadas do século XIII preparam as divisões que estariam por vir. Entrar-se-á em uma nova etapa da história do Franciscanismo, e também do movimento mendicante como um todo. Em 1277, a Escolástica – que abrigava a parte mais letrada das ordens mendicantes na pessoa dos mestres universitários franciscanos e dominicanos – sofre um abalo irremediável com a condenação de alguns textos que haviam constituído até então o corpo canônico do qual os filósofos e teólogos deveriam extrair a matéria de seus problemas acadêmicos. Há uma condenação de alguns textos aristotélicos e das posições mais racionalistas, na verdade expressão de divisões internas que acabaram a certa altura por opor filósofos e teólogos mais conservadores. Daí emergiriam novas correntes de pensamento no âmbito da escolástica desenvolvida por franciscanos e dominicanos, como seria o caso do misticismo de João Duns Escoto ou do nominalismo de Ockham.

Mas as grandes rupturas estariam por se dar fora das disputas acadêmicas que constituíam o mundo escolástico dos universitários. O concílio de Lyon marca um ponto de viragem em diversos níveis, pois o papado resolvera intervir em uma questão muito cara à maioria dos franciscanos. Ao dispensar do ‘voto da pobreza’ um franciscano chamado Jerônimo Áscoli, o papado trouxe à tona nos últimos anos de século XIII uma questão que já fervilhava há algumas décadas no seio da Ordem dos Menores. Desde a morte de São Francisco de Assis, estava no ar a questão do rigor a partir do qual os franciscanos deveriam seguir o modelo de vida inspirado pelo seu fundador. A idéia da ‘pobreza voluntária’ – não apenas no âmbito individual, como ocorria em diversas ordens monásticas, mas também no âmbito coletivo – constituía, como já se colocou, um dos principais pontos de originalidade do Franciscanismo. Por outro lado, o que permitira a São Francisco concretizar os radicais ideais evangélicos de seu grupo no interior da estrutura eclesiástica fora a sua declaração de ‘obediência ao papado’ como outro de seus princípios fundamentais, e o *Testamento* que deixa aos seus companheiros franciscanos reitera isto uma última vez. No final do século XIII os acontecimentos precipitam essa contradição: seria facultado ao papado, a quem os franciscanos deviam obediência primordial, o direito de interferir neste outro princípio fundamental da Ordem que era a questão da recusa em ter bens mesmo em comum?

A corrente dos “Espirituais” estabelece-se precisamente entre aqueles que cerram fileiras em torno dos princípios fundadores da pobreza franciscana. Mas alguns vão mais além. Embora algumas bulas papais posteriores tenham expressado a tentativa de

amenizar o conflito que surgira tão enfaticamente com o concílio de Lion (o *Exiit qui seminat* de Nicolas III, de 1279, e o *Exultantes* de Martins IV, de 1283), um grupo mais radical decidiu recorrer mais tarde ao papa Celestino IV, que lhes autorizou saírem da Ordem para constituírem um grupo novo. Os papas subseqüentes decidiram contudo dispersá-los ou persegui-los, o que se dá mais enfaticamente sob João XXII (1316-1334). Uma declaração deste último papa sobre a Regra franciscana, mas tendo em vista os dissidentes que estavam a ponto de afrontar o Papado – conclui enfaticamente com a seguinte afirmação: “Grande é a pobreza, mas maior é a integridade. O máximo é o bem da obediência” (*Quorundam exigit*, 1317).

Na bula *Santa Romana* (1317), João XXII chega a condenar alguns dos grupos mais radicais de *espirituais* como rebeldes, associando estes que logo seriam conhecidos como *Fratricelli* a outros grupos heréticos como os beguinos. Este longo episódio que se iniciara em fins do século XIII e atingira a segunda década do século XIV, passando por uma seqüência de papas até chegar em João XXII, expõe os claros sintomas não apenas de um movimento franciscano que começa a se fragmentar e perder a sua identidade inicial, mas também de uma Santa Sé hesitante e dividida que logo enfrentaria suas próprias cisões, sem contar as divisões que também começariam a ameaçar de fragmentação a Igreja como um todo. O século XIV será de fato um século de cismas, de propostas reformistas que ainda não sairiam vitoriosas, de revivescência de antigas e novas heresias. Para a questão que nos interessa, as contradições entre o movimento franciscano mais radical e o Papado teria ainda outros lances que não deixariam de envolver também o poder temporal, já que o imperador Luís da Baviera tomaria o partido dos franciscanos contestadores. Esta questão, e outros interesses mais complexos envolvendo as antigas contradições entre Império e Papado, desembocariam mais adiante no Grande Cisma.

Este será, portanto, o segundo século de existência do Franciscanismo: um século XIV que praticamente se abre com as terríveis fomes de 1315 e 1316, com a crise de um mundo superpovoado que já enfrentava seus limites produtivos e que dentro em breve se veria abatido pela Grande Peste de 1348, e que ao mesmo tempo logo estaria abalado pela partilha de uma Igreja Católica ameaçada por cismas papais e sacudida por novas propostas reformistas mescladas a movimentos sociais violentamente sufocados. Neste novo mundo em crise, a imagem de São Francisco parte-se em novas possibilidades. Dos “espirituais” – aquela corrente franciscana que pretendia seguir rigorosamente o exemplo de São Francisco para daí fazer da pobreza um absoluto – não demoraria muito a surgirem movimentos desejosos de realizar na terra a “utopia franciscana”, sob o prisma de uma eclesiologia radicalmente anti-hierárquica (VAUCHEZ, 1995, p.133). A condenação destes que foram denominados *Fratricelli* retrata bem este período de tensões sociais de onde partiriam tanto os mais desesperados anseios de libertação, como também uma violenta ação repressora que adentra o século XIV dando continuidade ao projeto da Inquisição, definitivamente estabilizado sob a responsabilidade da ordem mendicante dos Dominicanos. De igual maneira, ao nível dos Estados que começam a consolidar

seus mecanismos de centralização, tomam forma na Inglaterra os *Estatutos dos Trabalhadores* e legislações similares na França e outros países, todas destinadas a controlar uma força de trabalho que começa a se insurgir contra condições desfavoráveis ou mesmo insuportáveis de trabalho.

É neste quadro convulsionado que florescem os *fraticelli*. Rígidos defensores da “pobreza absoluta” que julgavam preservar como a verdadeira herança franciscana, eles costumavam viver em lugares isolados ou em eremitérios, ao mesmo tempo em que continuavam a usar o hábito dos franciscanos e, como estes, a organizarem-se em províncias governadas por um geral. A bula *Gloriosam ecclesiam* (1318), que condenava os espirituais da Toscana refugiados na Sicília, menciona entre os erros da nova seita a idéia de que existiriam duas Igrejas: uma espiritual (a Igreja pobre dos *fraticelli*) e a outra carnal, identificada com a Igreja romana.

Percebe-se aqui a incorporação, mesmo que vaga, de algo do pensamento dualista que lembra as heresias do século anterior. Expelidos para fora do circuito eclesiástico da Santa Sé, os *fraticelli* começavam a se aproximar de propostas de outros movimentos heréticos e a negar a validade dos sacramentos, uma vez que estes estariam sendo administrados por sacerdotes ilegítimos, autorizados por uma hierarquia que eles não mais reconheciam. Por outro lado, alguns deles também passaram a compartilhar das idéias de Joaquim de Flora sobre o fim do mundo. Sua difusão, sobretudo na Itália, foi particularmente favorecida pelas circunstâncias da época: o exílio dos papas em Avignon e o cisma do Ocidente, a luta das Comunas italianas contra a autoridade eclesiástica. Combatidos e perseguidos pela Inquisição, os *fraticelli* terminariam por desaparecer por volta da metade do século XV.

O Franciscanismo, enfim, estabilizar-se-ia como instituição que, de um lado, muitos já não viam como capaz de preservar na sua pureza original os ideais de São Francisco de Assis, e que, de outro lado, havia explorado os seus limites chegando à necessidade de excluir da Ordem aqueles que foram julgados transgressores. Estabilizada, a Ordem Franciscana perderia um pouco da força que nos tempos medievais dela fizeram um dos grandes motores da história religiosa.

REFERÊNCIAS

ACCROCCA, Felice. *Francesco e le sue immagini. Momenti della evoluzione della coscienza storica dei frati minori (sec. XIII–XVI)*. Padua: Centro di Studi Antoniani, 1997.

DALARUM, Jacques. *François d'Assise ou le pouvoir em question. Principes et modalités du gouvernement dans l'ordre des Frères mineurs*. Paris / Bruxelas: DeBoeck Université, 1999.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais*. Lisboa: Estampa, 1978.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

- LE GOFF, Jacques. “Franciscanismo e modelos culturais do século XIII”. In: _____. *São Francisco de Assis*. São Paulo: Record, 2001.
- LE GOFF, Jacques. “Apostolat mendiant et fait urbain”, *Annales ESC*, 23, 1968. p.335-352.
- LE GOFF, Jacques. “Ordres Mendiants et urbanisation”, *Annales ESC*, 1976, p.939-940.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOLLAT, Michel. *O pobre na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VAUCHEZ. Maurice. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- VAUCHEZ. Maurice. *Francesco d’Assisi e gli ordini mendicanti. Medioevo Franceseano, Saggi 10*. Assis: Edizioni Porziuncola, 2005.

O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização

Joselaine Brondani Medeiros

Quem me dera, ao menos uma vez,
Ter de volta todo o ouro que entreguei
A quem conseguiu me convencer
Que era prova de amizade
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha.

Quem me dera, ao menos uma vez,
Como a mais bela tribo, dos mais belos índios,
Não ser atacado por ser inocente.

Nos deram espelhos e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui.
(Trechos da música *Índios*, do grupo Legião Urbana)

RESUMO

O índio, desde o descobrimento do Brasil, vem sofrendo com discriminações, violência e exploração. O “verdadeiro” dono da terra hoje não tem terra nem meio de sobrevivência, vivendo à margem da sociedade e não tendo voz nem oportunidades. O que se pretende, com esse artigo, é resgatar, através da Literatura, a História dos índios, que está na marginalidade. No Brasil, ele é esquecido ou, então, idolatrado, visto como o “bom selvagem”, o mito fundador, porém não se questiona a sua realidade atual nem se tenta fazer algo para que sua dignidade e esperança sejam recuperadas.

Palavras-chave: Índio. História. Marginalização.

The Brazilian Indian: From landlord to marginalization

ABSTRACT

Indians have been suffering from discrimination, violence and exploration since the discovery of Brazil. The “genuine” owner of the land today does not have land, neither a way of survival. He lives apart from society and has neither voice, nor opportunity. What is intended with this article is to recover, through Literature, the Indian History, which is marginalized. In Brazil, he is forgotten or worshiped; he is seen as “the good savage”, “the myth founder”, but it is not questioned his current reality, nor one tries to do something in order to recover his dignity and hope.

Key words: Indian. History. Marginalization.

Joselaine Brondani Medeiros é doutoranda (PUCRS). Atividades de pesquisa relacionadas aos temas autoritarismo, violência, desumanização, crítica social, intersecção entre Literatura, História, Sociologia. Dissertação de Mestrado sobre a obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e tese em andamento sobre as obras testemunhais *É isto um homem?* e *A trégua*, do autor italiano Primo Levi.

Endereço para correspondência: Dr. Pantaleão, 50, apto. 201. CEP: 97010-180. Santa Maria/RS. Fone (55) 3222.1442. E-mail: jobrmediros@hotmail.com

Textura	Canoas	n.16	p.32-43	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

O COMEÇO DO FIO

Neste artigo, propõe-se uma análise das obras *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, *Ubirajara*, de José de Alencar e *A Expedição Montaigne*, de Antônio Callado, visando observar a representação do índio nessas obras, uma vez que pertencem a períodos distintos e trazem na sua base visões ideológicas, bem como verificar como é construída a sua identidade ao longo das épocas.

Os índios foram os primeiros habitantes da terra brasileira, e as próprias cartas dos viajantes confirmam tal fato. Quando a frota de Cabral ancorou em Porto Seguro, os membros da tripulação viram os índios como conta, por exemplo, Pero Vaz de Caminha, na carta ao rei de Portugal dom Manuel I, e Pero de Magalhães Gândavo em *História da Província de Santa Cruz*.

Os índios possuíam seus costumes, suas crenças, seus rituais, seu modo de viver sempre em contato com a natureza, donde tiravam o seu alimento. A natureza e o índio viviam em plena harmonia até a chegada dos portugueses, que dizimaram os índios e depredaram a natureza com o intuito de obter bens materiais. Os portugueses não tinham o objetivo de colonizar, mas, sim, de obter riquezas e voltar para a sua terra. Porém, nem sempre é essa a História apresentada: Pero de Magalhães Gândavo, por exemplo, apresenta uma versão mostrando os portugueses como salvadores e os índios como bandidos e selvagens. A História oficial do descobrimento do Brasil, portanto, não é neutra. Pelo contrário, ela carrega a ideologia e os interesses de quem está no poder, ou seja, a elite portuguesa.

OS “NÓS” DA HISTÓRIA

Na obra *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, Gândavo escreve a dom Lionis Pereira, que foi governador de Malaca e de outras partes da Índia, contando como as embarcações chegaram a Província de Santa Cruz e o que encontraram nela. Semelhante a Caminha, comenta que, ao chegarem, eles rezaram e pregaram uma cruz no alto de uma árvore e que os índios apareceram e demonstraram interesse pela doutrina cristã. Desde o início, fica claro o interesse dos portugueses: catequizar os índios e cristianizá-los.

A Companhia de Jesus, que veio junto com os portugueses, tinha por meta aumentar o número de fiéis, uma vez que, na Europa, espalhavam-se outras doutrinas, como a luterana. Todavia, também tinham outros interesses: buscar riquezas. Ou seja, ao mesmo tempo que propagavam a fê cristã, procuravam ouro e metais preciosos para aumentar os bens da Igreja e da Coroa portuguesa.

Atrás desse objetivo “tão nobre” de cristianizar os selvagens, os portugueses exploraram o território brasileiro, como descreve Gândavo, ao dizer que aqui encontraram terras boas e férteis: “toda está vestida de mui alto e espesso arvoredo, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa

toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquella temperatura de primavera que cá nos offerece Abril e Maio” (GÂNDAVO, 2000, p.7). Descreve também as plantas, as frutas e os animais nativos que aqui encontrou.

No entanto, ele dedica muitas páginas à descrição do *gentio*, que habitava na província. Segundo sua visão, os índios eram desagradáveis, desumanos, cruéis e bárbaros, inclinados a brigas e a guerras, geralmente por vingança. Além disso, “sam sui deshonestos e dados á sensualidade e assi se entregam aos vícios como se nelles nam houvera razão de homens” (GÂNDAVO, 2000, p.25).

Para ele, os índios eram como os animais ferozes, difíceis de serem domesticados, andavam nus mostrando suas vergonhas e adotavam a poligamia. Criavam seus filhos viciosamente, não aplicando castigo nem lhes ensinando a ter vergonha de mostrar as suas vergonhas. Essa marca mostra o distanciamento entre as duas culturas: a indígena e a portuguesa, eurocêntrica. A palavra “vergonha” é ambígua, significando tanto embaraço e constrangimento, como os órgãos sexuais dos indígenas que ficavam desnudos. Isso era inquietante para a moral portuguesa, mascarada de pudores e de regras sociais e religiosas.

Com relação à língua, Gândavo escreve que era exótica, como seus falantes, mas, na verdade, o que mais lhe chamava atenção era a ausência de três letras F, L e R. Isso, para ele, era espantoso, pois “nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido” (GÂNDAVO, 2000, p.25). Dessa forma, os portugueses implantaram as capitanias, com povoados, cristianizaram os índios, que passaram a servir de escravos, e exploraram livremente o continente, primeiro extraindo madeira e destruindo a natureza, depois explorando o interior, buscando ouro e pedras preciosas, que foram enviadas para a Coroa portuguesa.

Finalmente que como Deos tenha de muito longe esta terra dedicada á Christandade e o interesse seja o que mais leva os homens tras si que outra nenhuma cousa que haja na vida, parece manifesto querer interte-los na terra com esta riqueza do mar até chegarem a descobrir aquellas grandes minas que a mesma terra promete, pera que assi desta maneira tragam ainda toda aquella cega e bárbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa Santa Fé Cathólica, que será descobrir-lhe outras maiores no céu, o qual nosso senhor permita que assi seja pera gloria sua e salvação de tantas almas. (GÂNDAVO, 2000, p.23)

Os portugueses tinham como missão explorar o continente, tanto que o Brasil nasceu e foi sustentado pelos seguintes pilares: desigualdades sociais, discriminações, pobreza e subdesenvolvimento. O que houve no Brasil, de acordo com Chauí (2000), foi só a sua fundação, como nação, mas não a sua formação e conseqüente transformação. A nação cresceu sob o signo das adversidades e contradições.

Na Literatura Colonial, o índio foi marginalizado, destituído de sua identidade e taxado de “mal”, por não adotar a religião católica, por andar nu, por ser canibal, ou

seja, por ser ele mesmo. O índio devia seguir os moldes e a conduta dos portugueses, ou melhor, virar um fantoche dos portugueses, domesticado e aculturado. No período romântico, a temática indígena aflora novamente, sobretudo com José de Alencar. Este autor se insere em uma época que busca afirmar a nação brasileira. Como enfatiza Candido (2000), no Romantismo, busca-se aliar o patriotismo e o nativismo, ou seja, o sentimento de apeço à nação, em vias de formação, e o intuito de produzir uma literatura independente aliado ao sentimento de exaltação da natureza. Em *Literatura e subdesenvolvimento*, Candido (1987, p.141) continua salientando que:

a idéia de *pátria* se vinculava à de natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.

A idéia de “terra bela – pátria grande” (CANDIDO, 1987, p.142) está presente nos romances indianistas de Alencar, que são bastante idealizados e mostram, por exemplo, um índio bravo, lutador, forte, filho da terra e sem medo de enfrentar os perigos. Assim como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), *Ubirajara*, publicado em 1874, tem como personagem um índio idealizado, exaltado como herói e como unificador da raça indígena. A única diferença é que a narrativa se desenrola em um período anterior à chegada do descobridor no Brasil. Há, nessa obra, inúmeras notas de rodapé, escritas pelo autor, cuja intenção é detalhar o índio e aspectos da sua cultura, bem como mostrar visões de historiadores, viajantes ou escritores sobre o próprio processo de colonização.

Apesar de ser a última obra indianista de Alencar, ele continua comprometido com o indianismo ao relatar a história de Jaguarê, que era filho de Camacã, chefe dos araguaiaias, e queria, assim como seu pai, ser um grande guerreiro. Para isso, precisava achar um outro guerreiro a sua altura, partindo ao encontro dele. Na floresta, conhece uma caçadora, Araci, que era “filha da valente nação dos tocantins” (ALENCAR, 1974, p.15) e se encanta pela sua beleza. Esta foge para sua aldeia e avisa Pojucã, que vem ao encontro de Jaguarê. Na floresta, é travada uma luta entre os dois guerreiros. A luta é intensa, pois ambos são muito fortes e bravos; porém, a valentia de Jaguarê é maior, e Pojucã se torna seu prisioneiro.

Quando o corpo robusto de Pojucã tombava, cravado pelo dardo, Jaguarê d’um salto calcou a mão direita sobre o ombro esquerdo do vencido, e brandindo a arma sangrenta, soltou o grito do triunfo:

- Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro invencível que tem por arma a serpente. Reconhece o teu vencedor, Pojucã, e proclama o primeiro dos guerreiros, pois te venceu a ti, o maior guerreiro que existiu antes dele. (ALENCAR, 1974, p.26-7)

Depois disso, Jaguarê, agora Ubirajara, parte para sua aldeia e conta os seus feitos gloriosos, sendo aclamado pelo seu pai e pelo restante da tribo. Pojucã, o inimigo vencido, confirma que Ubirajara é o guerreiro mais corajoso e poderoso de toda nação indígena, dizendo que “seu braço é como corisco do céu; e a sua força como tempestade que desce das nuvens” (ALENCAR, 1974, p.31). Ubirajara consagra-se chefe dos araguaiaias.

Pojucã agora era escravo da tribo araguaia e ali permaneceria até a sua morte. Mesmo sendo uma situação humilhante, que lhe causava vergonha, o índio não fugia e cumpria a sua sina até a morte, pois “ele não se pertencia desde o momento em que Ubirajara calcou-lhe a mão no ombro” (ALENCAR, 1974, p.39). Mesmo derrotado, o índio não perdia a sua dignidade. Tanto o vencedor como o vencido demonstram sensatez e bravura.

Jandira era apaixonada por Ubirajara e desejava se casar com ele, mas o costume da aldeia era oferecer a mais bela virgem ao prisioneiro para que ela conservasse o sangue do herói inimigo e aumentasse a nobreza e valentia da nação. Jandira é oferecida a Pojucã, porém ela o rejeita e foge para floresta.

Ubirajara não conseguia esquecer a formosa Araci e acaba entrando na tribo tocantins, como um desconhecido, sendo, então, recebido como um hóspede ilustre. Como frisa Alencar (1974) a hospitalidade foi sempre uma coisa sagrada entre os índios das várias aldeias. Itaquê, chefe dos tocantins, oferece-lhe “o cachimbo da paz” (ALENCAR, 1974, p.50) para selar a amizade. Após esse ritual, eles tinham que escolher um nome para o desconhecido, que passa a ser chamado de Jurandir. “O rito da hospitalidade, entre os filhos da floresta, manda que se dê ao estrangeiro amigo tudo que deleita ao guerreiro” (ALENCAR, 1974, p.57). O único desejo de Jurandir era ter como esposa Araci, filha de Itaquê.

Araci logo reconheceu que Jurandir, na verdade era Ubirajara da nação araguaia e seu coração se encheu de alegria. Ela também desejava se casar com o guerreiro. Outros guerreiros tocantins queriam se casar com Araci, e todos teriam que disputar o coração da amada, através de provas de valentia. Após várias disputas, que faziam parte dos costumes dos indígenas, como arremesso de tacape e corridas com toro de madeira, Jurandir se consagrou vencedor. Mesmo depois de vencida a prova com os rivais, ele teve que demonstrar coragem, porque tinha que meter a mão em um vaso cheio de formigas famintas. Mas a recompensa veio: “Jurandir abriu os braços e recebeu a esposa que se entregava a seu amor. O guerreiro suspendeu a virgem formosa ao colo; e levou-a à cabana do amor que ele construía à margem do rio” (ALENCAR, 1974, p.74).

Com o passar do tempo, o hóspede tinha que dizer donde vinha e qual era o seu nome verdadeiro. Itaquê ficou sabendo que o desconhecido era Ubirajara e que este tinha feito seu filho, Pojucã, prisioneiro. Assim, é declarada a guerra, e Ubirajara parte para sua tribo, com o intuito de reunir os guerreiros. Araci fica triste, contudo o chefe araguaia diz que nada os separaria.

Na sua tribo, Ubirajara, liberta Pojucã porque não sabia que ele era filho de Itaquê. Antes da guerra entre araguaia e tocantins, aparecem os tapuias para lutar com os guerreiros tocantins, visto que Pojucã havia incendiado algumas barracas da aldeia deles. No combate, Itaquê fica cego, porém mata Canicrã, chefe da tribo tapuia. Agniná quer vingar a morte do irmão Canicrã: “era grande a multidão dos guerreiros; e maior a tornavam a sanha da vingança e a fama do chefe que a conduzia” (ALENCAR, 1974, p.89). Para vencê-los, une-se os guerreiros da nação araguaia e tocantins. Assim, os tapuias vão embora.

Para comemorar a vitória, as tribos se unem, tornando-se uma só. Itaquê e Ubirajara lançam setas: “as duas setas desceram trespassadas uma pela outra como os braços do guerreiro quando se cruzam ao peito para exprimir amizade” (ALENCAR, 1974, p.91). Esse gesto simbolizava a união das duas nações. Restava somente comemorar.

Araci cordialmente busca Jandira, dizendo que há lugar para as duas no coração de Ubirajara, tanto que Araci será a esposa do chefe tocantins e Jandira a do araguaia. Ou seja, nas comunidades indígenas, a poligamia era algo natural, e as mulheres aceitavam que seu marido tivesse outras esposas.

Ubirajara, com suas duas mulheres, Araci e Jandira, vive feliz e almeja ter muitos filhos. Ubirajara, de acordo com o próprio Alencar (1974), é irmão de Iracema, a virgem dos lábios de mel, que, além de bela, é corajosa e forte, mas que se deixa vencer pelo amor a um branco, tendo que abandonar à sua tribo de origem, e sozinha dá a luz ao seu filho, Moacir. Este é o primeiro brasileiro, filho da dor. A mesma dor dos índios que depois foram despojados da sua terra e de si mesmos. A dor, por fim, de ser filho de um Brasil que nega a cultura indígena.

Bosi (1996) observa que as três obras indianistas de Alencar (*Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara*) foram produzidas em um contexto em que havia grandes contradições na sociedade. A Colônia se emancipava da Metrópole, porém continuava dependente economicamente.

O corte *nação/colônia, novo/antigo* exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro, o pólo português, que resistia à perda do seu melhor quinhão. (BOSI, 1996, p.177)

O país independente queria se consolidar, daí o nacionalismo tão marcante, só que, nas fissuras de sustentação, estava um país de base escravocrata e totalmente dependente. Bosi (1996) defende que na América Latina existiram dois tipos de nacionalismo, sendo que o primeiro consistia em um respeito às origens nativas, como é o caso, por exemplo, do Peru. Já o segundo consistia em uma construção elaborada pela perspectiva do colonizador. Em decorrência disso, no Brasil, não houve o devido reconhecimento e orgulho pela cultura nativa inicial.

Alencar quis firmar o nacionalismo através da exaltação e idealização do índio. No entanto, o modelo era importado, isto é, copiado do americano, tanto que muitos críticos literários geralmente o acusam de imitar Fenimore Cooper, por exemplo. A literatura romântica tentou-se firmar como nova, e, em *Ubirajara*, há somente a presença do índio, a sua linguagem, os seus costumes. Porém não se pode negar que ainda há laços amarrados à tradição. Nesse romance, “o selvagem não se dará em total liberdade social. Encontra-se em hierarquização social, paralela, e tão rígida quanto a européia” (SANTIAGO, 1982, p.105). Tal posicionamento é compartilhado por Bernd (1992, p.19) que ressalta que, no Romantismo, “o literário incorpora uma *imagem inventada* do índio, excluindo a sua voz”. A construção da identidade é, dessa forma, elaborada levando em conta o tipo eurocêntrico, sem autonomia e sacralizante, uma vez que se volta para os mitos, sem recuperar a memória coletiva local.

O “Brasil-paráiso”, descrito por Caminha e Magalhães em seus relatos, com sua natureza exuberante, sua fauna e flora riquíssima escondida (ou escamoteava?) entre suas raízes o escravismo. “Como justificar a escravidão no paráiso?” (CHAUÍ, 2000, p.63) Através da difusão da idéia de que há uma estrutura de poder, na qual “o superior naturalmente comanda e subordina o inferior” (CHAUÍ, 2000, p.64). Esse conceito era justificado através da teoria do direito natural, postulada na idéia de que Deus era o legislador supremo, e, a partir dele, partia uma hierarquia de seres, segundo sua perfeição e seu grau de poder. Depois de Deus, vinham os “salvadores”, ou seja, os cristianizadores dos povos. Os portugueses eram os representantes da vontade de Deus, significando, ao mesmo tempo, harmonia e lei. Os nativos eram juridicamente inferiores e deviam ser mandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. A inferioridade dos nativos justificava, portanto, a sua servidão. Nesse contexto, o governante não representava somente os seus governados, mas também o próprio Deus. E o Deus, como afirma Gândavo (2000), abençoa as pessoas santas e boas, como os padres e governantes, que querem difundir a fé cristã e salvar os indígenas do inferno.

O conquistador, com essa ideologia, dominou os índios, que acabaram perdendo a sua identidade. Essa perda da identidade se deu, sobretudo, com o batismo, que significava a conversão, e o branqueamento dos nativos, absorvendo não só a religião, mas a cultura e os costumes dos portugueses.

O resultado disso é um índio marginalizado, sem terra, teto e sem raiz. O “índio-animal domesticado” não tem mais um “Brasil-paráiso” para tirar o seu sustento, porque as suas terras já não são suas. Elas estão nas mãos dos fazendeiros, dos donos de mineradoras e dos poderosos, que desmataram a natureza e retiraram os seus recursos minerais.

O índio Ipavu, de *A Expedição Montaigne*, representa a realidade dos povos indígenas brasileiros, que vivem na pobreza, excluído, sem a mínima condição de higiene, saúde precária e que estão entregues à bebida e à promiscuidade.

Ipavu é um índio tísico, sobrevivente do ex-presídio de Crenaque, em Minas Gerais, que havia sido fechado “e tudo quanto era índio porrista e mau caráter tinha

sido mandado de volta pro mato” (CALLADO, 1982, p.11). Restavam três presos: Ipavu, Atroari e Canoeiro, sob os cuidados de Seu Vivaldo, que os incentivava a roubar. Assim, eles tinham sempre muita cerveja, carne seca, cachaça, goiabada e ovos. “Ele, Seu Vivaldo, Atroari e Canoeiro chega cuspiam gemada de tanto ovo que roubavam” (CALLADO, 1982, p.16).

Todos eram felizes no ex-presídio indígena, sobretudo seu Vivaldo que viu ser criado o reformatório e “achava índio o próprio estrume da terra, quer dizer, gente que só podia servir de adubo pra lavoura de branco e pra pasto de boi de branco” (CALLADO, 1982, p.19). Ou seja, a concepção elitista e racista de que o índio era inferior permaneceu. Seu Vivaldo se achava superior, porque era branco e representava a justiça. Ao índio só restava obedecer. Se não obedecesse, apanhava. Antigamente Crenaque era um lugar de opressão, e, nos labirintos do presídio, muitos índios haviam morrido de forma brutal, tanto que era vista como a *Dachau* brasileira. Hoje “Crenaque estava às moscas, os pataxós e crenaque propriamente ditos espalhados pelas cercanias, plantando milho, bebendo pinga” (CALLADO, 1984, p.22).

Com a chegada do quixotesco Vicentino Beirão, que quer fazer uma “revolução” e formar um exército de índios, de modo que eles lutem por seus direitos e vivam na terra que sempre fora deles, seu Vivaldo, Canoeiro e Atroavi fogem para o mato e formam um bando, praticando assaltos, homicídios e estupros por todo o estado de Minas Gerais. O exército de Beirão será de um homem, ou melhor, de um índio só, Ipavu. Beirão quer restituí-lo a aldeia dos índios do Xingu, mas Ipavu só aceita participar da expedição porque quer recuperar o seu gavião de estimação, chamado de Uirucu.

Ipavu não quer voltar a viver na aldeia, pois já havia assimilado a cultura do branco e achava atrasado o modo de vida dos índios no meio do mato, sem nenhuma “modernidade”, como “cerveja, tira-gosto, empada, nem dinheiro, nem grana” (CALLADO, 1984, p.39). Achava o pajé Ieropé “muito bunda e atrasadão, fumando aquele charuto de folha pra soprar nos doentes e secando umas merdas dumas ervas do mato, que tanto serviam pra dor de dente como pra extrema-unção” (CALLADO, 1984, p.33).

A obra *A Expedição Montaigne*, de Antonio Callado, mostra o índio corrompido pela sociedade do branco, com valores deturpados e vítima de uma política repressora, discriminatória e muito manipuladora, visando somente aos interesses da elite. Como ressalta Fernandes (1974), o passado colonial converte a separação entre minoria privilegiada e a grande massa excluída, sendo esta esquecida, ignorada ou subestimada.

A degradação do indígena é nítida através da figura do pajé, que já não é mais curandeiro, suas ervas não fazem o mesmo efeito dos remédios, trazidos pelos brancos. Ele não conseguiu curar Maria Jaçanã e ninguém mais o procurava, ficando sozinho, abandonado, como a sua cultura. O aprendiz Javari não mais apareceu, porque o chefe do posto o tinha declarado “civilizado, emancipado e dado a ele emprego de servente no posto” (CALLADO, 1984, p.66). O pajé magro, negro e muito doente morre e leva para o seu túmulo a sua cultura em cinzas, as suas ervas e o seu cachimbo já sem

fumaça. Não há esperança: “o pajé Ieropé de agora em diante mais ainda, nunca mais ia foder, nem curar ninguém: não era mais pajé, e era só meio homem, meio mulher” (CALLADO, 1984, p.92).

No trajeto de volta a aldeia o louco Vicentino Beirão tinha sido picado por mosquitos e pegara maleita. Tremia, chocalhava muito e, nos devaneios, ocasionado pela febre alta, pedia a caixa, que trazia cuidadosamente. Dentro dela havia um boneco: Montaigne. É interessante pensar no próprio título da obra *A Expedição Montaigne* e no porquê de Callado usar *Montaigne*.

Michel Montaigne era um pensador francês, autor de *Os ensaios*, publicados em 1580. Em um dos seus capítulos, como comenta José Alexandrino de Souza Filho (2002), o escritor aborda a questão *Dos Canibais* e trata do índio brasileiro. A partir daí nasce o mito do bom selvagem, ou seja, “a idéia de que o homem natural vivia melhor que o homem civilizado, pois era livre, saudável e mantinha relações de igualdade social com seus semelhantes” (SOUZA FILHO, 2002, p.2). Além disso, Montaigne teve contato com o índio, o que possibilitou o seu trabalho de fabulação. “O índio brasileiro aparecerá como porta-voz de idéias que visam, de um lado, mostrar a relatividade dos costumes e, de outro, criticar a desigualdade social na sociedade francesa da época” (SOUZA FILHO, 2002, p.1).

É interessante contrapor a visão de mundo de Ipavu, que está ligada à cultura indígena, enquanto que a de Vicentino apresenta fortes laços com a cultura européia, sobretudo a francesa. É curioso que Vicentino Beirão deseja apagar a colonização e devolver o Brasil aos índios, mas, ao mesmo tempo, esteja tão inserido na cultura européia. A visão de mundo e o referencial que Vicentino utiliza para entender os acontecimentos e as personalidades que admira são oriundos de culturas da Europa. Sua identidade está tão ligada ao universo cultural da França que é com o nome do filósofo francês Montaigne, que batiza sua empreitada para levantar as tribos indígenas contra os brancos.

Assim, percebe-se a crítica do autor à sociedade brasileira europeizada ao mostrar o conflito de identidade do jornalista Vicentino Beirão, que quer criar uma nação indígena com olhos voltados para a Europa. Esse conflito de identidade também está presente em Ipavu que não quer mais ser um índio como os de antigamente, que viviam no mato, pois ele agora está “civilizado”, quer cerveja, botequim, arranha-céu e até um cineminha.

Ao chegar à aldeia, praticamente abandonada, Ipavu pega a sua ave e deixa Vicentino preso na gaiola. Quando Vicentino Beirão acordou, viu que estava preso e havia sido posto em uma fogueira, servindo a rituais indígenas. Beirão “adquiria uma importância vital, consumido em si mesmo, reduzindo, por assim dizer, às cinzas dele próprio o ser que nunca devia ter sido” (CALLADO, 1982, p.122). O fim de Beirão é ardendo sob o fogo, como num mergulho ao inferno.

Porém não é só Vicentino Beirão que morre, Ipavu também morre na canoa, que passa a ser conduzida pelo gavião. Javari encontra a canoa e vê “um índio camaiurá, do tope dele mesmo, como ele também, mas mortinho, mortinho, lambuzado de sangue e

com um risco de sangue meio coalhado, feito um fio de miçanga vermelha escorrendo pelo canto da boca dele até o pescoço” (CALLADO, 1982, p.125). Ipavu segue rio abaixo conduzido pelo gavião. Como uma assombração, a canoa, Ipavu e o gavião seguem para o rio Morená . Agora a canoa já era uma miniatura, “numa rosca distante do Tuatuari, já parecia uma escura serpente com topete de garça” (CALLADO, 1982, p.129).

A morte do índio representa mais uma vez a morte da cultura indígena. Ipavu virou nevoeiro, que se dissipou e não deixou rastros. A cultura e o povo indígena foram massacrados pelos brancos, que “até hoje participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1985, p.225). A História tem sido a dos vencedores. E, por isso, ela está aprisionada, congelada, dentro de um sistema opressor. Callado tenta escovar a História a contrapelo ao mostrar a realidade dos ex-donos da terra, hoje miseráveis.

AMARRANDO OS FIOS

A História do Brasil é marcada por contradições, conservadorismo e ranços autoritários. Na verdade, “o descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar a gente, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata” (FAORO, 2001, p.117). O interesse era, portanto, de explorar as riquezas existentes na colônia. O português, o inglês, os reis, os governantes brasileiros, em vários períodos da História, sempre tiveram como meta explorar e não colonizar. Ou seja, visavam somente os seus interesses pessoais e não o crescimento do país como nação independente, forte e possuidora de riquezas naturais e de uma cultura já constituída.

Desde a colonização, o europeu impôs o seu modelo de pensamento e ação, reprimindo e castrando o jeito de ser do índio que aqui encontraram. Os índios e, sobretudo, as índias andavam nuas, o que despertava o desejo dos portugueses e até dos padres. “O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia de Jesus precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne” (FREIRE, 1946, p.209). A solução era a conversão dos índios ao Cristianismo e o aculturamento. Foi isso que aconteceu: o índio acabou perdendo suas origens, sendo “burro de carga” do branco, porém, no trabalho, era visto como preguiçoso, desordeiro e arreado aos mandos dos senhores, sendo, depois, substituído pelo escravo negro.

O índio acabou na miséria, sem terra, sem vida: bêbado, doente, iludido pela cultura do branco, pela cidade, que lhe proporcionaria prazer e condições melhor de vida, como o índio Ipavu, representado por Antônio Callado em *A Expedição Montaigne*. A mata já é pobre, a cidade, industrializada; e o índio não vive na mata nem na cidade, vive na periferia de tudo.

Antônio Callado representa o índio hoje; porém, este índio de hoje é fruto de um passado. O escritor tenta descortinar a História oficial e mostrar que o passado colonial destruiu o índio, sua cultura, sua raiz e sua terra. O índio do presente é marginalizado, pobre, sem voz nem vez, porque passou por esse processo de aculturamento, de perda

da identidade. E o português usou violência tanto física como psicológica para conseguir a total dominação.

No entanto, tentando esquecer o período colonial, cuja figura indígena foi massacrada, nasce um período que almeja afirmar a nação e o seu representante máximo, o índio. Na época da formação do Brasil e da literatura romântica o índio foi um “símbolo nacional”, como as personagens Ubirajara, Peri e Iracema, de Alencar. O índio era forte, belo, as matas eram virgens como as personagens Iracema, Araci e Jandira. Em *Iracema*, por exemplo, Lajolo (2004, p.93) aponta que:

celebrando os primeiros encontros entre índios e brancos, o livro constitui um *romance de fundação*, e nele a oralidade fica à flor da pele. Iracema se abre e se fecha com cartas, dirigidas a um Dr. Jaguaribe (na realidade, Domingos Jaguaribe, primo do escritor). Nelas Jose de Alencar especifica o tipo de leitura pretendida: a história não só se ambientava em rincões afastados da corte, mas também retornava falando a linguagem (com fortes traços de oralidade) destes *outros brasis*.

Dar voz aos *outros brasis* é o desejo de Alencar e, assim, recuperar e/ou fixar o status de nação brasileira. Para isso vale-se do índio, primeiro habitante da terra, presente antes mesmo da colonização, como conta na obra *Ubirajara*. Com Alencar, a identidade do Brasil foi resgatada através do índio: o herói brasileiro. Contudo esse herói, muitas vezes, apresentava traços europeus, porque, no século XIX, a sociedade brasileira já assimilara a cultura européia, tanto que Peri, o índio de *O Guarani*, converte-se ao Cristianismo por amor a Ceci. Este é um exemplo claro de que a cultura européia foi dominante. Mesmo querendo mostrar a *cor local*, Alencar interpõe elementos da cultura européia. A representação do índio alencariano, apesar da recuperação da sua linguagem oral, do resgate da cultura indígena, sobretudo com a presença das notas de rodapé que servem para dar veracidade ao relato, é de um “mestiço”, interpretando “mestiço” no sentido de ser meio índio, meio português. Ou seja, o índio é nativo, tem sua língua, mas incorpora traços do colonizador. Moacir, filho da índia Iracema e do português Martin, é o filho do Brasil.

A idealização do indígena no período do Romantismo brasileiro estava ligada ao momento histórico da independência do Brasil e da afirmação do país como nação. O índio representava o que o Brasil tinha de bom: as paisagens exóticas, as matas, os rios, a natureza. Enfim, os poetas e escritores cantavam o *nosso* solo e, conseqüentemente, o seu representante máximo: o *nosso* índio.

Esse índio idealizado no Romantismo não retrata a realidade do seu povo, que sempre foi esquecido. Não basta dizer que o índio foi o primeiro habitante e o dono da Terra, deve-se tentar discutir e refletir sobre o porquê do índio ter sofrido tanta discriminação e estar a margem da sociedade e da História. A História e os que governaram o país o enterraram, porque ele representava o inferior, o dominado.

“Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1985, p.225).

O historiador/leitor deve tentar cavar os túmulos, e, em meio aos escombros, achar um fio para compor a sua História, pois “os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1985, p.224-5). Das cinzas há a possibilidade de renascer uma chama de esperança e de desejo de resgatar, pelo menos, uma parte dessa cultura tão marginalizada. Isso é possível com leituras críticas, que fazem com que o leitor reconstrua a História e perceba como se deu realmente a colonização do Brasil. A leitura pode ser um caminho para que o dominador não continue sempre vencendo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. *Ubirajara*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1974.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS. 1992.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CALLADO, A. *A Expedição Montaigne*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v.2.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- FREIRE, G. *Casa-grande e senzala*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. v.1.
- GÂNDAVO, P. M. *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. São Paulo: Virtualbooks, 2000.
- LAJOLO, M. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- SANTIAGO, S. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA FILHO, J. A. de. Montaigne, os canibais e a ‘arte do blefe’. *Ciência Hoje*. Outubro de 2002, p.1-39.

O processo de construção de uma identidade nacional: o caso sul-rio-grandense

Elaine dos Santos

RESUMO

Este trabalho retoma a análise do processo de construção de uma identidade peculiar ao habitante do Rio Grande do Sul, processo que se dá, de modo exemplar, a partir das narrativas de mitificação e desmitificação do monarca das coxilhas. Para tal, procede-se a uma breve revisão da questão identitária e suas diferentes abordagens, quer no período romântico que consolida os mitos nacionais, quer no movimento modernista que os dessacraliza. A seguir, realiza-se a retomada da narrativa mítica na literatura sul-rio-grandense, evidenciando-se o processo de desmitificação identitária que se dá em *Camilo Mortágua*, romance de Josué Guimarães, publicado em 1980, que apresenta o gaúcho perdido no espaço urbano, desalojado do mundo campeiro.

Palavras chave: Identidade. Mitificação. Monarca das coxilhas.

Building a national identity: The sul-rio-grandense case

ABSTRACT

This paper retakes the analysis of the process of construction of an identity which is characteristic of the inhabitant of Rio Grande do Sul. This is done through the narratives of mythification and de-mythification of the Gaucho. For doing so, one will provide a brief analysis of the identity question and its different points of views, be it in the Romantic period that strengthens the national myths, and be it in the Modernist movement that demythifies them. Next, one performs the retake of the mythic narrative in the “sul-rio-grandense” literature, focusing on the identity de-mythification process that happens in *Camilo Mortagua*, a novel by Josué Guimarães, published in 1980, and that presents the gaucho lost in the urban space, displaced from his land.

Keywords: Identity. Mythification. Gaucho.

INTRODUÇÃO

O Brasil esteve sob domínio português entre 1500, a partir da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, e 1822, com a declaração oficial de independência proclamada por Dom Pedro I. Nesse período, a emergente sociedade brasileira passou por

Elaine dos Santos é Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação orientada pelo professor Doutor Pedro Brum Santos – Da opulência à decadência: memória, mito e História em *Camilo Mortágua* (2001).

Professora do curso de Letras da ULBRA Cachoeira do Sul.

Endereço para correspondência: Rua João Otto Friedrich, 249. CEP 97.200-000 Restinga Seca/RS. Fone (55) 3261.2036. E-mail e.kilian@gmail.com

Textura	Canoas	n.16	p.44-57	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

inúmeras transformações políticas, econômicas, socioculturais decorrentes, especialmente, do contato entre índios, portugueses, negros e imigrantes ou aventureiros europeus, predominando, no entanto, a comunicação em língua portuguesa.

O advento da independência política exigiria o desencadeamento de um processo de formação e fixação dos caracteres tipicamente brasileiros, que diferenciasssem a nova nação da metrópole que a dominara durante três séculos. Uma das primeiras providências nesse sentido parece ter vindo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, em 1844, instituiu um concurso para a escritura da História antiga e moderna do Brasil, publicando no ano seguinte a dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Carl F. Philip von Martius.

O pesquisador alemão ressaltava que o texto, em forma narrativa, deveria evitar o mero arrolamento de dados cronológicos e, por outro lado, apresentar-se engajado ao ideário dominante da Monarquia que governava o país. Para Zilberman (1997, p.183), Martius “atribui ao historiador uma missão, vinculando-o ao projeto político vigente”, cuja tarefa imediata constava da construção de uma nacionalidade que afirmasse a independência política. Nesse sentido, Rouanet (1999, p.18) acrescenta que “à História, cabia-lhe traçar a biografia do próprio país”.

A literatura brasileira que emergia no período voltou-se também para o resgate da História nacional. Rouanet (1999, p.20) salienta, nesse caso, que à literatura competiu

difundir os elementos que passariam, então, a ser considerados patrimônio comum a todo um grupo [...], coube-lhe realizar um trabalho que nem a História nem a Geografia eram capazes de fazer: tornar ‘fatos’ ou ‘dados’ reais para todos aqueles que deveriam compartilhar esse patrimônio.

Os intelectuais da época, expressando-se na mesma língua do colonizador, sugeririam a diferenciação entre a colônia dependente e o país livre a partir da valorização da exuberante natureza brasileira, da exaltação do elemento aborígene e dos aspectos históricos que conformavam a nova nação.

O ambiente – homem e natureza – servia assim como instrumento à literatura para a fixação do caráter nacional que ora emergia e, por extensão, de uma suposta identidade brasileira.

IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÕES

A palavra identidade possui sua origem no latim clássico: *idem*, que significa o mesmo e de onde se derivam as idéias de homogeneidade, uniformidade, igualdade. Assim, identificar-se significa encontrar caracteres que aproximem o indivíduo dos seus semelhantes. Esse conceito, no entanto, supõe a existência do outro – o semelhante

–, que conduz à idéia do *alter*, ou seja, a identidade somente se define em relação ao outro. Referindo-se à questão identitária, Ricouer (1991, p.424-425) afirma que

a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à questão: *Quem fez tal ação? Quem é o seu agente, seu autor?* Essa questão é primeiramente respondida nomeando-se alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? Que justifica que se considere o sujeito da ação, assim designado por seu nome, como o mesmo ao longo de toda uma vida, que se estende do nascimento à morte? A resposta só pode ser narrativa. Responder à questão ‘quem?’, como o dissera Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história narrada diz o quem da ação. *A identidade do quem é apenas, portanto, uma identidade narrativa [...].*

A noção de identidade narrativa mostra ainda sua fecundidade no fato de que ela se aplica tanto à comunidade quanto ao indivíduo. Podemos falar da ipseidade de uma comunidade [...]: indivíduo e comunidade constituem-se em sua identidade ao receberem tais narrativas, que se tornam para um e outro sua história efetiva.

Literatura e História constituem, sob esse prisma, narrativas que unem um grupo de indivíduos dentro de um mesmo espaço geográfico e que compartilham os mesmos costumes e tradições. Assim, para da Matta (1986, p.11-12), o Brasil, por exemplo, é

cultura, local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, e também casa, pedaço de chão calçado com o calor de nossos corpos, lar, memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada [...]. Sociedade onde pessoas seguem certos valores e julgam as ações humanas dentro de um padrão somente seu.

Ortiz (1994, p.7-8), ao traçar a evolução que as teorias identitárias sofreram ao longo dos anos em nosso país, destaca que os estudiosos da questão

concordam que seríamos diferentes de outros povos ou países sejam eles europeus ou norte-americanos [...]. Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença [...]. Porém, a identidade possui ainda uma outra dimensão, que é interna. Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos [...], o consenso está longe de se estabelecer quando nos aproximamos de uma possível definição do que viria a ser o nacional.

A questão proposta por Ortiz remete à imensa diversidade cultural, social e econômica que caracteriza o país, cuja identidade constitui-se, portanto, não só de elementos comuns a toda nação, mas também de inúmeras diferenças.

A diversidade regional que caracteriza o Brasil foi, desde cedo, plenamente apreendida pela literatura. Entretanto, a construção, a partir do movimento romântico, de uma suposta identidade nacional caracterizou-se pela ereção de figuras míticas, que ocupavam espaços distintos, mas que repetiam qualidades físicas e comportamentais. Segundo Bernd (1992, p.18), a literatura

que se atribui a missão de articular o projeto nacional, de fazer emergir os mitos fundadores de uma comunidade e de recuperar sua memória coletiva, passa a exercer somente a função sacralizante [...]. No Brasil, o Romantismo realizou uma revolução estética que, querendo dar à literatura brasileira o caráter de literatura nacional, agiu como força sacralizante [...] trabalhando somente no sentido da recuperação e da solidificação de seus mitos.

O movimento modernista, por sua vez, atuou de forma dessacralizante e representou uma abertura em relação à diversidade que caracteriza a nação. Nesse sentido, Bernd (1992, p.18) acrescenta que

recentemente a literatura brasileira começa a operar a síntese – ainda inacabada – deste jogo dialético, associando o resgate dos mitos à sua constante desmitificação, o redescobrimento da memória coletiva a um movimentar contínuo dos textos, o que equivale a um perseverante questionamento de si mesma.

Dessa forma, a literatura, a seu modo, tem, ao longo dos anos, participado da caracterização e fixação das marcas que definem uma possível identidade nacional, processo que se inicia nos anos subseqüentes à Independência e que encontra respaldo nos ideais românticos que então vigoravam.

O ROMANTISMO E O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

As manifestações iniciais do movimento romântico ocorreram na Alemanha e na Inglaterra, no século XVIII, expandindo-se, posteriormente, por toda a Europa. Nesse sentido, Aguiar e Silva (1991, p.541/542) esclarece que na Itália e na França

existem grupos românticos, opondo-se conscientemente a escritores clássicos, desde 1816 e 1820, respectivamente, embora as manifestações mais significativas do romantismo francês ocorram alguns anos mais tarde (publicação de *Cromwell*, 1827; representação e ‘batalha’ de *Hernani*, 1830).

Os intelectuais brasileiros tomaram conhecimento das novas tendências enquanto estudavam na Europa, sobretudo na França. Do ponto de vista teórico, as produções românticas brasileiras fundamentaram-se primordialmente nos escritos de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, que, conforme Zilberman (1994, p.70), “marcaram profundamente a geração romântica, razão pela qual vieram a desempenhar papel capital na determinação da natureza e destino de nossas Letras”.

Os dois autores recomendavam, de acordo com as premissas românticas, o aproveitamento das sugestões fornecidas pela natureza para diferenciar a literatura brasileira, que ora nascia, da literatura portuguesa. Denis acreditava na independência política do Brasil e propunha encontrar um equivalente para ela na literatura, segundo destaca Zilberman (1994, p.73/74):

O apelo à natureza parece o caminho lógico, porque aquela vem se apresentando como traço distintivo da América desde a sua descoberta e o aparecimento dos livros dos primeiros viajantes e cronistas [...]. Deste modo, ao indicar o recurso à preservação do cenário como alternativa aos escritores dos países novos, Denis parece exigir deles o cumprimento de uma missão patriótica, tão relevante quanto a dos líderes políticos que livraram a América do jugo colonial.

Assim, o Romantismo brasileiro incorporava a natureza, a paisagem tipicamente nacional, como elemento diferenciador em relação ao estrangeiro. Essa natureza deveria atuar como fonte de inspiração e de consolidação da nacionalidade que ora se configurava.

O índio, por sua vez, apresentava-se como o modelo do homem natural, a salvo da decadência da civilização européia, representava ainda um retorno ao passado nacional, possibilitando o resgate das lendas, tradições e costumes que haviam sido extintas ou esquecidas em favor dos costumes do homem branco.

Por fim, o aproveitamento da história colonial era sugerido por Denis, “mas que reitera a idéia de que os artistas precisam buscar inspiração na pujança da paisagem” (ZILBERMAN, 1994, p.74).

Desse modo, envolvidos com os ideais de independência literária e influenciados pelas idéias românticas, nossos principais pensadores comprometeram-se com o processo de desenvolvimento e afirmação de uma nacionalidade brasileira em oposição aos modelos considerados estrangeiros à sociedade que ora se organizava. De acordo com Bosi (1994, p.154):

As atitudes ideológicas e críticas que se rastreiam durante as quatro décadas do Romantismo têm como fator comum a ênfase dada à autonomia do país. Há em todo o período um nacionalismo crônico e às vezes agudo, que ao observador menos avisado pode parecer traço bastante para unificar e definir a cultura

romântica. De Magalhães e Varnhagem a Castro Alves e Sousândrade, dos indianistas e sertanistas aos condoreiros, transmite-se o mito da terra-mãe, orgulhosa do passado e dos filhos, esperançosa do futuro.

Preocupando-se assim com a constituição de uma tradição que corroborasse a diferença entre Brasil e Portugal, diferentes escritores dedicaram-se à construção de narrativas fundacionais de uma suposta raça brasileira, quer do ponto de vista mítico, quer histórico, processo que se dá, exemplarmente, em *O guarani* e *Iracema*, de José de Alencar.

O próprio romancista, no ensaio “Benção Paterna”, chamava a atenção para essa particularidade que se opera em sua obra, mas que se mantém em consonância com os ideais literários dominantes. Conforme Alencar (s/d, p.16), a vida e a morte da índia tabajara comporiam a primeira fase da literatura nacional “que se pode chamar aborígine, [em que aparecem] as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada [...], as tradições que embalaram a infância do povo, e ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria que abandonou”.

O guarani, por sua vez, de acordo com Alencar (s/d, p. 17), integraria o segundo período, tido como histórico, da literatura nacional. Naquele romance, a exemplo de *Minas de Prata*, se “representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido [...]. É a gestação lenta do povo americano [...]”.

Em suas produções literárias, Alencar acabaria delineando, também, um quadro da diversidade regional que caracteriza o Brasil e produziria romances como *O sertanejo*, *Til* e *O gaúcho*, que constituem na visão do romancista “a infância de nossa literatura [em que] a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões de família” (ALENCAR, s/d, p. 17).

O romance *O gaúcho* estabeleceria uma tradição de heroísmo, coragem e determinação a respeito do habitante do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Chaves (1991, p. 60) aponta que, em consonância com o

ambicioso programa nacionalista que se propôs, Alencar traçou uma oposição explícita entre a civilização européia dos conquistadores e o ‘novo mundo’ [...]. Serviu-lhe o *gaúcho*, exemplarmente, porque ele acreditava divisar uma ‘alma pampa’, cujos atributos básicos são força, beleza, nobreza, coragem, altivez, pundonor, brio, fundidos numa solda moral, a ‘consciência da liberdade’.

Assentado na figura de Manuel Canho, sua personagem central, *O gaúcho* marcaria de forma definitiva a literatura que surgia no Rio Grande do Sul e que se caracterizaria pelo modelo sacralizante da figura mítica do monarca das coxilhas.

O MODERNISMO E O PROCESSO DE DESSACRALIZAÇÃO

O movimento modernista, para Proença Filho (1995, p.301), representa

um dos mais fecundos e soberbos movimentos literários do Ocidente, com sua espantosa riqueza, superior talvez a todos os demais estilos de época na variedade de expressão; por isso mesmo é um movimento discutido, controvertido, difícil, que ainda hoje divide opiniões.

No Brasil, segundo Bosi (1994, p.303), o movimento chamado modernista “está condicionado por um acontecimento, isto é, por algo datado, público e clamoroso, que se impôs à atenção da nossa inteligência como um divisor de águas: A Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo”.

A Semana de Arte Moderna, no entanto, fora precedida por diferentes acontecimentos que prepararam a ruptura cultural trazida pelo movimento. Entre esses acontecimentos, destaca-se o retorno da Europa dos principais articuladores do Modernismo brasileiro. Em território europeu, esses intelectuais tomaram conhecimento da nova tendência e assumiram, entre nós, a responsabilidade pela determinação dos novos rumos.

Analisando o romance modernista no Brasil, Fischer (1990, p.33) assinala que

o modernismo, tomado genericamente, envolve em essência uma atitude liquidificadora, diluidora, ou volatizadora, que radicaliza o confronto moderno entre promessa e realidade, assentando sua base estratégica sobre qualquer suporte material da arte e dirigindo seus tiros invariavelmente contra o coração do conformismo academicista, principal inimigo.

O estudioso anota que os romancistas brasileiros viram-se, novamente, às voltas com questões como: “*de onde* partir e *para onde* apontar o vetor crítico? E *por onde*, porque meios desenhar o traçado desse vetor?” (p.34).

O movimento romântico no Brasil respondera a essas questões com a valorização da História e natureza pátrias, que incluiu a caracterização do herói nacional na figura indígena e a ereção de símbolos da nacionalidade como a exuberante natureza. Fischer considera que coube aos modernistas empreender uma nova resposta àquelas indagações e, em conseqüência, realizar a releitura da imagem que, até então, tipificava o caráter nacional. O estudioso afirma que os modernistas

inventaram de propor uma alteração radical nesse estado de coisas, e ousaram olhar para a mesma natureza e a mesma história com olhos diferentes, não mais tomados de empréstimo à longa tradição colonizada, mas aparelhados de um

sentido crítico que lhes permitiu divisar uma terra real ou virtualmente nova, específica, diferente, que clamava por enunciação. (FISCHER, 1990, p.37)

O modelo exemplar que permitia a interpretação de uma nova identidade nacional seria dado com *Macunaíma*, de Mário de Andrade, que “íntegra, pela primeira vez o mito indígena aos mitos africanos para explicar a formação do brasileiro” (BERND, 1992, p.47).

Macunaíma operaria a síntese do caráter nacional, ainda inacabado, formado pela articulação das três raças: negro, branco e índio. A rapsódia de Mário de Andrade articulava, por outro lado, a desmitificação da natureza e dos heróis grandiosos, destacando-se pela adoção das narrativas de cunho popular e pela “desmontagem do sistema que vinha se construindo” (BERND, 1992, p.50).

As transformações sociais, políticas, econômicas ocorridas no início do século XX e a modernidade conformavam uma nova identidade nacional, desprovida dos padrões românticos, idealizadores e mitificadores, surgia uma literatura mais voltada para o real, para a dessacralização dos modelos até então propostos.

Esse fato se dá, exemplarmente, na literatura produzida no Rio Grande do Sul, que escolheu para representação, o gaúcho marginalizado, pobre, explorado, quer no espaço rural, quer urbano.

A NARRATIVA MÍTICA DO MONARCA DAS COXILHAS OU A IDENTIDADE SUL-RIO-GRANDENSE: VERSO E REVERSO

Vocábulo de origem desconhecida, o termo gaúcho tem sido usado para identificar o habitante do Rio Grande do Sul e a ele acresceu-se o sentido de “macho guerreiro, destemido na luta contra o inimigo ou as forças da natureza, que percorre a imensidão do campo inseparável de seu cavalo” (CHAVES, 1991, p.57).

Essa imagem consolidada pela tradição, nem sempre correspondeu ao *status* social vivido pelo habitante do pampa sul-brasileiro, à própria palavra gaúcho associavam-se características de sentido negativo.

Na verdade, a conotação heróica do vocábulo surgiu, nas terras sulinas, somente em meados do século XIX, antecedido que fora pelas denominações *guasca* ou *gaudério* e que

continham a mesma carga semântica específica: [...] ladrões de gado, vagabundos errantes, freqüentemente contrabandistas fora-da-lei na fronteira meridional que avança e recua ao sabor das disputas internacionais. Em fins do século XVIII chamam-nos *gauchos*, mantendo a conotação pejorativa. (CHAVES, 1991, p.57)

Eram homens sem laços familiares, provavelmente oriundos da dispersão ocorrida nas missões ou fruto do estupro das índias pelos brancos, em geral, desertores das tropas regulares. Os primitivos gaúchos não possuíam, além disso, vínculos patrióticos servindo tanto aos espanhóis quanto aos grandes proprietários sul-rio-grandenses. Socialmente, apresentavam-se marginalizados pela nascente estrutura latifundiária e pecuarista da Província de São Pedro. Conforme Flores (1993, p.69), o gaúcho

era um desempregado que obtinha trabalho no período da safra das charqueadas e nos rodeios, por isto ele respeitava a propriedade do estancieiro para garantir emprego na próxima safra. Os gaúchos também viviam das arreadas e califórrias, roubo do gado das estâncias para retirar o couro e o sebo. Outra atividade do gaúcho, de novembro a março, era a courama dos bovinos [...]. Quando pagavam impostos pela courama eram chamados de faeneros, mas quando vendiam o couro e o sebo aos piratas franceses no litoral [...] eram denominados de changadores ou contrabandistas.

As transformações de cunho político e econômico registradas na Província, no entanto, determinaram a alteração social da denominação atribuída àqueles indivíduos, ao mesmo tempo que a eles passou a associar-se as lides campeiras, em épocas de paz, ou guerreiras, quando havia necessidade da defesa do território. Assim, ao consolidar-se o processo de organização do modelo estancieiro, surgiu o termo gaúcho “para substantivar o peão e o guerreiro, isto é, justamente o homem da estância, cujas tarefas são pastoris, mas podem vir a ser militares, sempre que a defesa da propriedade e do território se faça necessária” (CHAVES, 1991, p.58).

Os gaúchos foram, nesse período, absorvidos pelo novo modelo de organização econômica, convertendo-se em pedes que representam mão-de-obra barata e especializada, além de dedicarem grande fidelidade aos patrões, incorporando seus ideais, pois “passavam a preencher o seu ‘vácuo moral’ com a moralidade dos poderosos: crença na honra, no direito da propriedade privada, etc. Idéias como a de honestidade encontravam-se inclusive entre os semimarginais” (GONZAGA, 1980, p.114).

A classe dominante implantava, assim, seus ideais e os antigos gaudérios que não se adaptaram ao novo modelo econômico-social passaram a ser perseguidos, tidos como malfeitores, cuja única forma de regeneração era representada pelo engajamento às tropas militares e ao serviço campeiro sob às ordens do estancieiro.

Destruído o paradigma depreciativo do gaúcho, o cancionero popular e a literatura culta admitiram o novo modelo heróico e subjugado pelo poder econômico como objeto de suas manifestações artísticas. Conforme Chaves (1991, p.59), esse processo, que determinou a passagem do gaúcho pária ao gaúcho campeador e guerreiro, cantado pelos versos populares e absorvido pela literatura, constituiu-se em um fenômeno ideológico, que “sanciona e impõe o mito – monarca da coxilha.” O pesquisador destaca

as seguintes quadras populares como uma espécie de profissão de fé do gaúcho e “que será, simultaneamente, uma autodefinição: ‘Ser monarca da coxilha, / foi sempre o meu galardão. / E quando alguém me duvida / descasco logo o facão!’” (CHAVES, 1991, p.59).

Essa herança de cunho popular seria solidificada com a literatura romântica que chegara ao Rio Grande do Sul através dos membros do Partenon Literário que, admitindo ou tentando corrigir a fórmula proposta por José de Alencar em seu romance *O Gaúcho*, determinaram o rumo regionalista da literatura sul-rio-grandense, encarregada de consolidar a imagem mitificada do gaúcho: “inserindo-o num espaço histórico onde os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo o momento” (CHAVES, 1991, p.58).

Surgiram, então, obras como *O Corsário*, de Caldre e Fião, *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre e *Os Farrapos*, de Oliveira Belo que consolidam a narrativa mítica. Além desses romances, o gaúcho mitificado imperaria em *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, publicados em 1912.

As transformações históricas, que desalojaram o gaúcho do campo e desvelaram a miséria campeira determinavam um novo paradigma que desmitificasse a imagem que fora até então exaltada.

Os primeiros registros que denunciaram a miséria, a decadência do monarca, encontram-se em *Ruínas Vivas*, de Alcides Maya, em que predomina a estrutura social de pobreza, de marginalização e mesmo de insalubridade. O autor, para Zilbermann (1985, p.30), “dedica sua prosa à denúncia da decadência da sociedade sul-rio-grandense, indicando que as novas gerações são mais frágeis, dominam interesses mercenários, perdeu-se a autenticidade”.

Seguindo essa trilha decadente encontra-se a trilogia do gaúcho a pé – *Sem Rumo*, *Porteira Fechada* e *Estrada Nova*, de Cyro Martins. Em artigo publicado no extinto *Caderno de Sábado* do jornal *Correio do Povo* e que integra a coletânea *Notícia do Rio Grande: literatura*, Guilhermino César (1994, p.172) comenta a produção literária do autor:

Gosto da ficção de Cyro Martins justamente pela maneira como conta a realidade definidora do gaúcho apequenado, a descaracterizar-se diante da pressão econômica. Não pensem, contudo, que ele se abstenha de ver, nos refolhos da alma coletiva, o que nela implica violência, barbarismo, passionalidade. [...] Ao contrário do que pode parecer, não temos aí, nas páginas de seus livros, o pitoresco do pobre-diabo, mas uma linha permanente de reivindicação, de insatisfação. O injustiçado ainda espera.

O gaúcho assim caracterizado – diminuído e injustiçado – surge, por exemplo, em *Porteira Fechada*. Guedes, o personagem principal, é um homem pobre que se transfere

para a cidade. No espaço urbano, as circunstâncias lhe são adversas e, frente à nova realidade, o gaúcho desilude-se, perde as raízes e o gosto de viver.

Deve-se destacar ainda, no rol das obras que tratam da decadência do monarca, *Memórias do Coronel Falcão*, de Aureliano de Figueiredo Pinto, que retrata um gaúcho desmoralizado, cujos bens são dilapidados em decorrência de sua frustrada incursão política, e *Xarqueada*, de Pedro Wayne, denúncia da queda simbolizada pela decadência da própria estância e de, modo especial, da charqueada. A respeito da obra, Hohlfeldt (1998, p.25-26) enfatiza que os trabalhadores da charqueada

vêm-se condenados à miséria [...]. Os seres humanos estão reduzidos a menos que os cachorros da propriedade. A descrição dos trabalhos é nauseabunda tanto quanto o ambiente enfocado. A violência como que se transmite por contágio.

A temática da decadência do monarca seria retomada em *Bacia das Almas*, de Assis Brasil, que apresenta um homem ridicularizado – Trajano, que faz o papel do assassino, ladrão e tirano. Em *Camilo Mortágua*, de Josué Guimarães, encontra-se o monarca sem trono, o gaúcho sem identidade, sem dignidade, sem propriedades e sem moral.

CAMILO MORTÁGUA: O PASSADO NA TELA OU A INCAPACIDADE DE COMPREENSÃO DO PROCESSO HISTÓRICO?

O romance de Josué Guimarães, ao recuperar, pela via do recurso mnêmico, os ideais míticos representados por Quirino, o patriarca da família Mortágua, e a seguir, apresentar Camilo, um sujeito distanciado de si mesmo, sem vínculos familiares ou profissionais, perdido no espaço urbano, configura-se como exemplo paradigmático do processo de mitificação e desmitificação do modelo consolidado pela literatura romântica.

O chefe do clã Mortágua, legatário dos ideais míticos sul-rio-grandenses, não se adapta à nova realidade urbana. Ele parece demonstrar a consciência dos resultados que o afastamento da estância e das tradições traria. Assim, em um momento de fúria, Quirino desabafa,

[...] disse que as coisas não estavam indo bem, estavam sendo roubados escandalosamente só porque a família fazia questão de morar na cidade, quando todos deviam estar morando lá na fronteira. Os números não combinam nunca e o capataz encontra sempre uma justificativa qualquer para mostrar que o engano é meu. E depois ainda há aquela demanda de terras dos Chaves, dez advogados a fazerem chicanas, juizes corruptos, leis safadas, mas uma coisa eu digo, posso perder aquela terra toda, mas não sobra um vivo para contar a história para os seus netos. (GUIMARÃES, 1997, p.78)

Ao pai, de acordo com os preceitos da tradição patriarcal¹, compete a manutenção dos vínculos e da união familiar, uma vez que todos deveriam estudar, conforme lhe replica D. Eudóxia: “Como é que se ia educar os filhos?” (GUIMARÃES, 1997, p.79). Entretanto, a par da formação acadêmica, o patriarca não toma providências para evitar o alheamento dos filhos em relação à real situação financeira da família, possibilitando-lhes um comportamento irresponsável e descompromissado com a sobrevivência material e estrutural do clã Mortágua.

Analisando o romance, nos aspectos concernentes à decadência do gaúcho, Regina Zilberman (1985, p.49) aponta que

Camilo Mortágua é igualmente a trajetória da derrocada de uma classe social, aqui concentrada na biografia do protagonista que dá título ao livro. Por intermédio dele, Josué Guimarães apresenta a lenta desagregação econômica, mas também ética e intelectual, de uma família, outrora rica proprietária de terras e gado na região da Campanha, depois incapaz de gerenciar seus negócios devido à modernização da sociedade segundo moldes capitalistas avançados.

A família Mortágua exemplifica a oligarquia rural sul-rio-grandense desalojada do poder político, e o protagonista representa o não-lugar e a ausência de identidade que marcam o novo gaúcho expulso do campo, um homem fraco que já não encontra forças para seguir em frente, “[...] o riquíssimo estancieiro que, concentrando sua vida na grande cidade, nela se perde, condenado a rever sua vida através de uma sessão de cinema, até o momento em que, redimido, esperando reencontrar-se com a esperança, morre gratuitamente” (HOHLFELDT, 1998, p.80).

Camilo coloca-se diante de uma tela de cinema e revê seu passado “através de uma estranha névoa que para ele representava o tempo que ficara para trás” (GUIMARÃES, 1997, p.190), o longo e doloroso processo que determinou o distanciamento do homem gaúcho do campo, o afastamento dos vínculos míticos e o avançar da História, que ele não alcança compreender. Resta-lhe a morte como único fim, tendo em vista a impossibilidade da recuperação da sua própria identidade, abalada pelos acontecimentos coercitivos que marcaram sua existência, assim como a existência do grupo que ele representa, perdida entre as transformações históricas que se processaram ao longo do século XX. Nessa retrospectiva, Camilo assistirá ao seu próprio assassinato:

O filme estava no fim. Ele agora se enxergava na tela, sentado naquela mesma poltrona, enquanto as cenas se desenrolavam, até o momento em que ouviu na

¹ Sobre o assunto, ver o ensaio Repensando a família patriarcal brasileira. CORREA, M. *apud* ARANTES, A.A. et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*.

tela o disparo de uma arma de fogo, o ruído seco e mortal de um tiro [...] e foi quando alguém gritou que havia um homem ferido na platéia [...]. Camilo começou a sentir-se mal, viu quando seu corpo era deitado no chão e vozes angustiadas pediam que chamasse uma ambulância, o homem morria. (GUIMARÃES, 1997, p.433)

A cena evidencia o distanciamento entre sujeito e o mundo que o circunda e encaminha reflexões que questionam a identidade coletiva sul-rio-grandense.

De acordo com a crítica, *Camilo Mortágua* insere-se naquela linha decadente que marca o monarca das coxilhas, homem que se ausenta do campo e perde sua identidade de gaúcho. Deve-se considerar, no entanto, que o final do romance suscita uma nova questão: Camilo assiste à própria morte na tela do cinema, haveria aqui uma linha que aponta para a destruição final do modelo mítico? Ou a narrativa direciona para um universo maior, em que perdem a identidade, não só o gaúcho, mas os homens e mulheres que sobreviveram ao golpe político e aos anos negros que sucederam à tomada do poder pelos militares em 1964? Afinal, não se pode ignorar que o desenrolar do romance encerra-se em abril de 1964 e o tempo da tessitura do texto corresponde aos primeiros anos da abertura política.

A questão fica aqui em aberto, sujeita a novas investigações que acrescentem elementos relevantes a abordagem da ascensão e queda do monarca das coxilhas e/ou a relacionem com os eventos históricos, que, de algum modo, determinaram alterações no caráter identitário nacional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, V. M. *Teoria da Literatura*. 8.ed. Coimbra : Almedina, 1991.
- ALENCAR, J. de. Benção Paterna. In: _____. *Sonhos d'Ouro*. São Paulo: Tecnoprint, s/d.
- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 32.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CESAR, G. Um escritor (Cyro Martins). In: CARVALHAL, T. F. *Notícia do Rio Grande: literatura/Guilhermino Cesar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
- CHAVES, F. L. *História e literatura*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FISCHER, L. A. “Alguns custos da radicalidade: o romance modernista”. In: DACANAL, J. H. (org.). *O romance modernista: tradição literária e contexto histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990.
- FLORES, M. *História do Rio Grande do Sul*. 5.ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- GONZAGA, S. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GUIMARÃES, J. *Camilo Mortágua*. 7.ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.

HOHLFELDT, A. *Literatura e vida social*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROENÇA FILHO, D. *Estilos de época na literatura*. 15.ed. São Paulo: Ática, 1995.

RICOUER, P. *O si-mesmo como um outro*. Tradução Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

ROUANET, M. H. “Nacionalismo”. In: JOBIM, J. L. (org). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999.

ZILBERMAN, R. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. *A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

_____. “Romance histórico, história romanceada”. In: AGUIAR, F; BOM MEIHY, J.C.; VASCONCELOS, S.G. (org.) *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

Linguagem e representação da realidade

Cristiane Fuzer

RESUMO

Este trabalho tem por propósito mostrar como a linguagem pode ser usada para representar experiências do/no mundo real. Para isso, são utilizados pressupostos teóricos da Gramática Sistemico-Funcional, em Halliday e Matthiessen (2004) referentes à função experiencial da linguagem. A análise, do tipo qualitativa, consiste na descrição dos componentes da transitividade (processos, participantes e circunstâncias) que constituem as orações do texto, e na verificação do modo como a linguagem é usada para representar lugares, coisas, pessoas ou fenômenos. Para ilustrar a análise, selecionou-se um texto que circula em correntes na Internet e que tem o status de mensagens de aconselhamento. A sistemática proposta possibilita uma leitura criteriosa dos textos, cuja interpretação é autorizada pelos elementos linguísticos escolhidos pelo usuário do sistema da língua.

Palavras-chave: Linguagem. Representação. Transitividade.

Language and representation of reality

ABSTRACT

This work has the purpose of showing how the language can be used to represent experiences of/in the real world. To do that, theoretical presupposition of the Systemic-Functional Grammar, based on Halliday & Matthiessen (2004), are used concerning the experimental function of the language. The qualitative type analysis consists of the description of the transitivity components (process, participants and circumstances) that comprise the text clauses, and consists in the verification of the way in which the language is used to represent places, things, people or phenomenon. To illustrate the analysis, it was selected a text that circulates on the Internet which has the status of an advising message. The strategy proposed allows a perceptive reading of the texts, whose interpretation is authorized by the linguistic elements chosen by the user of the language system.

Keywords: Language. Representation. Transitivity.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas podem representar suas experiências no mundo de diversas maneiras através da linguagem. Por meio de textos, representam suas ações, seus sentimentos, suas avaliações, seus comportamentos, segundo seus propósitos num dado contexto.

Cristiane Fuzer é doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Profa. Dra. Nina Célia Barros. E-mail: crisfuzer@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência: BR 158, Faixa de Rosário do Sul, n. 260, Bloco A5, Apto. 206, Bairro Pinheiro Machado. CEP: 97030-620. Santa Maria, RS. Fone: (55) 9961.4713.

Textura	Canoas	n.16	p.58-68	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

De acordo com Martin e Rose (2003, p.6), “falantes e escritores constroem sua experiência de realidade como discurso”. A análise de como os textos representam as pessoas, as coisas e os fatos num campo da atividade social possibilita verificar-se o funcionamento de uma das funções primordiais da linguagem: a função experiencial (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Focaliza-se o conteúdo de um discurso com base nestas questões: que tipos de atividades são empreendidas, como os participantes dessas atividades são descritos, como são classificados e do que fazem parte. Em outras palavras, a função experiencial diz respeito ao modo como a experiência de “realidade” (material e simbólica) das pessoas é construída em seus discursos, com base nas escolhas que realizam em nível gramatical, ou seja, no nível da transitividade. Segundo Cunha e Souza (2007, p.53-54), “o sistema de transitividade permite identificar as ações e atividades humanas sendo expressas no discurso e que realidade está sendo retratada”.

A consciência desse funcionamento da linguagem é fundamental no processo de leitura e produção de textos. Mas o que significa ler e produzir textos? Na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem, podemos dizer que ler consiste em reconhecer como os textos representam pessoas, coisas e fatos num campo da atividade social, e escrever ou falar consiste em representar pessoas, coisas e fatos por meio da escolha de elementos lingüísticos, embora nem sempre essa escolha seja consciente.

Nesse sentido, o propósito deste trabalho é mostrar como a função experiencial da linguagem se realiza no texto, ou seja, como as experiências da realidade são construídas gramaticalmente no discurso. A análise é do tipo qualitativa e consiste em duas etapas. A primeira é a descrição dos componentes da transitividade (processos, participantes e circunstâncias) que constituem as orações do texto. Em decorrência dessa descrição, são depreendidos os efeitos de sentido produzidos no texto sob a perspectiva da função experiencial da linguagem.

A apresentação das noções teóricas sobre transitividade e a explicação dos sentidos depreendidos são realizadas a partir da análise de um texto, selecionado entre textos que circulam em correntes na Internet e que tem o status de mensagens de aconselhamento.

2 REPRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS POR MEIO DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE

Por partilharmos o mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias com os outros, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo, criamos representações. Elas são construídas e trazidas pelas palavras, são veiculadas em mensagens e imagens midiáticas e circulam nos discursos. No campo das Ciências Sociais, o estudo das representações iniciou na França sob o impulso de Serge Moscovici (1976). Nessa área, a representação social é entendida como uma “forma de conhecimento socialmente

elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22).

Enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com as outras pessoas, as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Assim, representar ou se representar corresponde, segundo Jodelet (2001), a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto, apresentando-o, substituindo-o, tomando seu lugar. A representação possibilita tornar o objeto presente quando ele está distante ou ausente, isto é, ela o restitui simbolicamente.

A restituição simbólica de objetos é uma das funções da linguagem e, como as práticas lingüísticas são sociais, é fundamental o papel das palavras como suporte das representações (HARRÉ, 2001). Os vínculos entre atividade lingüística e manifestação das representações sociais são enfatizados nas Ciências Sociais. Nesse sentido, a noção de representação está presente no campo da Lingüística e é relacionada a uma das metafunções da linguagem na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), proposta em Halliday; Matthiessen (2004).

Para esse autor, uma das funções da linguagem é representar nossas experiências exteriores e interiores. Mas, há uma diferença entre aquilo que experimentamos agindo no mundo ao redor de nós e aquilo que experimentamos agindo dentro de nós mesmos, no mundo de nossa consciência, incluindo percepção, emoção e imaginação. A experiência exterior pode ser mais facilmente classificada. A forma prototípica dessa experiência corresponde a ações ou eventos que acontecem ou são realizadas por atores sociais, que fazem coisas ou levam-nas a acontecer. Já a experiência interior é considerada uma espécie de repetição da experiência exterior, recordando-a, reagindo a ela, refletindo sobre ela, no nível da consciência.

Halliday; Matthiessen (2004) salientam que orações que realizam diferentes tipos de eventos têm contribuições distintas para a construção da experiência nos textos. A escolha do falante/escritor por uma ou outra estrutura lingüística dependerá do contexto em que ocorre a enunciação. Gramaticalmente, não apenas o verbo, que serve como processo se desenvolvendo através do tempo, é afetado, mas também grupos nominais e grupos adverbiais são afetados em algum grau. Na GSF, os conceitos de processo, participante e circunstância¹ são categorias semânticas que explicam de modo mais geral como fenômenos de nossa experiência do mundo são construídos na estrutura lingüística. A combinação de processo, participante e circunstância é chamada de “figura”. No centro da figura está o processo, no qual está envolvido um ou mais participantes. A circunstância pode ou não aparecer.

No âmbito da experiência exterior, o evento ou ação pode ser estabelecido, gramaticalmente, como processo (realizado tipicamente por grupos verbais) ou como

¹ A nomenclatura adotada aqui segue a Lista de Termos de Gramática Sistêmico-Funcional em Português, aprovados para utilização pelos participantes na lista de discussão gsemportugues@egroups.com.

participante (realizado tipicamente por grupos nominais). Assim, uma atividade pode ser estabelecida na oração como processo (por exemplo, *vende* em “vende-se encantadora propriedade”) ou como participante (por exemplo, *venda* em “a venda da propriedade foi realizada”).

Os eventos “se desenvolvem de um estado inicial para um final” (CORÔA, 2005, p.67), ou seja, implicam mudança. Segundo Halliday; Matthiessen (2004, p.179), “processos de todos os tipos desdobram-se através do tempo, mas o modo como o processo desdobra-se pode variar de um tipo de processo para outro”. Com base nessa variação no desdobramento, o processo pode ser classificado de diferentes modos. Neste trabalho, focalizam-se os processos materiais, mentais, verbais, comportamentais e relacionais.

A definição e a exemplificação desses tipos de processos e a verificação dos sentidos depreendidos são a seguir realizadas com base num texto que circula como mensagem em correntes pela Internet. A autoria, como ocorre na grande maioria dos textos nessa condição, é desconhecida. Ao final da mensagem, é informado apenas o *site* em que ela está disponível (www.otimismoemrede.com). Eis o texto:

O dono de um pequeno comércio, amigo do grande poeta Olavo Bilac, certo dia abordou-o na rua e disse:

– Sr. Bilac, estou precisando vender o meu sítio, que o senhor tão bem conhece. Será que poderia redigir o anúncio para o jornal?

Olavo Bilac apanhou lápis e papel e escreveu: “Vende-se encantadora propriedade, onde cantam os pássaros ao amanhecer no extenso arvoredo, cortado por cristalinas e merejantes águas de um lindo ribeirão. A casa, banhada pelo sol nascente, oferece a sombra tranqüila das tardes na varanda”.

Alguns meses depois, o poeta encontra-se com o comerciante e pergunta-lhe se já havia vendido o sítio.

– Nem pensei mais nisso – disse o homem. Depois que li o anúncio é que percebi a maravilha que tinha!

Às vezes, não descobrimos as coisas boas que temos conosco e vamos longe atrás de miragens e falsos tesouros.

Valorize o que você tem, a pessoa que está ao seu lado, os amigos que estão perto de você, o emprego que Deus lhe deu, o conhecimento que você adquiriu, a sua saúde, o sorriso, enfim tudo aquilo que nosso Deus nos proporciona diariamente para o nosso crescimento espiritual.

(Autor desconhecido)

O texto se estrutura em duas partes típicas desse gênero: uma narrativa seguida de aconselhamento. Na primeira parte, podem-se levantar as seguintes questões: por

que o anúncio escrito por Olavo Bilac levou o proprietário a desistir de vender o sítio? Em outras palavras, como a linguagem foi usada a ponto de levar o proprietário a perceber o que antes não percebia?

A análise dos processos, participantes e circunstâncias que compõem as orações permite verificar-se como a experiência das personagens em relação ao “sítio” é representada no discurso.

Começamos pela análise das orações que realizam **processos materiais**. Elas são definidas como orações de “fazer-e-acontecer”, porque estabelecem uma quantidade de mudança no fluxo de eventos. Essa mudança é provocada por algum investimento de energia feito por um participante, a que Halliday; Matthiessen (2004) denominam Ator. Esse tipo de processo se verifica em:

Olavo Bilac **apanhou** lápis e papel e **escreveu**:

O Ator dos processos “apanhou” e “escreveu” é “Olavo Bilac”. Esses processos são materiais porque o Ator despendeu certa energia para realizar os movimentos necessários para apanhar lápis e papel e, então, escrever. O processo material “apanhou” é do tipo transformativo, já que um dos participantes pré-existe e é modificado em algum aspecto. Em outras palavras, lápis e papel são modificados de alguma forma durante o desdobramento do processo – pode-se inferir que, no início do processo, estavam guardados num bolso da roupa de Olavo Bilac (tendo em vista que o evento se passa “na rua”) e, ao final, passam para as mãos do poeta.

Já o processo “escreveu” traz à existência outro participante – o anúncio. Quando isso ocorre, o processo material é do tipo criativo. A escolha desse processo indica o atendimento de Olavo Bilac à solicitação do amigo.

Note-se que, além do Ator, outros tipos de participantes estão envolvidos na oração. O participante que é afetado de algum modo pelo processo denomina-se Meta. Então, “lápis e papel” é a Meta, porque sofre a *performance* do processo “apanhou”. Nesse caso, a oração é do tipo “fazer” e, por isso, é chamada transitiva, em que o Ator age sobre a Meta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A análise das orações que constituem o anúncio para o jornal (o resultado do processo de escrever) mostra como Olavo Bilac representa no discurso as suas impressões sobre o sítio:

Vende-se encantadora propriedade, onde **cantam** os pássaros ao amanhecer no extenso arvoredo, **cortado** por cristalinas e merejantes águas de um lindo ribeirão. A casa, **banhada** pelo sol nascente, **oferece** a sombra tranqüila das tardes na varanda.

Em “Vende-se encantadora propriedade”, o processo material “vende-se” não tem um Ator explícito. Essa ausência do Ator no processo “vender” é típica do gênero anúncio. Com a Meta “encantadora propriedade”, é introduzida a descrição do sítio.

Para construir uma imagem “encantadora” da propriedade colocada à venda, são evidenciados aspectos da natureza: pássaros que cantam, um extenso arvoredo, um ribeirão com águas cristalinas e marejantes e uma casa que recebe os raios solares da manhã e da tarde. Pássaros, arvoredo, água e sol são elementos que, progressivamente, vão compondo o retrato de um lugar em que o contato com a natureza é plenamente possível. Como essa imagem se constrói gramaticalmente? A seguir, buscamos responder a essa questão.

Analisemos cada uma das orações, iniciando por:

onde **cantam** os pássaros ao amanhecer no extenso arvoredo

Nessa oração, o processo material “cantam” é do tipo “acontecer”, pois apresenta apenas Ator (“os pássaros”). Quando não tem uma Meta, o processo é chamado intransitivo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ainda nessa oração, há participantes periféricos (considerados opcionais) denominados circunstâncias: “ao amanhecer” expressa uma circunstância de tempo, e “no extenso arvoredo” expressa circunstância de lugar. Note-se que, na segunda circunstância, é apresentado o segundo elemento (o arvoredo) a compor a representação do sítio como uma “encantadora propriedade”.

Na oração seguinte,

cortado por cristalinas e merejantes águas de um lindo ribeirão

o “arvoredo” passa a ser a Meta do processo que se encontra na voz passiva: “[é] cortado”. O Ator desse processo é “cristalinas e merejantes águas de um lindo ribeirão”. Ou seja, as águas do ribeirão agem sobre o arvoredo, transformando a paisagem. Logo, “cortar”, nesse contexto, é um processo material transformativo. Essa estrutura lingüística confere uma imagem de movimento, de dinamismo. Além de, metaforicamente, “cortarem” o arvoredo, as águas são caracterizadas como “cristalinas e merejantes”, isto é, livre de poluição. A origem dessas águas também é avaliada positivamente: “lindo ribeirão”.

Até esse ponto do anúncio, é representado o ambiente natural do sítio. A seguir, é informada a existência de uma casa:

A casa, **banhada** pelo sol nascente, **oferece** a sombra tranqüila das tardes na varanda.

O uso do artigo definido “a” indica que a casa é tomada como algo esperado. Numa oração, a casa é representada como Meta e, na outra, como Ator, o que produz um efeito argumentativo interessante. A casa é representada com uma estrutura adequada em relação à orientação solar: permite o contato com raios solares da manhã (que, como se sabe, são geralmente mais amenos) e protege dos raios solares da tarde (que são geralmente mais intensos). Para produzir esse sentido, na primeira oração, a casa é representada como Meta do processo “banhada”, como algo que se deixa envolver pelo “sol nascente”, o Ator. Na segunda oração, a casa passa a ser o Ator de “oferece”, que tem como Meta “a sombra tranqüila das tardes”. Assim, a casa é representada como um lugar agradável, que não impede o contato com o sol nas melhores horas do dia nem expõe seus usuários aos raios solares nas horas em que o sol é mais forte.

A ausência de outras informações (como o tamanho da casa, a extensão do terreno, etc.), que tipicamente são mencionadas em anúncios de vendas, contribui para a ênfase nos aspectos julgados importantes pelo poeta que, segundo o proprietário do sítio, “tão bem conhece” o lugar. A seleção do que dizer e a escolha do como dizer foram, em certa medida, determinadas não só pelo propósito do anúncio (persuadir compradores para o sítio), mas também, e principalmente, pelas experiências vividas pelo poeta naquele lugar, as quais direcionaram o foco do discurso. Essa seleção de elementos do sistema lingüístico mobilizados no discurso permitiu que o proprietário do sítio, na posição de leitor, percebesse a realidade sob outra perspectiva, o que o fez querer manter a posse da propriedade. Tem-se, assim, uma possível resposta para a questão apresentada anteriormente: como a linguagem foi usada a ponto de levar o proprietário do sítio a perceber o que antes não percebia?

Essa mudança de percepção da realidade é verificada, no texto da mensagem, pelo uso de processos mentais. Diferentemente dos processos materiais, os **processos mentais** dizem respeito à nossa experiência do mundo da consciência de um ser consciente (humano) ou dotado de consciência (personificação), o qual é denominado Experienciador. As orações mentais realizam processos de pensar, sentir, perceber e querer, como se verifica no seguinte trecho:

– Nem **pensei** mais nisso – disse o homem. Depois que **li** o anúncio é que **percebi** a maravilha que tinha!

Na primeira oração, o Experienciador de “pensei”, “li” e “percebi” é o proprietário do sítio na posição de enunciador, conforme indica a primeira pessoa do singular (eu). O participante alvo do processo mental denomina-se Fenômeno. Assim, “nisso” (que retoma a ação de vender o sítio) e “o anúncio” são Fenômenos dos processos mentais cognitivos “pensar” e “ler”, respectivamente. Já “a maravilha que tinha” é Fenômeno do processo mental perceptivo “perceber”. Esses elementos lingüísticos evidenciam a mudança de representação das experiências vividas pelo proprietário do sítio, a partir

do momento que teve acesso à representação discursiva realizada pelo amigo poeta acerca do sítio.

Além da presença de orações materiais e mentais, são típicas em narrativas orações **verbais**, que se realizam por processos de dizer. Essas orações são importantes recursos em vários tipos de discurso, tornando possível a organização de passagens dialógicas. Há sempre o participante denominado Dizente, que emite a Mensagem. No texto em análise, a narrativa inicia com um evento material (“abordou”), seguido de um evento verbal (“disse”):

O dono de um pequeno comércio, amigo do grande poeta Olavo Bilac, certo dia abordou-o na rua e **disse**:

– Sr. Bilac, estou precisando vender o meu sítio, que o senhor tão bem conhece. Será que poderia redigir o anúncio para o jornal?

“O dono de um pequeno comércio” é Ator de “abordou” e Dizente de “disse”. O que segue os dois-pontos (o que é dito pelo Dizente) é a Mensagem (nesse caso, a informação sobre a necessidade de vender o sítio e o pedido de redação do anúncio de venda). A Mensagem se apresenta sob discurso direto. A estrutura introdutória da narrativa é, então, oração material seguida de oração verbal.

Nas orações verbais, pode haver também o Recebedor, a quem o Dizente destina o processo, como ocorre em:

Alguns meses depois, o poeta encontra-se com o comerciante e **pergunta-lhe** se já havia vendido o sítio.

Nessa oração, o Dizente é “o poeta” em relação ao processo “pergunta”, e o Recebedor é “lhe”, que remete ao “comerciante”. A Mensagem é “se já havia vendido o sítio”, apresentada sob discurso indireto. Note-se que a circunstância temporal “Alguns meses depois” sinaliza novo estágio da narrativa, que encaminha a expectativa sobre a resolução da questão.

Note-se que, no final da narrativa, repete-se a estrutura gramatical com que foi iniciada a narrativa (oração material seguida de oração verbal). Essa recorrência, de certo modo, contribui para a fluência da narrativa perante o leitor, uma vez que estruturas gramaticais estáveis parecem facilitar a leitura². Outro aspecto interessante é o efeito da Mensagem da oração verbal: o que o poeta pergunta é, provavelmente, também o que o leitor quer saber.

²Essa é uma constatação que precisa ser comprovada por meio de análises mais aprofundadas de um *corpus* mais extenso sob a mesma perspectiva de linguagem adotada aqui.

Seria natural o leitor esperar por uma resposta que estivesse condicionada ao aparecimento ou não de um comprador para o sítio após a divulgação do anúncio. Mas a resposta se apresenta assim:

– Nem **pensei** mais nisso – disse o homem.

A ordem inversa da oração (Mensagem, processo e Dizente) em vez de a ordem usual (Dizente, processo e Mensagem) produz um sutil efeito de quebra das expectativas iniciais do poeta e, por conseguinte, do leitor. O foco não é mais a busca por um comprador para o sítio (objetivo do anúncio), mas sim a intenção do vendedor. Portanto, o sítio não foi vendido não porque não há comprador, mas porque o proprietário desistiu da venda.

Essa quebra de expectativas iniciais é característica em narrativas. Com essa análise, é possível não só identificar o estágio em que essa quebra ocorre, mas principalmente verificar como se processa, em nível gramatical, a construção desse efeito que torna tão atraentes narrativas desse tipo.

Com a resposta dada pelo comerciante, encerra-se a estrutura narrativa, e inicia-se a segunda parte típica do gênero: o aconselhamento. Nessa parte, o discurso, geralmente com uma estrutura expositiva, passa a ser direcionado ao leitor:

Às vezes, não descobrimos as coisas boas que temos conosco e vamos longe atrás de miragens e falsos tesouros.

Valorize a pessoa que está ao seu lado, os amigos que estão perto de você, o emprego que Deus lhe deu, o conhecimento que você adquiriu, a sua saúde, o sorriso, enfim tudo aquilo que nosso Deus nos proporciona diariamente para o nosso crescimento espiritual.

O envolvimento do leitor no discurso se realiza em duas etapas. A primeira se verifica no primeiro período da exposição, em que o leitor é representado como fazendo parte de uma coletividade, indicada pelo uso da primeira pessoa do plural nos processos “descobrimos” e “vamos”. O leitor, junto de outras pessoas em geral (inclusive o autor da mensagem), é representado como Ator de eventos não aconselháveis.

A segunda etapa da exposição é iniciada com o uso de um processo **comportamental** (o qual tem tendências materiais e mentais): “Valorize o que você tem”. O verbo “valorize”, no imperativo, tem como participante Comportante o leitor da mensagem (“você”). Desse modo, o leitor é solicitado a ter um determinado comportamento diante de coisas e pessoas com que mantêm algum tipo de relação. É aconselhado a ver de modo positivo o que e quem está ao seu redor.

O aconselhamento é ainda construído por meio de orações relacionais. Segundo Halliday; Matthiessen (2004), as orações **relacionais** servem para caracterizar

(Atributivos) e identificar (Identificativos) entidades. Os processos relacionais constroem experiências como seres (e não como coisas ou sensações). Com relação à natureza de ocorrência, constroem mudança sem dispêndio de energia, em fluxo contínuo, uniforme, sem fases distintas. Por isso, podem ser construídas localizações espaciais, como em “a pessoa que está ao seu lado”. Nessa oração, “que” (referindo-se a “a pessoa”) é o Identificado, e “ao seu lado” a circunstância. Com essa estrutura, é estabelecida uma relação entre o leitor e quem pode ser identificado como seu companheiro. Esse sentido também pode ser apreendido da oração “os amigos que estão perto de você”: o pronome “que” (retomando “amigos”) é identificado como aqueles que se encontram numa circunstância especial: “perto de você”.

Sem mais detalhes acerca das diversas inferências que se poderia fazer sobre esses enunciados, convém a observação de que as orações relacionais são constituídas por dois participantes inerentes: duas entidades separadas que estão em relação uma com a outra por meio de um processo que funciona apenas como um *link* entre elas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.213-214).

Desse modo, foram selecionados os componentes da transitividade, com que são identificadas as coisas e as pessoas que, na visão de quem está aconselhando, merecem valorização por parte de quem lê a mensagem. O leitor é incentivado a agir de determinada maneira (nesse caso, sob o ponto de vista religioso).

Buscamos, assim, descrever o funcionamento da linguagem, em nível gramatical, em um texto que tem por propósito transmitir uma mensagem de otimismo ou uma lição de moral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição do sistema de transitividade do texto, conforme proposto em Halliday; Matthiessen (2004), possibilita que se verifique o modo como as pessoas, as coisas e os fatos são representados no discurso. Quando se lê um texto, não se pode ter acesso direto à realidade vivida pelo autor; tem-se, sim, acesso à representação que o sujeito faz dessa realidade, que manifestam as suas impressões sobre si, sobre as coisas, sobre os outros, sobre o mundo que o cerca.

O reconhecimento do que é representado, como e por que é representado de tal modo e não de outro possibilita a realização de inferências autorizadas pela linguagem que constitui o texto (e não por meras intuições, como às vezes ocorre). É importante que o leitor conheça o funcionamento dos mecanismos da linguagem que constroem a representação de experiências no discurso. De certa forma, o olhar sobre o texto sob a perspectiva sistêmico-funcional possibilita a articulação entre a gramática, o texto e o contexto para apreenderem-se sentidos. No contexto educacional, ao conduzir o processo de leitura e produção textual sob essa perspectiva, o professor permitirá ao aluno não só compreender o que lê, mas também analisar criticamente os sentidos produzidos no e pelo discurso.

REFERÊNCIAS

- CORÔA, M. L. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. M. M. *An introduction to functional grammar*. 3th. ed. London: Arnold, 2004.
- HARRÉ, D. Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. In: JADELET, D. (org.). *As representações sociais*. Tradução de Lillian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.105-121.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (org.). *As representações sociais*. Tradução de Lillian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.17-44.
- MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London, New York: Continuum, 2003.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Recursos interpessoais na construção de papéis gramaticais

Sara Regina Scotta Cabral

RESUMO

A gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994), ao trabalhar com a função interpessoal, proporciona ao pesquisador ferramentas que lhe possibilitem verificar como as *personas* textuais são construídas. Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar um texto publicado por Eliane Cantanhêde na *Folha de São Paulo*, em 08 de janeiro de 2003. Os textos foram decompostos em parágrafos, sentenças e orações, as quais foram distribuídas nos elementos Modo e Resíduo. Foram observados os papéis gramaticais, o modo verbal e o MODO da sentença (HALLIDAY, 1994). Os resultados apontam para a construção de um autor que dá opinião a uma audiência, através de proposições e modalizações. Utiliza orações declarativas de polaridade positiva e Adjuntos Modais, especialmente de temporalidade e de intensidade. Ao mesmo tempo é assertivo e irônico. O leitor cumpre o papel de quem lê a informação/opinião e posteriormente participa ou mesmo rejeita a tese defendida pela autora.

Palavras-chave: Gramática sistêmico-funcional. Função interpessoal. Papel gramatical. Modo. Resíduo. Modalidade.

Interpersonal resources in the construction of grammatical roles

ABSTRACT

The Systemic-Functional grammar (HALLIDAY, 1994), working with the interpersonal function, gives the researcher tools for verifying how textual *personae* are constructed. Thus, this article aims to analyze Eliane Cantanhêde's text published in *Folha de São Paulo* on January 8, 2003. The text was divided in paragraphs, sentences and clauses, which were distributed in Mood and Residue. Grammatical roles, verbal mood and MOOD in sentences were observed (HALLIDAY, 1994). The findings indicate the construction of a writer who gives opinions to readers, using propositions and modalizations. She also uses positive polarity statements and Modal Adjuncts, especially time and intensity. The reader plays the role of the one who reads the information/opinion and later accepts or even refuses the author's thesis.

Keywords: Systemic-Functional grammar. Interpersonal function. Grammatical role. Mood. Residue. Modality.

INTRODUÇÃO

O conceito bakhtiniano de gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000), vistos como 'tipos relativamente estáveis de enunciados', ampliaram-se, modernamente, nos

Sara Regina Scotta Cabral é Mestre e doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Professora do curso de Letras da ULBRA Cachoeira do Sul. E-mail: sarascotta@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Rua Duque de Caxias, 1145 – 96.501-301 Cachoeira do Sul/RS. Fone: (51) 3722.1524.

Textura	Canoas	n.16	p.69-82	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

estudos de gêneros textuais (MILLER, 1984; SWALES, 1990; MEURER, 2000; MEURER; MOTTA-ROTH, 2002; DIONÍSIO, MACHADO; BEZERRA, 2002; MEURER, BONINI, MOTTA-ROTH, 2005). Vistos como “classes de eventos comunicativos que envolvem membros que têm os mesmos propósitos” (SWALES, 1990, p.58) ou como “processos e ações sociais específicos e, portanto, práticas sociais específicas” (MEURER, 2000, p.151), os gêneros são, acima de tudo, mais que simples substância ou forma de discurso (MILLER, 1984, p.151-167). É a ação social que eles constituem que deve ser observada. Interessa examinar a “conexão entre gênero e situação recorrente e o modo pelo qual pode ser expresso para representar uma situação retórica tipificada” (MILLER, 1984, p.151).

Dentre os vários gêneros midiáticos, encontra-se a coluna, “seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada, e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum” (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p.102). Já a coluna de opinião é definida por Rystrom (1993, p.241) como ‘artigo interpretativo ou analítico que pode revelar o ponto de vista do escritor, embora seu primeiro propósito seja dar aos leitores informações e previsões, e talvez levantar questões’. Para o mesmo autor, esses artigos classificam-se em escritos que expressam desde a opinião pessoal até a discordância em relação a editoriais de jornais.

Os jornais brasileiros contam com articulistas políticos importantes: Dora Kramer (*Jornal do Brasil*), Suely Caldas (*O Estado de São Paulo*), Eliane Cantanhêde, (*Folha de São Paulo*), Teresa Cruvinel (*O Globo*), Antônio Machado (*Correio Braziliense*) e Rosane de Oliveira (*Zero Hora*).

Uma vez que os enunciados carregam em si as características dos participantes e dos objetivos comunicativos do emissor (BAKHTIN, 2000), a análise da função interpessoal pode contribuir para revelar o papel exercido pelo autor e construído para o interlocutor. Atribuir função interpessoal à fala ou à escrita é dar-se conta do ‘fazer com a linguagem’, ou seja, do papel que as palavras exercem em um evento comunicativo. A linguagem, nesta perspectiva, é vista como ação, em que os sentidos promovem a interação social e os papéis dos falantes são determinados por condições particulares, sejam elas sociais, econômicas, profissionais ou outras.

O objetivo deste artigo é analisar, sob o ponto de vista da gramática sistêmico-funcional, os papéis gramaticais exercidos pelos participantes em um texto de opinião política, escrito por Eliane Cantanhêde em janeiro de 2003. O foco da análise incidirá sobre as marcas lingüísticas que contribuem para a construção do MODO da oração. O texto foi decomposto em parágrafos, sentenças e orações, que foram desmembradas em Modo e Resíduo. Foram observados os tipos e valores de modalidade (HALLIDAY, 1994), a polaridade, os Adjuntos Modais e os papéis gramaticais exercidos pela colunista e pelo interlocutor.

Inicialmente apresentar-se-ão as orientações de Halliday (1994) em relação à função interpessoal, seguidas da abordagem de Thompson e Thetela (1995) sobre

papéis desempenhados e papéis projetados. Logo após serão trabalhados os elementos lexicogramaticais que sinalizam o sistema de MODO e, por fim, será apresentada a análise e os resultados.

A FUNÇÃO INTERPESSOAL

O sistema de Modo

Segundo Halliday, o homem constrói a realidade através de processos semióticos diversos, dos quais o principal é a linguagem. Assim, linguagem, para este autor (1989, p.v), é um aspecto e um recurso de fundamental importância na construção da experiência humana. Função, para Halliday (1989, p.17), é sinônimo de uso, mas, acima de tudo, é a propriedade fundamental da linguagem. Nessa perspectiva, considera três as funções da linguagem: ideacional ou de representação; interpessoal ou de troca e textual ou de mensagem.

Cada uma das três variáveis (campo, relação e modo) constitui a configuração contextual (HASAN, 1989, p.55-59). O campo está diretamente vinculado à função ideacional, ou seja, a conhecimentos e crenças que fazem parte da experiência humana; a relação é responsável pela função interpessoal, que demonstra a interação entre os participantes no ato comunicativo, e o modo evidencia a função textual, que é identificada através do canal de comunicação, da coesão e da coerência textuais.

“O sistema de MODO pertence à função interpessoal da linguagem e é o recurso gramatical para se realizar movimentos interativos no diálogo” (MARTIN; MATHIESSEN; PAINTER, 1997). Na interação, o falante exerce papéis que são mediados através da linguagem. Halliday (1994) usa para esses casos o termo *commodity*, a fim de designar o que está sendo tratado entre emissor/receptor. Enquanto bens e serviços possam existir independentemente da linguagem, dar ou pedir informações só pode ser realizado através de trocas simbólicas.

A fim de que se compreenda semanticamente a negociação através da linguagem, Halliday (1994) sugere que sejam analisados dois pontos: (i) o papel exercido pelos actantes envolvidos no processo, e (ii) a natureza da troca (*commodity*) que está sendo feita (informações, bens ou serviços). Esses dois elementos podem derivar quatro categorias funcionais de linguagem: declaração, pergunta, oferta e comando.

Para o autor, pode-se dar e/ou solicitar informação e/ou bens e serviços. Quando se dá informação, faz-se uma declaração e quando se dá um bem e serviço, faz-se uma oferta. Por outro lado, quando se solicita uma informação, faz-se uma pergunta e quando são solicitados bens e serviços, faz-se um comando. Ao mesmo tempo, Halliday propõe que as trocas entre os interlocutores, quando constituem informações, sejam denominadas ‘proposições’ e, quando constituem bens e serviços, sejam chamadas ‘propostas’. O Quadro 1 ilustra o que foi exposto.

mercadoria papel na troca	informação	bens e serviços
dar	declaração	oferta
solicitar	pergunta	comando
	proposição	proposta

QUADRO 1 – Papéis e funções da fala.
Fonte: Halliday (1994).

Cada uma das funções arroladas no Quadro 1, quando ativadas pelo locutor, pode ser considerada ou não pelo interlocutor. Por parte do primeiro, há uma expectativa de retorno comunicativo, que pode ou não acontecer. As declarações pressupõem reconhecimento, as perguntas aguardam respostas, as ofertas esperam aceitações e os comandos aguardam empreendimento por parte do interlocutor. Entretanto, sabe-se que nem sempre as expectativas do locutor confirmam-se. Pode-se ter, alternativamente para cada uma das situações, contradição, desconsideração, rejeição ou recusa. O Quadro 2 resume o que foi exposto.

Função	Resposta esperada	Resposta alternativa
declaração	reconhecimento	contradição
pergunta	resposta	desconsideração
oferta	aceitação	rejeição
comando	empreendimento	recusa

QUADRO 2 – Funções de fala e possíveis respostas.
Fonte: Halliday (1994).

Thompson e Thetela (1995) distinguem, na função interpessoal, outras duas funções: a função interacional e a função pessoal. A função interacional, por sua vez, subdivide-se em outras duas, referentes aos papéis exercidos pelos participantes do evento comunicativo: os papéis desempenhados e os papéis projetados, apresentados direta ou indiretamente pelo autor, através do modo verbal ou da nomeação/atribuição. Já a função pessoal, expressa pela modalidade do enunciado e por lexemas ou sintagmas avaliativos, dá conta da responsabilidade, real ou disfarçada, do falante/escritor, que também pode se apresentar explicitamente ou não. A Figura 1 esquematiza a função interpessoal.

Para Thompson e Thetela (1995), as escolhas do falante/escritor podem reproduzir a interação autor/leitor do texto e a interação dos participantes da oração. No primeiro caso, os participantes desempenham papéis como fornecedor/solicitador de informação ou fornecedor/solicitador de bens e/ou serviços. Quando a interação se dá entre os participantes dos processos verbais presentes na oração, os autores atribuem a eles papéis que são projetados no contexto do evento comunicativo.

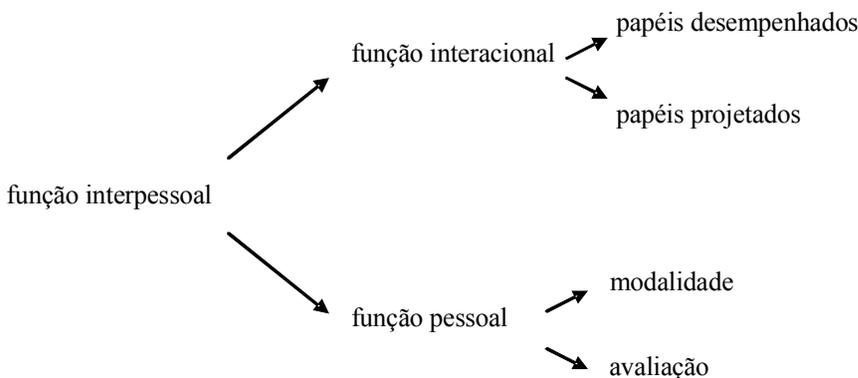


FIGURA 1 – Função interpessoal (adaptado).
 Fonte: Thompson e Thetela (1995).

Distinguir os dois tipos de papéis (desempenhados e projetados) dos participantes leva o analista a compreender não somente a escolha do conteúdo a ser abordado, mas também a gerenciar a interação através da atribuição de diferentes papéis de transitividade para si e para sua audiência. Naturalmente, o ouvinte/leitor pode rejeitar o papel que lhe é projetado, mas isso não invalida a atribuição que o falante/escritor lhe fez.

Gramaticalmente, Halliday (1994) atribui à oração, vista como troca, uma estrutura constituída por dois elementos. Primeiramente, ele identifica a organização global da oração em Modo + Resíduo. Numa segunda etapa, propõe a identificação dos elementos funcionais do Modo e dos elementos funcionais do Resíduo.

Estrutura do Modo

O elemento Modo está constituído, na oração, por Sujeito + Auxiliar (Finito + Adjuntos Modais). O Sujeito geralmente é constituído de grupos nominais, pronomes pessoais, demonstrativos, indefinidos e mesmo por orações inteiras, em casos de encaixamento. É o Sujeito quem carrega a responsabilidade modal da oração. Vale esclarecer que é o Sujeito gramatical que faz parte do Modo (o sujeito com o qual o verbo da oração concorda), não o textual nem o lógico.

O Finito pode estar representado, em português, por um verbo auxiliar, por verbos modalizadores e pela palavra de negação. Em inglês, para orações do tipo *John buys a car*, Halliday (1994, p.72) afirma que há uma forma verbal que “funde” Finito e Verbo (*present + to buy*). O mesmo procedimento é adotado para as formas verbais portuguesas.

O elemento Modo também manifesta, em português, recursos interpessoais de polaridade e de modalidade. A polaridade verifica-se em respostas a perguntas do tipo sim/não. Quanto à modalidade, Halliday (1994) aponta para quatro tipos: probabilidade,

usualidade, obrigação e prontidão. As duas primeiras são adequadas a proposições (declarações e perguntas), constituindo o que o autor denomina modalização; já as duas últimas, mais adequadas a propostas (ofertas e comandos), denomina-as modulação (Figura 2).

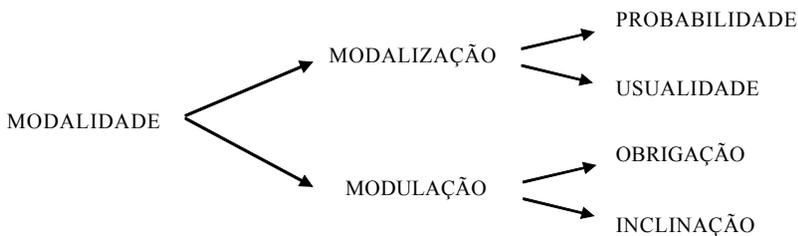


FIGURA 2 – Tipos de modalidade.
Fonte: Halliday (1994).

A modalidade pode ainda apresentar o valor do julgamento que está sendo emitido: se alto, médio ou baixo. O valor mais alto é o que se encontra mais próximo ao pólo positivo e o mais baixo é o que se encontra mais próximo ao pólo negativo. O valor é importante porque dá ao leitor a verdadeira medida das opiniões do autor. A Figura 3 apresenta a relação modalidade/polaridade e os graus do valor da modalização ou da modulação que podem ser utilizados em uma emissão de opiniões, julgamentos, valores.

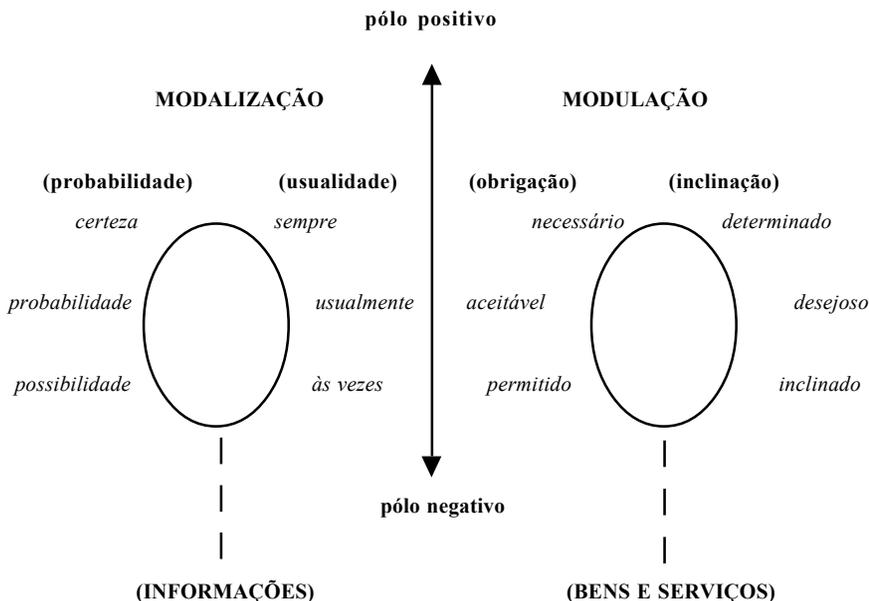


FIGURA 3 – Modalidade e polaridade.
Fonte: Halliday (1994).

A categoria dos Adjuntos Modais abrange dois tipos especiais que ocorrem no elemento Modo: os Adjuntos do grupo do (a) Modo e os do grupo do (b) Comentário (HALLIDAY, 1994). O grupo pertencente ao (a) Modo refere as noções de polaridade, modalidade, temporalidade e modo. Tende a ocorrer, na oração, ou perto do Finito ou em posição temática, embora também ocorra no final da oração. São Adjuntos de polaridade e modalidade:

- (i) polaridade: não, sim, assim;
- (ii) probabilidade: provavelmente, possivelmente, certamente, talvez;
- (iii) usualidade: usualmente, às vezes, sempre, nunca, raramente;
- (iv) prontidão: absolutamente, possivelmente, a todo custo, por todos os meios, prontamente.

São adjuntos de modo:

- (i) obviedade: naturalmente, certamente, claramente;
- (ii) intensidade: assim, simplesmente, meramente, somente, mesmo, atualmente, realmente, de fato;
- (iii) grau: quase, dificilmente, absolutamente, totalmente, completamente.

Já os Adjuntos do grupo do (b) Comentário expressam a atitude do falante diante da proposição como um todo. Ocorrem em pontos significantes da oração, geralmente no início, em posição temática, ou em fronteiras entre Tema-Rema, Resíduo-Modo. Não se exclui a possibilidade de aparecerem no final da oração; mesmo assim, não perdem o caráter opinativo que carregam em si. Podem apresentar-se semanticamente como:

- (i) opinião: na minha opinião, pessoalmente;
- (ii) admissão: francamente, para ser honesto;
- (iii) persuasão: honestamente, realmente, acredite-me;
- (iv) solicitação: por favor
- (v) presunção: evidentemente, aparentemente, sem dúvida
- (vi) desejo: infelizmente, para meu prazer;
- (vii) reserva: de primeiro, provisoriamente;
- (viii) validação: em geral, em princípio, estritamente falando;
- (ix) avaliação: erroneamente, discretamente, compreensivelmente;
- (x) predição: para minha surpresa, como esperado, repentinamente.

Estrutura do resíduo

O Resíduo é um elemento funcional que pode ser constituído de três partes: Predicador (sempre necessário, embora às vezes elíptico), Complementos e Adjuntos. A ordem típica do Resíduo é Predicador ^Complemento(s)^Adjunto(s) Circunstanciais. O Predicador consiste no verbo ou em um grupo verbal, desprovidos de auxiliares. Tem quatro funções: (i) especifica o tempo verbal fora da referência de tempo do evento comunicativo; (ii) especifica outros aspectos como semelhança, tentativa, esperança; (iii) especifica a voz, se ativa ou passiva e (iv) especifica o processo predicado do Sujeito.

Os Complementos são os elementos do Resíduo que têm, potencialmente, a possibilidade de se tornarem Sujeitos, mas não o são. São constituídos geralmente com grupos nominais que completam o sentido do verbo da oração. Já os Adjuntos são os elementos que não gozam da possibilidade de se tornarem sujeitos, uma vez que geralmente são constituídos por grupos adverbiais ou locuções preposicionais.

METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a função interpessoal de um artigo de opinião política, foi escolhido o texto “Alegria, alegria” escrito por Eliane Cantanhêde, na *Folha de São Paulo* em 08.01.2003, cujo tema é o comentário sobre acontecimentos imediatamente posteriores à posse do presidente Lula em 01 de janeiro de 2003..

Inicialmente foi determinada a configuração contextual do texto o qual, a seguir, foi decomposto em parágrafos, sentenças e orações, distribuídas conforme os elementos Modo e Resíduo. Os parágrafos receberam numerais romanos e as sentenças numerais arábicos, o que será freqüentemente reportado, entre parênteses, nos resultados da análise da coluna. Posteriormente, analisaram-se os seguintes aspectos da função interpessoal:

- a) a função da fala e a natureza da mercadoria a ser trocada;
- b) os papéis gramaticais desempenhados pela colunista e pela audiência;
- c) os tipos de modalidade (modalização e modulação);
- d) a polaridade e os valores da modalidade;
- e) os Adjuntos Modais.

Os pressupostos teóricos utilizados para análise foram Halliday e Hasan (1989), Halliday (1994) e Thompson e Thetela (1995).

ANÁLISE

Texto

O texto intitula-se ‘Alegria, alegria’ e foi publicado no dia 08 de janeiro de 2003. Passados os primeiros momentos de festividades com a posse do novo Presidente (Luiz Inácio Lula da Silva - Lula), outros assuntos começaram a envolver o cenário político nacional.

Alegria, alegria

08/01/03

“Qual é o factóide de hoje?” A pergunta, feita por um jornalista numa manhã qualquer depois do dia 1º, mostra como está sendo o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva: boas intenções, frases de efeito, pitadas de demagogia e manchetes, muitas manchetes.

De concreto mesmo, duas coisas importantes: na economia (Fazenda e Banco Central) nada muda por enquanto, e em todos os ministérios um discurso marcadamente social.

Todos os ministros, um por um, assumiram emprestando vontade e disposição para fazer alguma coisa no combate à miséria. Três deles, pelo menos, já estão batendo à porta dos militares para dividir tarefas nessa direção: Transportes, Saúde e Educação. Daí porque o Ministro da Defesa já vem sendo chamado de “bombril”, aquele das “mil e uma utilidades”. E que está driblando a confusão da suspensão da compra dos jatos da FAB. A milicada não gostou.

Alguns dos ministros também mergulharam naquele outro velho discurso do PT, o da moralidade. Ciro Gomes (Integração Nacional) abriu a fila ao cancelar todos os contratos, convênios, liberações da sua área, para ver onde há mutreta. Anderson Adauto (Transportes), apesar de ser do PL, já mandou cancelar licitações, obras de recuperação de estradas e nomeações anteriores da pasta. É a caça às bruxas. E às fadas, também, já que o ministro foi avisando que os justos pagarão pelos pecadores (???!!!).

Somando de tudo um pouco, temos um ministério bem escolhido no conjunto, muita alegria, pitadas de amadorismo e um bando de ministros correndo de um lado para outro para aparecer. Cada jornal sai com uma manchete diferente. Um vai de Trabalho, outro prefere Justiça, um terceiro ataca Educação. Promessas, promessas.

Nas duas últimas posses, terça-feira, 7/1, a do petista Guido Mantega no Planejamento e a do ex-banqueiro tucano Henrique Meirelles no Banco Central, uma certa discordância. Enquanto Mantega falou em reativar os tentáculos do Estado na economia, Meirelles seguiu direitinho o discurso liberal do antecessor Armínio Fraga, com muito mercado e pouco Estado. Detalhes, detalhes.

Passada a primeira semana de governo, o momento agora é de viagens. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer levar a ministrada toda para “conhecer” a miséria no Nordeste. Como se não houvesse miséria em toda parte, inclusive ali do lado do Palácio da Alvorada, onde agora mora. Mas vai dar manchetes e manchetes. E fotos e mais fotos.

Todas essas coisas são típicas de começo de casamento, de lua-de-mel. Tudo passa como se fosse meio engraçado, meio “um-jeito-novo-de-ser”. Mas é bom o novo governo ir se acostumando com a idéia de que a rotina não é tão romântica, há montes de iniciativas não tão simpáticas para negociar com o Congresso e a opinião pública e, passada a lua-de-mel, nada vai ser assim tão fácil nem ser digerido com tanta alegria. Governar não é produzir frases, manchetes e factóides. É, sobretudo, administrar pressões e interesses, assumir más notícias e tourear um Orçamento apertadíssimo. Mais ou menos como nos casamentos.

A hora ainda é de festa, mas depois virá a cobrança. Pode escrever aí.

Análise e comentários

P.	C.	Sujeito	Finito	Adj. Mod.	Resíduo	
		Modo				
I	1	Qual	pres. ind.	-	é o factóide de hoje?	
	2	A pergunta	pres. ind.	-	mostra	
	3	(a pergunta)	particípio	-	feita...manhã qualquer	
	4	o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva ¹	está	-	sendo...: boas intenções, frases de efeito, pitadas de demagogia e manchetes, muitas manchetes.	
II	5	-	pres. ind.	mesmo	(há) de concreto	
	6	nada	pres. ind.	-	muda por enquanto	
	7	-	pres. ind.	-	(há) um discurso marcadamente social	
	8	Todos os ministros	pret. ind.	-	assumiram...alguma coisa	
	9	(todos os ministros)	gerúndio	-	emprestando...	
	10	Três deles	estão	pelo menos, já	batendo...	
	11	(três deles)	infinitivo	-	dividir	
	12	O ministro da Defesa	vem sendo	já	Dai ...chamado de “bombril”, aquele das “mil e uma utilidades”	
	13	(o ministro da Defesa)	está	-	driblando a confusão...	
	14	A milicada	pret. ind.	não	gostou	
	IV	15	Alguns dos ministros	pret. ind.	também	mergulharam...outro velho discurso do PT, o da moralidade
		16	Ciro Gomes (Integração Nacional)	pret. ind.	-	abriu a fila
		17	(Ciro Gomes)	infinitivo	-	cancelar...
		18	(Ciro Gomes)	infinitivo	-	ver
19		-	pres. ind.	-	há mutreta	
20		Anderson Adauto (Transportes)	pret. ind.	-	já mandou	
21		(alguém)	infinitivo	-	cancelar licitações	
22		(Anderson A.)	pres. ind.	-	ser do PL.	
23		(A caça às bruxas)	pres. ind.	-	(é)	
24		A caça às fadas	pres. ind.	também	é	
25		o ministro	foi	-	avisando	
26	os justos	futuro	-	pagarão pelos pecadores		
???!!! ²						
V	27	(-)	gerúndio	-	Somando...um pouco	
	28	(nós)	pres. ind.	-	temos...bem escolhido..., muitas pitadas de amorismo e um bando de ministros	
	29	(um bando de ministros)	gerúndio	-	correndo de um lado para outro	
	30	(um bando de ministros)	infinitivo	-	aparecer	
	31	Cada jornal	pres. ind.	-	sai com uma...	
	32	Um	pres. ind.	-	vai...	
	33	outro	pres. ind.	-	prefere	
	34	um terceiro	pres. ind.	-	ataca...	
	Promessas, promessas. ³					

¹ Os Adjuntos Conjuntivos não são contemplados neste quadro, uma vez que, para Halliday (1994), eles pertencem à função textual, e não à função interpessoal que é o foco de análise neste artigo.

² O conjunto de sinais de pontuação não constitui o Resíduo. É apenas a representação gráfica de uma manifestação de surpresa da autora.

³ As exclamações, os chamamentos e as saudações constituem o que Halliday (1994) denomina *minor clauses*, ou seja, orações menores, que não apresentam processos envolvidos na sua construção. A oração menor não possui nem Modo nem Resíduo, entretanto, para não quebrar a seqüência do texto, foi inserida no Quadro.

VI	35	A (posse) de GM e HM	(pret. ind.)	-	(houve) uma outra discordância
	36	Mantega	pret. ind.	-	falou
	37	(Mantega)	infinitivo	-	reativar os tentáculos...
	38	Meireles	pret. ind.	-	seguiu direitinho ... discurso liberal muito mercado e pouco Estado.
Detalhes, detalhes. ⁴					
VII	39	A primeira semana de governo	participio	-	passada
	40	o momento agora	pres. ind.	-	é...
	41	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva	quer	-	levar a ministrada toda
	42	(a ministrada)	infinitivo	-	'conhecer'...
	43	(-)	subj.pret.	-	houvesse..., inclusive ali do lado.
	44	(Lula)	pres. ind.	-	mora...
	45	(isso)	vai	-	dar manchetes e manchetes.
VIII	46	(isso)	(vai)	-	(dar) fotos e mais fotos.
IX	47	Todas essas coisas	pres. ind.	-	são típicas de começo de casamento, de lua-de-mel
	48	Tudo	pres. ind.	-	passa
	49	(tudo)	subj.pret.	-	fosse meio engraçado, meio "um jeito-novo-de-ser"
	50	O novo governo ir se acostumando	pres. ind.	-	é bom
	51	o novo governo	ir	-	se acostumando
	52	a rotina	pres. ind.	não	é tão romântica
	53	(-)	pres. ind.	-	há montes de iniciativas não tão simpáticas
	54	(o governo)	infinitivo	-	negociar
	55	a lua-de-mel	participio	-	passada
	56	nada	vai	-	ser assim tão fácil
	57	(nada)	vai ser	nem	digerido com tanta alegria
	58	Governar	pres. ind.	não	é ... e factóides.
	59	(governar)	(pres. ind.)	sobretudo	administrar
	60	(governar)	(pres. ind.)	-	(é) assumir más notícias
	61	(governar)	(pres. ind.)	-	(é) tourear um Orçamento apertadíssimo
	62	(isso)	(pres. ind.)	-	(é) como nos casamentos.
X	63	A hora	pres. ind.	ainda	é de festa.
	64	a cobrança	futuro	-	virá...
	65	(Você)	pode	-	escrever aí

O texto 'Alegria, alegria' apresenta como campo, em sua configuração contextual, um comentário acerca da primeira semana do novo governo, comparando-a à primeira semana de um casamento ('Todas essas coisas são típicas de começo de casamento, de lua-de-mel', 47). A referência às primeiras atividades desengonçadas das personagens dão um certo tom de ironia a essa coluna de opinião.

⁴ Idem.

A variável modo revela que o texto foi escrito em jornal *on-line* e está construído com dez parágrafos e 65 orações. Três orações menores também fazem parte da amostra; uma delas se efetiva somente com sinais de pontuação (???!!!, entre as orações 26 e 27).

Quanto à variável relação, pode-se afirmar que fazem parte do evento comunicativo a autora, a editoria do jornal e a audiência, em posições hierarquicamente assimétricas. Os leitores não têm possibilidade de reversão simultânea, embora possam manifestar-se através de cartas do leitor, de comentários em *blogs* ou mesmo oralmente com pessoas de suas relações.

Quanto à função interpessoal também se pode afirmar que:

a) O texto tem a função de dar informações e principalmente a opinião da autora sobre a primeira semana do novo governo. Dentre as 65 orações, apenas uma apela para a solicitação de bens ou serviços (65). Note-se que a pergunta inicial do texto (1) tem a característica de pergunta retórica, feita por outro jornalista, e não constitui a solicitação ao leitor de uma resposta a Eliane Cantanhêde.

b) A autora desempenha o papel gramatical (HALLIDAY, 1994; THOMPSON E THETELA, 1995) de alguém que faz modalizações ao leitor e busca a aceitação de suas proposições. Esse leitor, que desempenha o papel de quem recebe as opiniões de Cantanhêde, poderá demonstrar reação contrária, manifestando seu desacordo com o que está exposto no artigo. Das 65 orações analisadas, somente uma apresenta modulação. Em “Pode escrever aí” (65) a linguagem é utilizada para estabelecer um comando por parte da autora.

c) Os tempos verbais empregados referem-se ao presente do indicativo, ao pretérito (do indicativo e do subjuntivo) e a alguns infinitivos. A autora faz uso da terceira pessoa, tornando seu texto impessoal. Somente na última sentença do texto usa a segunda pessoa em uma forma imperativa. No restante dos parágrafos, a interpessoalidade está implícita, através de nomeações, repetições, adjuntos e avaliativos.

d) A colunista prefere organizar seu texto num pólo positivo. Entretanto, em 4 orações utiliza a polaridade negativa (14, 52, 57, 58). Quanto aos valores de modalidade, pode-se afirmar que afirmações convivem no texto com dez orações modalizadas em pequeno grau por Adjuntos Modais (a oração 10 contém dois Adjuntos no Modo), além de um comando com um operador modal em grau médio (“Pode escrever”, 65).

d) Os Adjuntos Modais presentes no texto são: ‘mesmo’ (5, intensidade), ‘pelo menos’ (10, intensidade), ‘já’ (10, 12, 20, temporalidade), ‘não’ (14, 52, 58, polaridade), ‘nem’ (polaridade, 57), ‘sobretudo’ (59, grau), ‘ainda’ (63, temporalidade). Não há Adjuntos de Comentário propriamente ditos, mas há orações menores que exercem essa função: ‘Promessas, promessas’, ‘Detalhes, detalhes’. Eliane Cantanhêde faz uso de sinais de pontuação (“???!!!” entre a sentença 26 e a 27), que expressam seu estado de espanto e, ao mesmo tempo, de surpresa com a informação que lança no final do quarto parágrafo.

Muitos avaliativos estão lexicalizados como Qualificadores ou como Nomes, seja no Modo seja no Resíduo: ‘boas’, ‘de efeito’, ‘de demagogia’ (4), ‘bombril’ e ‘mil e uma utilidades’ (12), ‘confusão’ (13), ‘milicada’ (14), ‘outro velho’ (15), ‘mutreta’ (19), ‘caça às bruxas’ (23); ‘muitas pitadas de amorismo e um bando de ministros’ (28), ‘tentáculos’ (37), ‘ministrada’ (40), ‘típicas de começo de casamento, de lua-de-mel’ (47), ‘um-jeito-novo-de-ser’ (49), ‘romântica’ (50), ‘assim tão fácil’ (54), ‘más’ (60). Destaca-se também o uso do processo ‘tourear’ na oração 61. Implicitamente, através dos sintagmas citados, do uso de orações menores e de sinais de pontuação repetidos, a autora busca aproximar o leitor, para quem faz ‘confidências’ e com quem tem liberdade de construir ironias ao comentar sobre um certo casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar as marcas de função interpessoal presentes em um artigo de opinião política publicado na Folha de São Paulo. Os resultados mostram que a autora escreveu seu texto utilizando formas verbais no presente e no pretérito do indicativo, com quase nenhuma hipotetização. Ao mesmo tempo, Cantanhêde desempenha o papel de quem dá sua opinião para uma ampla audiência e tenta persuadi-la, mas sabe que os leitores poderão ou não partilhar das mesmas idéias.

A articulista se constrói como alguém que observa a realidade, que tem um discurso assertivo e que sabe, por experiência, que as semanas seguintes às comemorações de um casamento são de volta à realidade. Cantanhêde busca a aproximação da audiência (que trata como a uma amiga a quem faz especulações) e para isso emprega Adjuntos Modais, ironias, avaliativos, e orações menores.

A coluna de opinião política analisada, mesmo que faça uso de estratégias próximas às do gênero ‘fofoca de amigas’, apresenta modo inteligente e informal de discutir, com a nação, e especialmente com uma grande diversidade de leitores, os assuntos que envolvem a vida de todos os cidadãos. Sugere-se que, em um próximo trabalho, seja analisada a função pessoal, sob o ponto de vista da valoração (MARTIN; WHITE, 2005) assim como se faça o mesmo no texto “Fim da lua-de-mel”, escrito pela mesma autora e publicado em 15 de janeiro de 2003, uma semana depois deste artigo.

REFERÊNCIAS

- BAKHITIN, M. *Estética da criação verbal*. 13.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CANTANHÊDE, E. Alegria, alegria. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 jan. 2003. Disponível em: << <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult681u63.shtml>>. Acesso em 15 jun. 2003.
- DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 21.ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. *Language, context and text: aspects of a language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University, 1989.

HASAN, R. The structure of a text. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. *Language, context and text: aspects of a language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University, 1989, p.52-69.

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave, 2005.

MARTIN, J. R.; MATHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Edward Arnold, 1997.

MEURER, J. L. O conhecimento dos gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORKTAMP, M. B. M.; TOMICHT, L. M. B. (org.). *Aspectos de lingüística aplicada – estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, 2000.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teoria, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais: subsídios para o ensino da linguagem*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*. n.70, p.151-167, 1984.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RYSTROM, K. *The why, who and how of the editorial page*. 2.ed. Pennsylvania: Strata Publishing Company, 1993.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G.; THETELA, P. The sound of one hand clapping: the management of interaction in written discourse. *Text* 15/1, 103-127, 1995.

Espaços singulares para leituras necessárias: projetando a recepção do texto dramático na escola

Fabiano Tadeu Grazioli

RESUMO

O presente texto apresenta, inicialmente, reflexões sobre a importância da leitura dos diversos gêneros no processo de formação de leitores, focalizando principalmente a falta de espaço para a leitura do texto dramático no contexto escolar. Na sequência, o autor propõe a Leitura Dramática como metodologia para a inserção das atividades de recepção do texto dramático no referido contexto e apresenta sugestões de textos breves a serem aproveitados para tal atividade.

Palavras-chave: Formação do leitor. Leitura da dramaturgia. Teatro.

Unusual spaces for essential readings: Projecting the drama text reception in the school

ABSTRACT

The present text initially shows reflections about the importance of reading of the diverse kinds of genres in the readers' formation process, focusing mainly on the lack of space for the reading of the drama text in the school context. Next, the author proposes the reading of drama as a methodology for the insertion of activities of the drama text in the school context and presents suggestions of short texts to be used for this activity.

Keywords: Readers' formation. Drama reading. Theater.

1 DELIMITANDO AS AUSÊNCIAS

Em meio a tantas constatações das não-leituras dos alunos brasileiros, podemos apontar a negligência da escola e dos professores para com a leitura do texto teatral impresso. O gênero dramático não encontra, no momento atual, um lugar amplo onde possa ser acolhido para a leitura, onde seja alvo de discussões e debates sobre a linguagem que o caracteriza e sobre a arte que ele projeta, sobre os conteúdos abordados e sobre os efeitos que provoca na recepção do leitor em formação.

Fabiano Tadeu Grazioli é Mestre em Letras – Estudos Literários – pela Universidade de Passo Fundo/RS (2007). Autor da dissertação *Teatro de se ler: a leitura do texto teatral e a formação do leitor*. Diretor de Teatro.

Endereço para correspondência: Avenida Presidente Vargas, 145/103, Centro. CEP 99700-000. Erechim – RS. E-mail: tadeugraz@yahoo.com.br. Fones: (54) 3522.7514; (54) 9113.4173.

Textura	Canoas	n.16	p.83-99	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

Em recente pesquisa, Souza (2000, p.19) afirma que “as crianças têm convivido muito pouco com a poesia, e quando essa convivência ocorre, os equívocos didáticos são numerosos”. A autora refere-se ao pouco e incorreto uso do texto poético em séries iniciais, portanto, na escola, ambiente no qual, geralmente, a criança mantém os primeiros contatos com os textos literários. Sua constatação torna-se mais preocupante, quando afirma, em outro estudo, que “a poesia infantil poderia ser o gênero escolhido para dar início à difícil tarefa de despertar o gosto pela leitura” (SOUZA, 2004, p.64). Equívocos como esse justificam o quadro negativo que, nas últimas décadas, tem predominado nas escolas brasileiras com relação à formação de leitores.

Se o texto poético, mesmo com sua importância reconhecida e legitimada na formação de leitores, não é o objetivo de práticas de leitura significativas, podemos afirmar, seguramente, que o texto teatral, do qual raros estudos têm-se apropriado, é praticamente ignorado, ou seja, sua leitura, na escola, não ultrapassa o limite da versão impressa do programa de conteúdos. E o que verificamos é mais lamentável do que o fracasso da tentativa de fazê-lo: o sistema educacional, em nenhum nível, parece empenhar-se minimamente para a viabilização de sua leitura. Observemos brevemente a presença do gênero dramático nos diferentes programas de ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa, ao sistematizarem os conteúdos do primeiro e segundo ciclos, tanto do Ensino de primeira a quarta série quanto do Ensino de quinta a oitava série, assinalam o texto teatral, seja relacionado aos gêneros discursivos adequados para o trabalho da linguagem escrita, seja aos gêneros privilegiados para a prática de leitura e escuta de textos. Ao assim proporem, fica subentendido o contato, a leitura e o “manuseio” do referido gênero no Ensino Fundamental. Mas, como sabemos, esse documento trata de organizar e fundamentar as práticas pedagógicas das diferentes áreas e disciplinas, servindo como um guia para a atuação do professor em sua sala de aula, sem, no entanto, empenhar-se em viabilizar metodologicamente essas práticas.

Ao analisar o programa de Literatura do Ensino Médio, encontramos o gênero dramático contemplado na primeira série. O seu estudo aparece no primeiro ou segundo bimestre, antecedido dos principais conceitos acerca da arte literária e formulação dos diferentes gêneros. Os itens sugeridos são elementares e dizem respeito à natureza, estrutura e espécies do gênero dramático. No decorrer deste nível de ensino, são indicadas as leituras de diversos textos teatrais relacionados aos períodos cronológicos que o aluno vai conhecendo.

Embora conste nos programas, é sabido que as escolas, nos níveis de ensino em questão, não promovem o contato previsto entre aluno e texto teatral. Muito antes de esses programas serem organizados, Barcelos (1975, p.30) já observava que “a criança aprende poesia e prosa, mas a dramaturgia nunca foi pensada e lhe é negada.” Certamente essa observação continua tendo validade no sistema educacional atual. No Ensino Médio o gênero dramático pode até ser contemplado, para além das balizas

dos programas de ensino, mas, no nosso entendimento, trata-se, quase sempre, de uma abordagem meramente teórica do gênero, que não discute, muito menos promove a leitura do texto teatral. A essa constatação associamos o fato de o programa de ensino em questão considerar que, devido à previsão de introdução e desenvolvimento da leitura do texto teatral no nível antecedente, os alunos, no Ensino Médio, já seriam leitores capazes de interagir significativamente com os diferentes gêneros, inclusive com o dramático.

Entretanto a justificativa mais coerente para esse impasse é o apagamento da noção de leitura dos estudos literários, mais especificadamente, da crítica literária e da pesquisa em literatura, que Marisa Lajolo tematiza em artigo recente. Segundo ela, esses estudos.

[...] serão tanto mais **produtivos** quanto mais se detiverem nas **diferentes formas de interação entre autores, obras e públicos** no bojo de diferentes tradições. [...] Numa primeira mirada, essas mediações e interações articulam-se de diferentes formas às **condições de leitura** – públicas e privadas – disponíveis na sociedade. (LAJOLO, 2005, p.87) (grifo do autor)

A colocação de Lajolo nos faz pensar que a indiferença da crítica literária e da pesquisa em literatura com relação à leitura perturba os autores que acreditam na necessária intersecção entre as áreas acadêmicas voltadas ao estudo da literatura e as linhas de pesquisa embasadas nos estudos sobre a leitura. A partir da autora, podemos afirmar que os estudos literários não possuem flexibilidade suficiente para dar conta da leitura dos diferentes gêneros. A singularidade da teoria frente à pluralidade dos textos gera estudos incompletos, que terminam por fragmentar conhecimentos que poderiam muito bem (se observadas desde o princípio as “diferentes formas de interação entre *autores, obras e públicos*”) existir sem divisão. E a escola, encarregada da “educação literária” do indivíduo e da formação de leitores críticos e plurais, procura cumprir essa tarefa, utilizando-se desses estudos.

É assim que nascem e perduram na escola concepções errôneas de leitura, as quais geram equívocos metodológicos (ao tratarmos de qualquer gênero) e a obstrução de um tipo de texto específico dos programas de ensino. Caroline Cassiana Silva dos Santos e Renata Junqueira de Souza apontam como mais recorrente na escola uma concepção de leitura que

[...] denota uma **decodificação de signos lingüísticos**, por meio de aprendizado estabelecido a partir do **condicionamento estímulo-resposta**. Tal conceito [...] ignora a profundidade da experiência do contato do indivíduo com os elementos da comunicação humana. (SANTOS; SOUZA, 2004, p.80) (grifo do autor)

Percebida desse modo, superficial e mecanicamente, a leitura não consegue se colocar a serviço da formação de indivíduos que almejam interagir com diversos tipos de texto, devido ao fato de estar muito distante de abraçar, em suas metodologias, textos que fogem à formatação “treinada” pelos materiais didáticos. Isso acontece, porque a escola não cultiva um conceito abrangente de leitura, que a perceba como um processo amplo e que, segundo Santos e Souza, “envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos” (ibid.).

Diante do exposto, vale lembrar que a falta de espaço para a leitura do texto teatral e de uma metodologia que possibilite sua efetivação, considerando natureza, estética e estrutura próprias desse gênero, traz ao aluno danos que se agravam, tornando-se irreversíveis, na medida em que terminam por colocá-lo cada vez mais distante das diversas interfaces do teatro. Ignorando o texto teatral, a escola está também afastando dos alunos a “matéria-prima” da arte teatral, sendo que o texto dramático tem (também) como finalidade a construção do espetáculo. Assim sendo, o descuido com relação a esse gênero impossibilita um processo duplamente significativo: a formação de leitores capazes de interagir significativamente com o texto teatral e, por conseqüência, a possibilidade de os jovens dialogarem com a linguagem cênica por meio do espetáculo que o mesmo, virtualmente, contém. A atitude de não aproximar alunos e textos teatrais gera, assim, a impossibilidade de o aluno interagir com a linguagem cênica em, pelo menos, dois âmbitos distintos, o “fazer” e o “assistir” teatro. Conferida a importância de a dramaturgia se fazer presente na escola, vamos apresentar uma possibilidade desta instituição, por meio das disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, promover a leitura do gênero dramático.

2 VISUALIZANDO AS PRESENÇAS

A Leitura Dramática é uma atividade proveniente dos meios cênicos, e se distingue da dramatização, porque é realizada com o olhar sobre o texto impresso, ou seja, lê-se durante a apresentação, não havendo, portanto, necessidade de decorar o texto. Tal atividade pode constituir um curso de longa duração, ou mesmo uma disciplina dentro do Curso de Arte Dramática, pois se trata de uma habilidade importante para o ator que deseja ter um bom relacionamento com o texto teatral. Contudo a Leitura Dramática pode ultrapassar o círculo da formação teatral e se fazer presente na escola, ocupando um lugar importante nas aulas de literatura, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, momento em que os programas de ensino assinalam a interação com diversas obras dramáticas, como as de Gil Vicente, João Cabral de Melo Neto, Martins Pena e Nelson Rodrigues. Não se trata da inserção de oficinas de teatro nas escolas, muito menos da contratação de profissionais da arte cênica para a condução dos trabalhos. A atividade é somente um enfoque artístico diferenciado na metodologia do ensino da literatura, que privilegia a leitura do texto dramático.

A utilização da Leitura Dramática como via de entrada do texto teatral e da atividade dramática na escola apresenta-se como a alternativa mais viável, a que melhor condiz com a realidade do ensino público brasileiro, ou seja, com a possibilidade de se projetar, a partir do texto teatral impresso¹, ações pedagógicas significativas, uma vez que, para as escolas públicas brasileiras é praticamente impossível conceber uma estrutura que permita a elaboração de espetáculos que realmente sensibilizem para a importância do teatro na perspectiva de educação humanística, estética, social, e artística do aluno. Evidências disso é que a Leitura Dramática pode acontecer na sala de aula, não havendo necessidade de um espaço físico especial, como palco ou auditório. Além disso, é dispensável a elaboração e a confecção de figurinos e cenários, pois se trata de uma atividade em que a tônica é o texto dramático e a sua oralização.

2.1 Apontamentos para a presença significativa

Sugerimos que as atividades de Leitura Dramática sejam realizadas após os alunos e os professores terem discutido aspectos importantes do texto em questão, tais como o contexto histórico, político e cultural da história, os costumes da época, as relações entre as classes sociais evidenciadas pela trama, e a linguagem característica dos textos escolhidos.

Além do motivo pelo qual propomos a Leitura Dramática, que é o de aproximar leitores e obras dramáticas, podemos assinalar como objetivos desta atividade:

- Desenvolver possibilidades de expressão vocal no momento da exposição dramática, incentivando o uso e o desenvolvimento de capacidades de expressão oral;
- Propor uma experiência de leitura distinta, que parte da oralização do texto em direção a sua atualização (encenação)², promovendo, nesse processo, a construção do sentido do texto em questão.

No desenvolvimento da Leitura Dramática na escola, sinalizamos os seguintes passos:

1. Solicitar aos alunos que realizem uma leitura prévia do texto, para reconhecimento da história, da estrutura, da atuação e importância das

¹ O texto teatral impresso circula pelas escolas, chegando às mãos dos alunos. Um exemplo disso é o programa Literatura em Minha Casa, uma ação (já extinta) do Ministério da Educação e Cultura através do PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola. Sem pretensão de avaliar a eficiência do Projeto, gostaríamos de enfatizar que os alunos das diversas séries do Ensino Fundamental do país receberam, por meio deste programa, um conjunto de cinco livros, sendo um deles uma peça teatral. Foram assim distribuídos, nos anos de 2001 a 2003, cerca de 400.000 obras literárias, dentre as quais, cerca de 20% contemplavam o gênero dramático. Os títulos distribuídos e maiores detalhes do programa podem ser conferidos no endereço: <http://www.mec.gov.br>.

² É importante salientar que, muitas vezes, as companhias teatrais realizam Leituras Dramáticas como exercício inicial dentro do processo de montagem de um espetáculo. É nesse sentido que afirmamos que, num contexto em que se procura a interação significativa com o texto teatral, e se dispõe dos diversos recursos exigidos pela montagem de um espetáculo teatral, o trabalho com a Leitura Dramática pode progredir e tornar-se uma via de entrada, não só do texto teatral, mas da atividade teatral na escola.

personagens, e que, na data combinada, vistam roupas com cores neutras, de preferência pretas;

2. Na data combinada, distribuir os papéis entre os alunos³, bem como escolher o “narrador”, que lerá somente as rubricas, ou seja, as indicações cênicas presentes no texto;

3. Na seqüência, os alunos atores sentam-se em frente aos demais, possibilitando assim a formação de uma platéia, para a qual deverão ficar claros os nomes das personagens que serão representadas.

4. A utilização de luzes e algumas músicas de fundo previamente escolhidas pelo professor auxiliam na criação do ambiente necessário ou sublinham o significado das cenas. Quanto às luzes, ilumina-se somente a mesa, a zona reservada para o público deve ficar na penumbra;

5. Antes da leitura, o professor orienta os alunos para que dêem à sua voz matizes e intensidades necessários para comunicar o que dizem com maior força dramática. É preciso falar claramente e, como sempre, quando se lê um texto em voz alta, cuidar da dicção para que as falas cheguem ao público com maior clareza. Sugerimos que, em cada cena, os atores envolvidos, assim como o leitor das rubricas, fiquem em pé para dar ênfase aos atores e aos textos que eles dirão.

6. Para possibilitar a todos os alunos a participação na Leitura Dramática, trocar o elenco a cada cena ou, então, se o texto escolhido não for extenso, repetir a leitura, substituindo os atores pelos colegas que estavam na platéia.

7. Após a leitura, abrir um espaço para o debate entre atores e platéia, abordando aspectos do texto como o enredo, personagens, os costumes da época em que a história acontece, entre outros.

3 ALGUMAS SUGESTÕES DE TEXTOS DRAMÁTICOS

Apresentamos, na seqüência, sugestões de textos teatrais próprios para a realização da Leitura Dramática na escola. Optamos por selecionar textos curtos, motivo pelo qual afirmamos tratar-se de textos para dar início ao trabalho com a referida técnica no contexto escolar. Nos meios cênicos, tais textos são conhecidos como “sketches”, mas os dicionários de Língua Portuguesa e Teatro já registram a palavra em sua forma abreviada: esquete, por isso, ao nos referirmos a tais textos, usaremos esta forma. Patrice Pavis assim define o esquete:

É uma cena **curta** que apresenta uma situação geralmente **cômica**, interpretada por um pequeno número de atores sem caracterização aprofundada ou de intriga,

³ Uma vez que a turma já participou de outras Leituras Dramáticas, a divisão pode ser realizada anteriormente, dando oportunidade para o aluno observar com ênfase a sua personagem.

aos saltos e insistindo nos momentos engraçados e subversivos. O esquete é, sobretudo, o número de atores do **teatro ligeiro** que interpretam uma personagem ou uma cena com base em um texto humorístico e satírico, no “music hall”, no cabaré, na televisão ou no “café-teatro”. Seu princípio motor é a **sátira**, às vezes literária (paródia de um texto conhecido ou de uma pessoa famosa), às vezes grotesca e burlesca (no cinema e na televisão), da vida contemporânea. (PAVIS, 1999, p.148) (grifo do autor)

Luis Paulo Vasconcellos (1987), além de condensar as informações de Pavis, afirma que o esquete geralmente é um fragmento de um texto mais extenso. Os três primeiros textos que apresentamos são esquetes “propriamente ditos” e se enquadram nas afirmações dos dois autores, pois são retirados de textos maiores e predominam neles as situações cômicas e satíricas. Sugerimos que sejam lidos junto a turmas de séries finais do Ensino Fundamental (7ª e 8ª séries) e Ensino Médio. O último texto é inspirado na peça *Médico à força*, de Molière e, pelo fato de apresentar uma linguagem simples, pode ser lida na 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, proporcionando aos alunos o primeiro contato com um clássico da dramaturgia universal. As rubricas dos textos não obedecem a uma convenção única, porque foram conservadas como nos originais.

A almôndega⁴

O ambiente retrata um escritório de um intelectual. Mais precisamente um professor de sociologia. Adentra o palco um homem de meia idade, que tem um ar de angústia típica daqueles “que pensam demais”. Entra, procura alguns livros, acha o que procura. Senta-se à escrivaninha, procura umas anotações e repentinamente se depara com um pacotinho embrulhado sobre os papéis. Olha desconfiadamente o pacotinho e finalmente o abre. Ao abrir, surpreende-se ao constatar que dentro do pacotinho tem uma deliciosa almôndega, artisticamente preparada. Deve parecer extremamente apetitosa.

Professor (desconcertado) – Uma almôndega. (pausa) Uma almôndega? (pausa) Sem dúvida, uma almôndega. Mas o que faria uma almôndega no meu escritório? Ou melhor quem deixou embrulhado num pacotinho azul esta almôndega? (chama) Lúcia! Lúcia!

Lúcia (entrando) – O que foi querido?

⁴ Este esquete, assim como o próximo, é inspirado na obra de Dino Buzzati, escritor italiano nascido em 1906, e falecido em 1972. Buzzati costuma ser classificado como expoente do Teatro do Absurdo italiano. É autor de inúmeros livros, peças de teatro, quadros e roteiros para filmes; tem editado no Brasil, pela Ed. Nova Fronteira, os seguintes trabalhos: *O Deserto dos Tártaros*, *Um Amor*, *Naquele Exato Momento* e *As Noites Difíceis*. Os temas predominantes na sua obra são: a fantasia, a solidão, a magia, a montanha, a música, a poesia, a espera, a morte e a eternidade.

Professor (intuitivamente desconfiado) – Foi você que deixou um pequeno embrulho em cima da minha mesa?

Lúcia – Não, querido. Que embrulho?

Professor – Um embrulhinho assim oh, deste tamanho. (faz gesto) Tem uma almôndega dentro dele.

Lúcia – Meu bem, pelo amor de Deus, não me faça rir. (rindo) Pelo menos é seu prato predileto, portanto das duas uma, ou você come por que está com fome, ou você come por que, independente da fome, é seu prato predileto. (Ri mais ainda e sai falando) Almôndega, pacotinho... veja você. Almôndega. Almôndega! (Sai rindo)

Professor inquieto, sem entender, fita a almôndega com muita curiosidade. Cheira-a. Principalmente contempla-a como a um troféu que não sabe se é seu ou não.

Professor (chamando) – Marco! Marco!

Marco – Sim, pai.

Professor – Foi você que deixou um pacotinho aqui na minha escrivaninha?

Marco – Pelo amor de Deus pai. Desde a última intervenção eu não ando com nenhum pacotinho suspeito. Palavra de filho!

Professor – Eu sei, eu sei, não é disso que estou falando. Falo de um outro tipo de pacotinho. Um pacote com uma almôndega dentro.

Marco – Almôndegas? (saindo) Ai mãe, papai tá delirando. Ta vendo almôndegas na escrivaninha. Essa é boa...

O professor torna a fitar a almôndega com mais interesse ainda. Fita-a incessantemente.

Professor (chamando) – Maria! Maria!

Maria (entrando) – Pois não, doutor.

Professor – Por acaso você andou preparando almôndegas para o jantar hoje?

Maria – Não, doutor. Mas se o senhor quiser posso descer no açougue e comprar carne para preparar...

Professor – Não é preciso. (pausa). Você viu alguém entrando e deixando um embrulho, assim pequeno, aqui no meu escritório?

Maria – Não, doutor.

Professor – Tudo bem, pode sair.

Maria sai. O professor investiga ainda mais a almôndega.

Professor – Eduardo! Eduardo!

Eduardo (entrando) – Sim, tio.

Professor (mudando de tática) – Qual o seu prato predileto

Eduardo – Macarronada

Professor – Grande pedida. E o que me diz de almôndegas?

Eduardo – Almôndegas? Adoro. Um dos favoritos. Para mim só perde de uma lasanha. Mas que aspecto, que cor tio, que cor. Se me deixassem eu seria capaz de comer almôndegas dia e noite. Almôndegas no café, almôndegas no almoço, almôndegas no lanche, almôndegas no jantar e de sobremesa, almôndegas açucaradas. Que cor, que estilo, que consistência... (vai saindo)

Professor cada vez mais intrigado, admira a saborosa almôndega. De tanto fitá-la, acaba adormecendo. Ruídos na porta. Lúcia, Maria, Marcos e Eduardo olhando pela fechadura. Os ruídos despertam o professor, mas este disfarça como se continuasse a dormir ouvindo.

Lúcia – Não, não era perfeita, melhor não podia ser.

Maria – Esse nojento, é um guloso, não vai resistir

Eduardo – Você viu ontem à noite como comia? Que asco. O barulho que faz quando mastiga simplesmente me deixa louco.

Marco – E os peidos? Mais fedorentos que ovo podre.

Lúcia – Acho que a hora não foi própria, deveríamos ter esperado mais.

Marco – Que nada mãe, vai funcionar otimamente. Assim que acordar, o porco nojento vai comer. Isso aí é mais esfomeado que os flagelados de Biafra.

Eduardo – Tem certeza que funciona?

Maria – Vamos patrãozinho, acorde e engula. Vai, seu fedorento...

Lúcia – Morra! Desgraçado! Quando come faz expressões com o rosto que me dão náuseas.

Marco – Vamos papaizinho, acorda e come!

Lúcia – Morra!

Os quatro começam a rir. O professor a tudo escuta fingindo dormir.

Eduardo – Vamos lá gente, energia positiva (Fazem uma mentalização e um deles começa puxar um pequeno corinho! “Come! Morra!” Depois de algum tempo cessam e vão embora, gargalhando risadinhas infantis.)

Professor – (para si mesmo) – Não precisam mais de mim, não é verdade? Estão seguros de si mesmo? A juventude é bela, não? São fortes, enérgicos, não têm dúvidas. Compreendi. Uma existência inteira se deparando com uma almôndega (rindo). Meu Deus, uma linda e apetitosa almôndega. Que ironia da vida (rindo). Uma almôndega, uma simples e inocente almôndega. (Pega almôndega. Cheira-a. E em

seguida começa a saboreá-la como um fino gourmet.) Hum... É boa, muito boa... Deliciosa... Não poderia ser melhor... Que almôndega!⁵

Declaração de renda

Um gabinete de um Fiscal da Receita Federal. Em cena um fiscal analisando declarações. Entra o doutor.

Doutor – Com licença, meu nome é Dr. Mensola, estou aqui porque fui chamado pela Receita Federal para dar explicações sobre minha declaração de renda.

Fiscal – Ham, ham... Sente-se Dr. Mensola, o senhor precisará de uma cadeira.

Doutor (com temor) – Sr. Fiscal, eu não entendo...

Fiscal – O senhor não entende? Mas eu entendo, e como entendo. Que vergonha heim. Dr. Mensola, logo o senhor, um homem tão rico, tão distinto. Faça-me o favor...

Doutor – Mas...

Fiscal – Nem mais, nem menos. (Examinando papéis) Vejamos... O Sr. é diretor da Siak de 23 milhões certo?

Doutor – Sim.

Fiscal – Bem, está aqui escrito na sua declaração que os lucros da Siak foram da ordem de 23 milhões certo?

Doutor – Sim senhor

Fiscal – 23 milhões, Dr. Mensola, 23 milhões?

Doutor – Bem, desculpe minha sinceridade

Fiscal – O senhor simplesmente me faz rir (Dando uma forte gargalhada).

Doutor – Mas por quê? Por que a desconfiança, está tudo aí, pode ser que haja um erro de dez ou vinte mil, não mais...

Fiscal (com ira) – 23 milhões? Num período de crise como este, quer me fazer acreditar que ganhou tanto assim? Tem coisa aí? Ah! Se tem! Por favor, um mínimo de bom senso!... Digamos que realmente o senhor tenha trabalhado muito, digamos também que tenha tido uma boa dose de sorte... mas 23 milhões? É um pouco demais!

Doutor – Não diga isso, pelo amor de Deus, o senhor está cometendo um grande erro... Isso é uma injustiça! Acompanhe o cálculo e acreditará. Em maio os resíduos de seda pura, tiveram uma conjuntura excepcional, os contratos já feitos favoreceram-me tremendamente. Acredite ou não foram oito milhões de uma só vez. E a importação de amendoim, o que o senhor me diz? E o saldo que deu o preço dos ovos?

⁵KOSOVSKY, Ricardo. *Cadernos de teatro* (122). São Paulo. Grupo Tablado – INACEN, 1989, p.34-35.

Doutor – Sabe qual a renda bruta dos ovos? Doze!

Fiscal (com raiva) – Doze o de quê!?

Doutor – Milhõesinhos

Fiscal (já ficando impaciente) – Ora por favor! Quer que sejamos tão ingênuos Dr. Mensola? Ouça bem... Para não dizer que somos intransigentes... (fazendo contas no papel). Posso dar-lhe uma renda tributável de três, digamos, três milhões e meio.

Doutor (pálido) – Não, senhor fiscal, for favor, não! O senhor não pode fazer isso! O senhor está equivocado... Não sei mais o que lhe dizer. (quase chorando) Venha aqui à janela, olhe lá, na rua, aquele carro. Sim, aquele vermelho, comprido... É um Rolls Royce. Sabe quanto me custou? Nove e meio. Caríssimo fiscal, nove milhões e meio. Portanto, o senhor não pode me tributar apenas três milhões e meio!

Fiscal (com escárnio) – Que isso significa! É fácil pegar o carro emprestado. Quem sabe de doação! Ou até mesmo uma imitação! O Senhor não vai querer ensinar a mim, um fiscal de rendas, as manhas utilizadas por gente da sua laia!

Doutor – Mas o golfe, o golfe que inaugurei agora em agosto, na minha casa dos Alpes? O senhor certamente leu, os jornais, viu as fotografias? 81 buracos! Quem tem um golfe com 81 buracos, não pode ter uma renda de apenas três milhões e meio.

Fiscal (batendo na mesa) – Chega! Dr. Mensola. Chega! Eu disse três milhões e meio! Nem um centavo a mais. E passe muito bem! (O Doutor levanta-se completamente abatido e vai saindo. Fiscal gritando). E vê se toma vergonha nessa cara! (para platéia). É por causa de gente dessa estirpe que o país está como está (Saindo de cena).⁶

A alface⁷

(Os atores montam o cenário. Música. A cena mostra agora a sala de Madre Prudência. Ela está sentada ao lado das Irmãs Dolorosa e Vigília. Irmã Piedade está à sua frente e tem o olhar humildemente baixo).

PRUDÊNCIA: (inquiridora) – Então fostes vós que comestes as hortaliças de nossa horta?

PIEIDADE: (ergue o olhar e avança alguns passos) – Sim, Madre Prudência.

DOLOROSA: (para Prudência) – E comeu uma alface que não era benta.

⁶ KOSOVSKY, Ricardo. *Cadernos de teatro* (122). São Paulo. Grupo Tablado – INACEN, 1989, p.41-42.

⁷ Este esquete foi retirado da peça *O Cabaré de Maria Elefante*, de Ivo Bender. O título fomos nós que atribuímos ao mesmo.

VIGÍLIA (para Prudência) – Pois que lá no canteiro a colheu e ali mesmo a meteu na boca!

DOLOROSA – Foi então que o diabo lhe entrou na garganta e foi encontrada blasfemando, rolando entre repolhos e couves.

PRUDÊNCIA – (para Dolorosa e Vigília) – E que falava a noviça, Irmã Vigília?

VIGÍLIA – Dizia ela que deixaria o claustro. Que voltaria para o século.

PRUDÊNCIA – Isso é exato, Irmã Dolorosa?

DOLOROSA – Exatíssimo: porque no século dizia a noviça ela podia comer de tudo.

VIGÍLIA – Sem ter que passar pelos saudáveis jejuns que tanto bem nos fazem ao Espírito e a alma.

PRUDÊNCIA (ainda inquiridora, mas mais doce) – E que dizeres vós, Noviça Piedade?

PIEIDADE – Vos digo, Madre Prudência, que tenho fome, e que quando se tem fome, a boca nada pode mastigar, e o estômago coisa nenhuma para receber, o nosso corpo fica fraco e o demônio entra nele mais fácil que entra no inferno.

DOLOROSA – Heresia, heresia, heresia!

VIGÍLIA – Três vezes heresia!

DOLOROSA – Que passe três dias sem pão que seja proibida de assistir ao santo ofício!

VIGÍLIA – Até que se purifique!

DOLOROSA – Que se mortifique, que se vergaste para punir sua carne gulosa.

PRUDÊNCIA – (mais doce) E que diz nossa irmãzinha?

PIEIDADE – Digo Madre, que estou faminta. Que minhas tripas se retorçam de fome.

PRUDÊNCIA – É o que basta! Afastamos o demônio de maneira mais saudável e eficaz. (Fez soar uma sineta)

DOLOROSA – (para Piedade) – Serás castigada !

VIGÍLIA – E pro teu bucho nada mais do que uma garra d' água!

DOLOROSA – Três dias sem missa!

VIGÍLIA – Sem comunhão, sem poder beijar a imagem do divino esposo!

DOLOROSA – Nem o sagrado crucifixo será deixado na cela!

VIGÍLIA – Travesseiro e colchão, negados!

DOLOROSA – A madeira dura como leite, a parede nua para contemplação!

OUTRA IRMÃ (entrando) – Sim, Madre Prudência?

PRUDÊNCIA – Irmã, nós as quatro não iremos ao refeitório. Por isso vamos comer aqui, nesta minha sala. Precisamos de três galinhas assadas, muito alface com vinagre de mel e óleo de oliveira para regar a verdura, pão preto e pão branco de farinha muito fina, um pote de gorda manteiga e um pernil de porco muito bem condimentado com tomilho e açafrão. Para bebida, não queremos água. Vinho capitoso é o que vamos beber, o mais velho vinho de nossa adega. E, como doce, leves figos cristalizados e uvas róseas bem maduras. (sai a outra irmã)

DOLOROSA (sem esconder seu espanto) – Madre Prudência...

VIGÍLIA – ...como podeis?

PRUDÊNCIA (para ambas) – Se não quiserdes, não comereis. Comeremos eu e nossa irmãzinha Piedade.

DOLOROSA E VIGÍLIA (antecipando o prazer da mesa) – Comeremos, comeremos! Como não obedecer a uma ordem vossa?

PRUDÊNCIA – Estais certas, filhas minhas. A obediência é a primeira das regras. Agora passemos à mesa e aguardemos orando o frugal repasto com que vamos fortalecer nosso corpo e assim evitar a aproximação da sombra maligna do demônio. (vão as quatro para a mesa, ajoelham-se frente a ela e começam a orar em silêncio: Madre Prudência retira, sorrateiramente, uma banana do hábito, descasca-a e a vai comendo, tendo cuidado de não ser vista. Luz morre em resistência, enquanto sinos soam jubilosamente, em aleluia).⁸

O médico

(Farsa de Luce Hinter, tirada de uma comédia de Molière, traduzida da “Collection feu et flamme”, Editions Fleurus, Paris)

PERSONAGENS: Pedro, lenhador; Maria, sua mulher; O mensageiro do rei; O rei; A filha do rei.

1º Ato – Cenário: Um jardim

(Pedro, armado de um pau, chama por Maria)

PEDRO – Maria! Maria! Você vem ou não vem? (Anda pelo palco, furioso) Maria! Maria!...(Chega Maria, sua mulher, tremendo de medo)

MARIA – Pronto, Aqui estou... Aqui estou...

⁸ BENDER, Ivo. *Teatro Escolhido*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p.143-146.

PEDRO – Onde é que você andava, mulher? Na certa, tagarelando com as comadres faladeiras como você. Venha aqui que lhe mostro o que é desobedecer ao marido. (Com um pau, Pedro bate em Maria).

MARIA – Ui... Ui... Ui... Deixa estar, malvado, que eu me vingo. Hoje mesmo eu me vingarei. (Sai resmungando queixas)

PEDRO – E agora irei à floresta arranjar um pau mais forte. Este está ficando muito usado. (Sai. Entra o mensageiro do rei procurando alguém)

MENSAGEIRO – Ó de casa! Não há ninguém aqui? (Maria arrisca a cabeça)

MARIA – O que é que o senhor deseja?

MENSAGEIRO – Saber se este caminho vai até a cidade.

MARIA – Bem... É sim. É o caminho. Mas por que o senhor quer ir até a cidade (Ela aparece) Fazer o quê?

MENSAGEIRO – Você quer mesmo saber? (Confidencial) Pois vou arranjar um médico para a filha do rei.

MARIA – Um médico para a filha do rei! Coitada... Ela está doente?

MENSAGEIRO – Muito doente. Está com uma espinha de peixe atravessada no gogó. Não pode nem beber nem comer!

MARIA – (à parte) Está na hora de eu me vingar de meu marido. (alto) Senhor mensageiro, não é preciso ir à cidade. Meu marido é um ótimo médico.

MENSAGEIRO – É médico?

MARIA – É, mas...

MENSAGEIRO – Mas, o quê?

MARIA – (Aproximando-se dele e confidencialmente) Ele não irá se o senhor não lhe bater bastante. É uma mania... Quanto mais apanha, melhor médico ele fica. É assim mesmo meu marido...

MENSAGEIRO – Onde está este homem? Quero levá-lo, vivo ou morto, à presença do rei.

MARIA – Ele deve estar ali perto daquele bosque. Pode chamá-lo. O nome dele é Pedro.

MENSAGEIRO – Pedro! Pedro! Ó Pedro... (Maria desaparece)

PEDRO – Quem me chama?

MENSAGEIRO – Sou eu... Venha depressa encontrar-se com o rei.

PEDRO – Com o rei?! Por quê?

MENSAGEIRO – Ora! Porque você é médico e o rei está precisando de um urgentemente.

PEDRO – (Furioso) Que tenho eu que o rei esteja precisando de um médico? É melhor você me deixar em paz e ir buscar o raio do médico em outro lugar.

MENSAGEIRO – Calma, Pedro calma (Aproximando-se). Sei que é preciso bater muito em você para... (bem perto) Chegou o momento... (O mensageiro começa a bater vigorosamente em Pedro. Este grita, esperneia, foge e depois torna a gritar)

PEDRO – Chega! Chega! Eu vou!... (De vez em quando aparece Maria e dá umas risadinhas)

MARIA – (para o público) Cada um por sua vez... Ah... ah... ah!

MENSAGEIRO – (Batendo sempre) Ande, Pedro... Para o palácio do rei. Depressa!

2º Ato – Cenário: Palácio do rei

(A princesa está recostada num canto, sofrendo. O rei anda de um lado para o outro, aflitíssimo, De vez em quando para, olha a filha e suspira).

REI – O mensageiro está demorando muito (Torna a andar) Estou ouvindo barulho

MENSAGEIRO – (falando baixo) Senhor rei, eu vos trago um famoso médico. Mas ele tem uma mania esquisita. Só trata dos doentes quando apanha muito. (Neste momento a filha começa a andar, mas cai de novo)

REI – (Aflito) Então, pau nele, depressa!

PEDRO – Mas, rei, não sei nada de medicina

REI – Não sabe não? Ah!... (Para o mensageiro) Bata nele...vamos...

PEDRO – Ui...Ui...Ui... (Ele faz gestos, contorções, de tal maneira que a filha do rei começa a rir)

FILHA DO REI – Ai, meu Deus! De tanto rir, a espinha saiu da minha garganta

PEDRO – Senhor rei, vossa filha já está boa. Agora deixai-me voltar para casa.

REI – (solene) Ainda não. Ainda não. Você merece uma boa recompensa.

PEDRO – (à parte) Ai, será que eles vão começar a me bater de novo? (alto) Não senhor rei. Muito Obrigado. Estou muito contente de ter prestado um serviço à princesa. Agora... quero... voltar!

REI – (Enérgico) Ainda não. Mensageiro, dê a este grande médico uma bolsa cheia de ouro e o acompanhe até sua casa.

MENSAGEIRO – Sim Senhor.

*PEDRO – Muito obrigado... Muito obrigado. Mas prefiro que o mensageiro não me acompanhe. Prefiro ir sozinho. (à parte). Como dói a gente apanhar! Prometo nunca mais bater na Maria! (Maria aparece, abraça Pedro e saem os dois, muito contentes).*⁹

4 CONCLUSÃO

A formação de leitores mediada pela escola constitui um processo que envolve duas figuras distintas, sobre as quais recai o protagonismo de todo o processo: os professores e demais mediadores de leitura – os **formadores**, e os alunos – os **leitores em formação**. Nessa perspectiva o gosto e a importância da leitura na vida dos segundos são construídos pelos primeiros, na medida em que esses têm a possibilidade de escolher os textos e as metodologias com as quais empreenderão tarefa tão importante. Frente à possibilidade de lançar mão de diversos gêneros textuais e de metodologias distintas, é urgente que professores e demais mediadores de leitura reconheçam a necessidade e apostem na possibilidade de o texto teatral ser explorado na escola, num processo de recepção singular, que o trate como um gênero literário com características específicas.

Sabemos que há um caminho sinuoso a percorrer no sentido de inserirmos o texto teatral na escola, e o tornarmos a tônica das aulas de Língua Portuguesa e Literatura. Contudo visualizamos uma direção para tal: buscar no entrelaçamento de dois campos do conhecimento humano, o literário e o teatral, métodos e técnicas capazes de introduzir e garantir a fruição do texto dramático pelos alunos. A possibilidade de trabalho que sinalizamos neste texto constitui uma tentativa de possibilitar aos leitores em formação conhecer, apreciar e se relacionar com o texto teatral impresso, pois, de acordo com Ricardo Azevedo,

[...] vai ser difícil formar leitores insistindo em idealizações a respeito da leitura, aceitando passivamente a divisão indiscriminada de pessoas em abstratas faixas etárias, **ignorando a existência de diferentes tipos de livros e textos** e, ainda, sem levar em consideração certas características e especificidades da Literatura, entre elas, seu compromisso profundo e essencial com a existência humana.¹⁰

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. Formação de Leitores e razões para a literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2004.

⁹ Não tivemos acesso às referências bibliográficas do texto. As únicas informações que constam no material que possuímos foram transcritas após o título.

¹⁰ AZEVEDO, Ricardo. Formação de Leitores e razões para a literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2004. p 46 (grifo nosso).

- BARCELOS, Helena. Desenvolvimento da Linguagem Teatral da Criança. *Revista de Teatro da SBAT – Seminário de Teatro Infantil*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro – MEC, p.30-34, 1975.
- BENDER, Ivo. *Teatro Escolhido*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- KOSOVSKY, Ricardo. *Cadernos de teatro (122)*. São Paulo: Grupo Tablado – INACEN, 1989.
- LAJOLO, Marisa. A leitura em Formação da literatura brasileira de Antonio Cândido. *Desenredo: Revista do Curso de Pós-Graduação em Letras – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, v.1, n. 1, p.76-91, semestral, 2005*.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- SANTOS, Caroline Cassiana Silva dos; SOUZA, Renata Junqueira de. A leitura da literatura na escola. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: DCL – Difusão Cultural do Livro, 2004.
- SOUZA, Renata Junqueira de. *Poesia Infantil: concepções e modos de ensino*. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura). Unesp, Assis, 2000.
- _____. A leitura da literatura na escola. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). *Caminhos para a formação do leitor*. São Paulo: DCL – Difusão Cultural do Livro, 2004.
- VASCONCELLOS, Luiz Paulo. *Dicionário de teatro*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

Como lê uma criança que ainda não foi alfabetizada?

Marília Forgearini Nunes

RESUMO

Este estudo busca ampliar a discussão a respeito de como uma criança ainda não alfabetizada lê. Para isso, entende-se a leitura como interação entre texto e leitor, introduzindo nessa relação a figura de um adulto mediador de leitura. Esse adulto auxilia a criança a vivenciar o processo de leitura, entendido não apenas como a decodificação dos símbolos alfabéticos, mas também como a capacidade de ler a visualidade e escolher qual será o objeto de leitura. O método utilizado nesta pesquisa baseou-se na interação mediada com quatro crianças, com idade entre quatro e cinco anos, alunas de uma escola de educação infantil em Cachoeira do Sul. A investigação dos hábitos de leitura das crianças, a análise do modo com que elas tomam decisões para escolher o objeto de leitura a ser lido, bem como, a interação com esse objeto, demonstraram que a interação mediada e, não a idade ou o desenvolvimento de certas habilidades cognitivas, possibilita que uma criança não alfabetizada leia..

Palavras-chave. Leitura. Interação. Mediação.

How does an illiterate child read?

ABSTRACT

This study aims to expand on the discussion about how an illiterate child can read. In order to do that, reading is understood as an interaction between text and reader mediated by an adult reader. The role of this mediator is to give the child the possibility of taking part in the reading process, which is comprehended not only as the capacity of decoding the alphabetical symbols, but also the capacity of reading images and choosing the reading object. The method used in this study was based on the mediated interaction with four kindergarten children, aged around four and five years old from a school in Cachoeira do Sul. The investigation of their reading habits, the analyses of the way they make decisions about what to read and also the way they interact with the text, help to demonstrate that mediation, and not age or the development of specific cognitive abilities, is something that allows an illiterate child to take part in a reading activity.

Key-words: Reading. Interaction. Mediation.

INTRODUÇÃO

Para que uma interação de dois seres realmente ocorra ações e reações da parte de cada um dos participantes são necessárias.. O estabelecimento de um diálogo é um

Marília Forgearini Nunes é Mestranda em Letras pelo PPGL/UNISC; Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. E-mail: mariliaforginunes@hotmail.com.

Endereço para correspondência: Rua Major Ouriques, 2200 – Bairro Santo Antônio - CEP 96.506-562 – Cachoeira do Sul/RS. Fone: 3722-2857.

Textura	Canoas	n.16	p.100-111	jul./dez. 2007
---------	--------	------	-----------	----------------

exemplo de interação de dois sujeitos no qual as falas dos participantes – perguntas, respostas, negações, afirmações, etc. – representam as ações e reações que sustentam a existência dessa relação interativa.

Segundo Kleiman (2004, p. 65), a leitura é uma atividade na qual ocorre “uma interação entre leitor e autor via texto”. Considerando-se uma criança ainda não alfabetizada a primeira idéia que surge é de que é impossível para essa criança estabelecer esse tipo de interação, pois ela ainda não passou por determinados estágios de aprendizagem necessários para considerá-la uma leitora, isto é, para habilitá-la a interagir com o objeto de leitura, para agir ou reagir diante do texto.. No entanto, é perfeitamente possível que essa criança interaja com um texto, desde que mediada por um adulto leitor. Esse adulto não será apenas o decodificador dos símbolos alfabéticos, ainda desconhecidos dessa criança, mas também, será aquele que auxiliará esse leitor ainda imaturo a perceber e interpretar o texto de modo diferente, ajudando-o a tornar-se um leitor crítico, capaz de ler, compreender e construir sentidos. Mediar, portanto, é emprestar o olhar sobre o texto de modo que um leitor ainda inexperiente comece a enxergar o texto sob uma outra ótica e, passo-a-passo, construa a sua habilidade de leitura sendo capaz de dialogar com o texto. Sendo assim, a mediação prevê um emissor que transmite uma mensagem a um receptor e, essa mensagem “busca transformar o estado do funcionamento cognitivo do indivíduo receptor, incitando-o a uma exploração diferenciada” (GOMES, 2002, p. 77).

Essa idéia de que o adulto pode ser um mediador de leitura para a criança reforça a idéia de que a leitura é uma atividade que deve ser iniciada mesmo antes da criança estar alfabetizada. Segundo Teberosky ; Colomer (2003, p. 16), “todas as experiências e aprendizagens fazem parte do processo de aprendizagem”. Dessa forma, a aprendizagem passa a ser um processo contínuo, e não um processo no qual a criança deve ter habilidades previamente desenvolvidas para poder participar. Ler um livro, acompanhada de um leitor adulto, faz parte do processo de aprendizagem da leitura de qualquer criança.

Considerando essa visão, de que para iniciar a aprendizagem da leitura não se faz necessário já ter pleno conhecimento dos símbolos alfabéticos, este estudo teve como objetivo investigar de que maneira uma criança que ainda não foi alfabetizada interage com uma narrativa infantil verbo-visual por meio da mediação de um leitor adulto tentando, assim, responder como lê uma criança ainda não alfabetizada. Pretende-se com isso contribuir para o avanço dos conhecimentos existentes a respeito do processo de aprendizagem da leitura na infância e oferecer alternativas aos pais e professores de como incorporar ao seu dia-a-dia e, às suas práticas, atividades nas quais as crianças vivenciem experiências de leitura mesmo antes de estarem alfabetizadas.

DESCREVENDO A PESQUISA

Foram entrevistadas para a pesquisa 4 crianças, alunos de uma escola municipal de educação infantil na cidade de Cachoeira do Sul, com idade entre 4 e 5 anos. A

escolha foi aleatória em termos de sexo, sendo critério determinante apenas a capacidade de leitura dos sujeitos que não deveriam ser alfabetizados. Para participar do processo investigativo, todas as crianças foram autorizadas por seus pais ou responsáveis que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido contendo as devidas explicações metodológicas e teóricas a respeito desse estudo.

O estudo dividiu-se em duas etapas:

- na primeira, realizou-se uma entrevista individual com as crianças buscando investigar os seus hábitos de leitura em casa, questionando-as a respeito da presença de livros para ler, do hábito de ouvir histórias, com que frequência isso acontecia e quem contava as histórias, além de nomear suas histórias favoritas e dizer o porquê da preferência;

- na segunda parte, foram apresentadas aos alunos três narrativas infantis verbo-visuais: *Menino chuva na rua do sol*, escrita e ilustrada por André Neves e publicada pela Editora Paulinas, no ano de 2003, *O menino que chovia*, escrita por Cláudio Thebas, ilustrado por Ivan Zigg e publicada pela Editora Companhia das Letrinhas, no ano de 2002 e, *Severino faz chover*, escrita por Ana Maria Machado, ilustrada por Graça Lima e publicada pela Editora Salamandra, no ano de 1994. Cada criança teve total liberdade para escolher qual das três narrativas seria contada pela pesquisadora. Após a escolha a história foi lida pela pesquisadora, enquanto eram feitos alguns questionamentos a respeito do que estava sendo lido, de modo que a criança não tivesse uma atitude passiva ao ficar apenas escutando e observando o livro enquanto a história era lida. Depois de a história ser lida foi pedido às crianças que recontassem a história oralmente, à sua maneira. Essas três ações distintas, nessa segunda etapa, foram assim organizadas para ser possível analisar primeiro os critérios de escolha usados pela criança para decidir qual narrativa seria contada, segundo para observar como seria a interação dela com o livro, palavra e elemento visual associado e, por fim, para perceber que informações a criança utiliza no momento de recontar a história, isto é, no momento de transmitir o sentido construído após a leitura.

1 Investigando a presença da leitura na vida das crianças

A presença de objetos de leitura em casa é um caminho a ser seguido para desenvolver o hábito da leitura. No entanto, de nada adianta possuir livros, jornais, revistas se a criança não interage com eles e, principalmente, não assiste ao adulto interagir também. E essa relação deve acontecer com uma diversidade de objetos de leitura. Pois cada objeto possui a sua estrutura, requer um tipo de leitura e, se a criança está se construindo como leitor, é preciso que tenha experiências com todos os tipos de leitura.

Tendo em vista que a amostra de sujeitos pesquisados que foi utilizada para esse estudo não pode representar todas as crianças com as características já citadas, o que se

buscou nesse estudo foram algumas informações que possam apontar caminhos para auxiliar no desenvolvimento do hábito da leitura mesmo antes da alfabetização. Para isso é possível destacar alguns dados obtidos nas entrevistas realizadas na primeira etapa do estudo e fazer alguns comentários com base em teóricos como Larrosa (2003), Machado (2002), Manguel (2004), Teberoski; Colomer (2003), Gomes (2002) e Fávero (2002).

1.1 O hábito da leitura não era algo desconhecido do seu dia-a-dia

A primeira informação que se obtém a partir da fala das crianças é a de que o ato de contar histórias não lhes é estranho. Segundo elas, existem momentos no seu dia-a-dia, em casa, nos quais a mãe, o pai ou outra pessoa da família conta-lhes histórias.

Essa presença do hábito de contar histórias pode ser considerada sob dois ângulos. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento do hábito de ler/ouvir histórias por prazer. Esse momento, em que se contam histórias, não pode ser algo rígido, com hora marcada para começar e terminar, por exemplo. Não pode ser feito com pressa. A criança deve perceber que esse é um momento só seu. É um momento de entrega, tanto do adulto quanto da criança à história que está sendo lida. É o momento de iniciação para o que Larrosa (2003, p.599) denomina de momento de solidão, definindo a leitura como “uma modalidade singular da experiência da solidão”, e justificando a importância de se iniciar a leitura desde cedo, pois “a iniciação à leitura é uma iniciação a um determinado tipo de solidão, e às coisas boas que essa solidão pode trazer”.*

O segundo comentário, que pode ser feito sobre a presença do ato de contar histórias na vida dessas crianças, deixa de lado as questões metafísicas da leitura e parte para o lado mais pedagógico. O ato de contar histórias faz parte do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Apesar de a criança ainda não ser capaz de decodificar os símbolos alfabéticos, ela está exercitando esse hábito ao ouvir e participar da narração dessa história. Ao ouvir/ler uma história a criança tem a oportunidade de interagir com um tipo de linguagem diferente daquela que ouve no seu dia-a-dia, tem, portanto, a chance de começar a estabelecer diferenças entre a linguagem escrita e a linguagem oral, preparando-se também para as suas produções textuais.

Sendo assim, o fato de ouvir histórias não envolve a aprendizagem de apenas um aspecto, por exemplo, o de escutar atentamente, mas abrange todo um desenvolvimento lingüístico, tanto oral, quanto verbal e até mesmo visual ao ser capaz de ler as ilustrações que acompanham a palavra na construção do texto. Segundo Teberoski; Colomer (2003), contar histórias para crianças de quatro e cinco anos oportuniza um maior envolvimento de aspectos tanto lingüísticos quanto cognitivos, e, além disso:

* Tradução livre do seguinte trecho: “la lectura nos da una modalidad singular de la experiencia de la soledad. Por eso la iniciación a la lectura es una iniciación a un determinado tipo de soledad, y a los dones de esa soledad”. (LARROSA, 2003, p. 599).

As crianças aprendem a esperar mais tempo até ter sua vez de interagir, reconhecem a linguagem narrativa e podem até reproduzir a história que escutaram, fazem previsões sobre a continuação da história, aprendem a prestar atenção, adquirem conceitos sobre o que está impresso, e imitam o modelo de leitor do adulto (p. 24)..

1.2 Referência aos contos de fadas

Ao abordar a questão a respeito de histórias favoritas, as crianças referiram-se a alguns contos de fadas como *Os três porquinhos*, *Cinderela* ou *A bela e a fera*. Esse dado possibilita a discussão a respeito de que tipo de leitura deve ser proporcionada à criança nessa faixa etária de 4 e 5 anos com a qual se interagiu nesse estudo.

Por estar em fase de desenvolvimento do seu hábito de leitura é fundamental que as experiências de leitura sejam ricas, envolvendo os mais diversos materiais impressos para que a criança desenvolva habilidades de diferenciação, comparação e, principalmente, de leitura crítica. De acordo com Teberosky e Colomer (2003), a contribuição dessas experiências de leitura mediadas pelos adultos “pode ser mais direta, através da leitura de histórias, ou mais incidental a partir da interação com o abundante material impresso urbano ou doméstico, tão comum em nossa sociedade atual” (p. 19-20).

Interessa aqui, no entanto, uma maior atenção à experiência direta que se dá por meio da leitura de histórias, primordialmente, de histórias consideradas clássicas, tais como contos de fadas, tais como os que foram citados pelas crianças. A leitura de histórias torna-se relevante porque é uma atividade bastante rica em termos de desenvolvimento das habilidades linguísticas como dito anteriormente; no que diz respeito à leitura de histórias clássicas, é possível acrescentar mais um motivo para valorizar essa experiência direta de leitura.

De acordo com Machado (2002), a leitura de contos de fadas tem a sua função no papel de construção do leitor infantil. Esse tipo de conto introduz o leitor no mundo da fantasia e ensina-o a compactuar com essa fantasia trazida pelo texto, isto é, a fingir que o que está acontecendo é perfeitamente real. O leitor ingressa nesse mundo imaginário e aceita que uma leve fincada na agulha de uma velha roca, por exemplo, faça com que uma bela princesa e todas as pessoas de seu reino caiam em profundo sono e só sejam acordados após o beijo de um belo príncipe, nessa linda princesa.

A leitura de um clássico torna-se importante não apenas por se tratar de um conto clássico, mas também pelo valor em termos de memória que esse conto passa a ter na história de leitura de cada criança. Essa leitura valoriza uma característica fundamental da infância e, ainda por cima, proporciona uma experiência que exercita essa característica com muita alegria, como diz Machado (2002) ao ressaltar a presença da ludicidade na infância e utilizá-la como justificativa para que uma criança tenha tanto prazer ao ser convidada a ouvir uma história.

Ler contos de fadas pode ser considerado, portanto, como uma etapa do desenvolvimento de um leitor. É um dos caminhos a serem seguidos para ingressar no

mundo da leitura. Em resumo, a leitura de contos de fadas é uma experiência a ser vivenciada pelo leitor infantil, pois pode ser considerada:

[...] como uma brincadeira. Não dá para não brincar de “pequeno construtor” com quem nunca viu uma casa. Ou seja, nem que seja apenas para poder entender tanta coisa boa que vem sendo escrita hoje em dia a partir de uma reinvenção desse gênero, os contos de fadas continuam sendo um manancial inesgotável e fundamental de clássicos literários para os jovens leitores (MACHADO, 2002, p.81-82).

A prática faz o leitor. As experiências de leitura devem ser variadas. Os contos de fadas fazem parte dessa variedade que deve ser explorada pelo leitor em formação com o auxílio de um adulto.

2 ESCOLHENDO O OBJETO DE LEITURA

A leitura envolve uma série de ações, desde a decodificação, passando pela interpretação e construção de sentido, mas para que se chegue a todas essas é preciso que o leitor também seja capaz de decidir o que ele vai ler. Ler, portanto, é também ser capaz de escolher o que será lido, estabelecendo critérios que justifiquem a escolha. A segunda etapa do estudo procurou investigar nas crianças selecionadas como elas interagem com o livro iniciando pelo momento da escolha.

Assim como se ensina a ler, também se ensina a escolher. Não se escolhe algo sem analisar, sem investigar. A escolha passa por preferências, mas não deve ser apenas fundamentada no simples gostar, pois o gostar deve envolver porquês, justificativas para esse gostar.

Um livro não é apenas uma história. Ele foi escrito e ilustrado por alguém, possui uma embalagem — a capa—, possui um título e uma maneira de distribuir imagens e palavras. Todos esses aspectos devem ser considerados no momento de escolher o objeto de leitura. Não se escolhe um produto apenas pela sua embalagem, escolhe-se também pelo seu conteúdo.

Dessa forma, não há, ou não deveria haver, como escolher um livro sem tocá-lo, sem folheá-lo, sem sentir as suas páginas, ler o que está na capa e na contracapa e algumas vezes até alguns trechos. No entanto, isso tudo é algo que precisa ser exercitado pela criança para que se torne um hábito, uma atitude quase corriqueira, mas feita com muito prazer.

Ao ser proposto para cada uma das crianças que elas escolhessem a narrativa para ser lida percebeu-se não uma dificuldade para realizar a tarefa, mas sim uma falta de costume e de habilidades para fazer a escolha. Isso pôde ser comprovado em comportamentos como os de simplesmente escolher o primeiro livro que estava

sobre a pilha, sem nem ao menos folheá-lo ou investigá-lo, ou pela atitude de utilizar a parlenda “*Minha mãe mandou eu escolher...*” tão conhecida das crianças para fazer escolhas e assim decidir qual história seria contada dentre as três apresentadas.

Não interessa discutir aqui se as atitudes das crianças estão certas ou erradas. O que interessa é que esse tipo de comportamento deve ser questionado pelo adulto mediador, de maneira que a criança comece a refletir sobre os seus métodos de escolha. É pelo diálogo que se auxilia o leitor mirim a começar o seu processo reflexivo que influenciará as suas ações. O diálogo mediador, que questiona e tenta fazer com que esse ser, ainda imaturo, tenha porquês para suas decisões e escolhas, deve ser a atitude diante desses comportamentos. O mediador não pode aceitar passivamente todos os comportamentos das crianças diante do objeto de leitura, pois corre o risco de reforçar determinados modos de agir que não auxiliam o leitor mirim a desenvolver a sua capacidade leitora.

Fala-se aqui, portanto, de desenvolver habilidades lingüísticas e cognitivas das crianças. Esse momento de escolher um livro para ser lido e buscar razões para essa escolha torna-se um excelente exercício para o desenvolvimento dessas habilidades. E tudo isso por meio do diálogo, da interação do mediador com a criança e da criança com o texto que está analisando para escolher e iniciar a leitura.

Não é, portanto, apenas na leitura que há interação. Essa relação entre leitor e texto começa desde a escolha do livro que será lido. No caso das crianças, é necessária a presença do adulto mediador que, além de mediador da leitura, também, pode ser mediador da escolha, não impingindo a sua, mas buscando influenciar a criança a determinar as suas próprias opções, por meio da exposição de justificativas e argumentos bem construídos. Dessa forma, adultos mediadores — pais, responsáveis ou professores — devem acreditar no valor do diálogo no processo de aprendizagem e fundamentar essa sua crença no que nos diz Fávero (2002) ao se referir a respeito do valor da discussão na aprendizagem:

A discussão bem conduzida e organizada possibilitará que as crianças consigam, progressivamente, utilizar inferências bem fundamentadas, apresentar razões convincentes, revelar suposições latentes, determinar classificações e definições defensáveis e organizar explicações, descrições e argumentos coerentes (p.34).

É claro que não se espera de uma criança entre quatro e cinco anos uma argumentação tão elaborada quanto a de um adulto, mas espera-se ao menos que ela seja capaz de não basear as suas escolhas em um simples gostar ou não. É preciso que ela compreenda e seja capaz de dizer o porquê do seu gostar.

3 INTERAGINDO COM O LIVRO E SEUS ELEMENTOS TEXTUAIS: PALAVRA E VISUALIDADE

Após a escolha da história, ela foi lida. Essa leitura foi feita de maneira que enquanto lia-se a história, algumas perguntas eram feitas buscando perceber como a criança estava apreendendo o que estava sendo lido, a palavra, e também a visualidade.

Das três histórias apresentadas para as quatro crianças apenas duas foram selecionadas por elas para serem lidas. Três crianças escolheram *Menino chuva na rua do sol*, de André Neves e uma escolheu *Severino faz chover*, de Ana Maria Machado. A partir das escolhas das crianças e da interação que se estabeleceu com os textos, podem ser destacados e comentados alguns aspectos.

O livro *Menino chuva na rua do sol* apresenta uma narrativa que fala de modo poético sobre a relação de um menino com a chuva, suas brincadeiras, dúvidas e tristezas resultantes dessa relação. As ilustrações, produzidas pelo próprio autor, complementam esse tom poético que perpassa a narrativa dando ao leitor oportunidade de dialogar com o texto mais facilmente. A presença da imagem do personagem principal é peça chave para que esse diálogo se estabeleça, pois é ele o fio condutor que caminha lado-a-lado com o leitor no desenrolar dos fatos. Isso foi percebido na interação das três crianças que optaram por esse livro, já que os três foram atraídos pela ilustração do menino desde a capa.

As imagens e cores que dominam as páginas foram elementos que chamaram bastante atenção das crianças. Além disso, a questão de alguns elementos que subvertem o que pode ser considerado “normal” ou estereotipado em termos de ilustração, tais como, o céu que aparece representado em diversas cores e nunca no tradicional azul, as árvores com suas copas bastante diferentes do que normalmente se vê, além das nuvens que exploram a textura e a forma circular — todos esses aspectos receberam uma atenção especial das crianças enquanto liam a história.

A percepção desses elementos, no entanto, não ocorreu de modo espontâneo por parte dos entrevistados. Essa subversão, apesar de surpreender os leitores mirins não resultou em construção de sentido, o que demonstra uma falta de educação do olhar que apenas observa, mas não é capaz de interpretar o que vê.. O olhar das crianças era atraído para as imagens, porém a única ação por parte delas era a de observar. Em alguns casos, a imagem só ressaltava aos olhos das crianças quando estava também presente na palavra, como no caso da ilustração dos anjos que se encontram escondidos em meio às nuvens nas páginas 8 e 9.

Essa importância dada à palavra retira a atenção da criança da leitura da visualidade. Demonstra, além disso, que a visualidade é considerada apenas como um elemento que não traz informações novas, somente completa a palavra ou, talvez, enfeite-a. Essas são visões da narrativa infantil verbo-visual que o adulto mediador não deve deixar transparecer para o aprendiz.

O mediador deve tirar proveito da visualidade, das cores, que dominam as página e chamam muito mais a atenção da criança do que as palavras, que ainda são construídas a partir de símbolos desconhecidos para elas. É preciso, no entanto, que o adulto mediador não deixe que a criança fique apenas no nível da apreciação desses elementos visuais. A criança deve desenvolver um novo olhar para a imagem de modo a investigá-la profundamente; buscando conhecer e entender todos os recursos empregados e elementos presentes para que a visualidade acabe por ser percebida também como veiculadora de uma mensagem, assim como a palavra.

Essa facilidade de interagir com a imagem e de usá-la para ler a história, a criança demonstra no momento de recontar a história. É com base nas imagens que as crianças recontam a história. No entanto, é possível perceber que os elementos verbais mais marcantes também são utilizados. Como por exemplo, ocorreu na narrativa de André Neves, principalmente, porque ele usa a sonoridade das palavras, a gradação de idéias como ocorre na palavra presente na página 10:

Podem vir chuviscos, chuvadas, garoas, torós,
Que o menino gosta mesmo é de ficar
Alagado, banhado, lavado, molhado, ensopado.
Por quê?
Porque menino é como chuva mole em pedra dura,
Tanto pinga até que fura. (NEVES, 2003)
Ninguém segura.

A criança ao recontar a história, portanto, é capaz de utilizar a imagem, a palavra e, também, a sua experiência, ou o seu conhecimento a respeito de alguma idéia que esteja presente na história. No caso dessa narrativa, os narradores mirins buscaram muitas idéias suas a respeito da chuva ou de tomar banho de chuva para recontar a história desse menino e sua relação com a chuva. Por fim, cada criança acabou sendo um pouco esse *Menino chuva*.

Faz-se necessário ressaltar que essa questão da busca pelo conhecido para recontar a história, também foi utilizada para a escolha da história. A presença de alguns desenhos infantis na capa do livro *Severino faz chover* atraiu a atenção da criança que escolheu essa história para ser lida. Foi o elemento conhecido presente na ilustração que o aproximou da história.

A interação dessa criança com o texto, palavra e imagem, trouxe a importância da mediação novamente como idéia central. Como já foi dito, a mediação serve para indicar caminhos e não para dar respostas prontas. O adulto mediador deve dialogar com o aprendiz, não deve transmitir informações prontas a ele.

A dificuldade de perceber o encadeamento das ações por meio da imagem, de compreender e associar as idéias representadas por essas imagens, como aconteceu

com um dos sujeitos pesquisados não deve ser resolvida pelo mediador por meio de respostas prontas. O mediador deve tentar conduzir essa criança por meio de questionamentos a superar essas dificuldades, percebendo onde estavam as suas falhas e superá-las de modo independente.

O principal para que isso ocorra é que o mediador não tenha medo dos silêncios da criança, persista na sua mediação, buscando fazer questionamentos até que a criança acabe por construir alguma idéia a partir do diálogo estabelecido. Um exemplo disso, com a história *Severino faz chover*, aconteceu no momento em que a capa foi analisada. Ao questionar a criança sobre a presença de chuva na imagem já que ela estava presente na palavra, a primeira reação foi o silêncio. No entanto, por meio de questionamentos e da análise dos outros elementos presentes chegou-se aos desenhos de criança, reconhecidos pelo entrevistado que, em seguida, acabou por perceber a presença da chuva neles.

Esse comportamento reforça a idéia de que, um leitor ainda imaturo, como uma criança entre quatro e cinco anos, necessita do auxílio de um mediador. E esse mediador deve estar realmente engajado na tarefa de auxiliar esse leitor a tornar-se independente. Para isso o diálogo entre os dois deve ser baseado não na transmissão de respostas prontas, mas em um diálogo que mobilize o sujeito mediado a buscar suas próprias respostas, a construir os seus significados para o que está lendo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre uma criança ainda não alfabetizada com uma narrativa infantil verbo-visual será bem mais rica se for mediada por um adulto leitor. Essa interação necessita do adulto não apenas para decodificar os símbolos alfabéticos, isto é, para ler a palavra, mas principalmente para proporcionar à criança uma leitura do todo, palavra e imagem, de modo que a criança passe a enxergar as diversas leituras que podem ser feitas a partir de todos os elementos que compõem o texto.

Dessa forma, o que se pode concluir a partir desse estudo é que uma criança não alfabetizada pode ler sim, desde que acompanhada de um leitor adulto realmente engajado na tarefa de formar um leitor e não na tarefa de apenas ler uma história, por exemplo. Ser mediador de leitura não significa ler uma história, significa emprestar o seu olhar de leitor para que a criança comece a construir o seu próprio olhar.

Além disso, esse tipo de estudo serve para confirmar a idéia de que ler não é sinônimo de decodificar e, portanto, uma criança mesmo não estando alfabetizada pode já ser iniciada no processo da leitura. O acúmulo de experiências de leitura terá como consequência uma influência positiva na aprendizagem da leitura e também da escrita. Essa idéia de que a iniciação na leitura não está vinculada à idade ou aos conhecimentos prévios já era defendida, segundo Manguel (2004), pelo advogado romano Quintiliano, no século I, com o seguinte questionamento: “Por que, sendo as crianças aptas ao treinamento moral, não seriam elas aptas para a educação literária?” (p. 91).

É importante ressaltar também que as tarefas de leitura auxiliam no desenvolvimento de diversas habilidades. Quanto mais cedo essas habilidades começarem a ser desenvolvidas, melhor será o desempenho dessas crianças na competência de leitura e, conseqüentemente, de escrita.

Sendo assim, confirma-se mais uma vez a idéia de que uma criança que ainda não foi alfabetizada é capaz de ler, e não é necessário que ela esteja alfabetizada para iniciá-la em experiências de leitura. Para isso, é necessário apenas o envolvimento de um adulto mediador – pais, responsáveis ou professores podem cumprir esse papel – que esteja realmente dedicado à tarefa de formar um leitor independente e crítico. Para finalizar, é possível valer-se de alguns itens que Teberosky e Colomer (2003) apresentam como as “características qualitativas das práticas de leitura de histórias” (p. 25) ao abordarem o ato de ler histórias para crianças dos quatro ao cinco anos e que podem ser um guia para todos os mediadores de leitura envolvidos com essas crianças:

- Interação de perguntas e de respostas.
- Participação ativa por parte das crianças.
- Relação entre os objetos de duas dimensões dos livros e os objetos de três dimensões do mundo real.
- Familiarização com a estrutura e a função da linguagem escrita.
- Familiarização com o discurso do tipo narrativo da ficção.
- Preparação para escutar.

Não se trata de encerrar o estudo com uma receita a ser seguida, mas sim de indicar caminhos que transformem o ato de contar uma história em uma rica experiência de leitura, mesmo para uma criança ainda não alfabetizada.

REFERÊNCIAS

- FÁVERO, Altair Alberto. O desenvolvimento e a aprendizagem na educação infantil. In: FÁVERO, Altair Alberto; CASAGRANDA, Edison Alencar (Orgs.). *Diálogo e aprendizagem: orientações teórico-metodológicas do ensino da filosofia com crianças*. 2.ed. Passo Fundo: Clio Livros, 2002, p. 15-38.
- GOMES, Cristiano Mauro Assis. Experiência de aprendizagem mediada. In: _____. *Feuerstein e a construção mediada do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 71-105.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 9.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.
- LARROSA, Jorge. La defensa de la soledad: (Para que nos dejen en paz cuando se trata de leer). In: _____. *La experiencia de la lectura*. México: FCE, 2003, p. 597-605.
- MACHADO, Ana Maria. *Severino faz chover*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1994.

MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MANGUEL, Alberto. O aprendizado da leitura. In: _____. *Uma história da leitura*.. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 85-103.

NEVES, André. *Menino chuva na rua do sol*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. *Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

THEBAS, Cláudio. *O menino que chovia*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

A plasticidade e o lugar do corpo em “The Chance”¹

Aline Amsberg de Almeida

RESUMO

O presente artigo é escrito na tentativa de contextualizar o corpo e os tipos de corpos no conto “The Chance”, escrito por Peter Carey em 1979. Com suporte em teorias que abrangem o corpo de diferentes formas, como o “sonho de pureza” de Zygmunt Bauman, a noção de mutação de Katherine Hayles e suas observações sobre o texto eletrônico, bem como a história do Doutor Frankenstein de Mary Shelley – que também se preocupa com o corpo –, entre outros, pretendo mapear os corpos movendo-se na história e medir as possibilidades de uma Chance, seja em termos de procedimento tecnológico ou escolha pessoal para trocar o corpo por outro.

Palavras-chave: Corpo. Plasticidade. Mutação.

The plasticity and place of the body in “The Chance”

ABSTRACT

This article is an effort to contextualize the body and the kinds of bodies in the short story “The Chance”, written by Peter Carey in 1979. Supported by theories which comprehend the body in different ways, as Zygmunt Bauman’s “dream of purity”, Katherine Hayles’s notion of mutation and her observations about the electronic text, and also Mary Shelley’s *Frankenstein* – which is also concerned with the body –, among others, I intend to map the bodies moving in the story and measure the possibilities of a Chance, being it in terms of technological procedure or personal choice to change the body for another one.

Keywords: Body. Plasticity. Mutation.

Contextualizando uma Loteria Genética que possibilita às personagens trocar seu corpo por outro, Peter Carey escreveu “The Chance”, uma história narrada por Paul – também o protagonista –, personagem que já realizou quatro trocas de corpo. Paul vive com Carla, sua namorada, em um tempo e local nos quais trocar de corpo é uma prática tão comum quanto comprar um novo carro ou mudar-se de casa. Diversas razões podem levar a entrar na Loteria e fazer uma Chance. Paul e

Aline Amsberg de Almeida é graduada em Letras pela ULBRA (2006) e mestranda em Teoria e História Literária pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Bolsista da Fapesp. E-mail: alineamsberg@gmail.com.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 6007. Campinas/SP. CEP 13083-970.

¹ Este artigo é parte de meu Trabalho de Conclusão de Curso, feito sob a orientação da Dra. Isabella Vieira de Bem, entregue à banca examinadora e defendido na ULBRA (Universidade Luterana do Brasil), em 2006.

Textura	Canoas	n.16	p.112-126	jul./dez. 2007
---------	--------	------	-----------	----------------

Carla não compartilham o mesmo ponto de vista sobre a questão. Carla, por um lado, ainda não fez sua Chance (espera ansiosamente para isso), ela faz parte de um grupo de pessoas que usam a Loteria Genética e, por conta disso, seus corpos, como instrumentos para tornar realidade a Revolução. Por outro lado, Paul não dá qualquer explicação ou razão para ter feito suas trocas de corpo; porém, como veremos mais adiante, tais mudanças de corpo não podem ter sido feitas absolutamente por causas políticas ou sociais.

É importante ressaltar a origem da Chance e suas conseqüências para a humanidade na história. No conto de Peter Carey, os *Fastalogians*² desceram do espaço e instalaram-se na Terra apresentando aos humanos um novo tipo de loteria: a Loteria Genética ou a Chance. Uma Chance dá ao indivíduo uma oportunidade de trocar seu corpo atual por outro, embora não permita escolher o corpo que vai receber na loteria. Tal categoria tecnológica era, no início da história, comparada por Paul ao que os americanos haviam feito com sua tecnologia impossível de realmente entender caso importasse. Contudo, através da narração de Paul, torna-se evidente que a Chance tornou-se mais do que um jogo, um vício, ou uma mercadoria: transformou-se em uma necessidade:

Então agora, por dois mil dólares intergaláticos (IG\$ 2,000) podíamos entrar na Loteria e sair com uma idade diferente, um corpo diferente, uma voz diferente e ainda carregar nossas memórias (permitindo um pequeno vazamento) mais ou menos intacta. (CAREY, 1993, p.57)³

A relativa autoridade sobre o corpo dá o direito a fazer uma Chance e, conseqüentemente, manter voz ativa sobre o novo corpo do indivíduo, que agora é ele próprio. Mas o que acontece quando alguém precisa trocar de corpo em função de fazer parte de um grupo específico e juntar-se a uma revolução? E como exatamente funciona essa Loteria Genética na parte física ou, em outras palavras, é possível fazer uma Chance?

O QUE A CRIATURA DO DR. FRANKENSTEIN TEMA ACRESCENTAR

Para tornar a Chance realidade, proponho primeiramente duas alternativas *high-tech*: na primeira, um banco de partes de corpos onde os *Fastalogians* “escaneariam”

² *Fastalogians* são os alienígenas vindos do espaço que instalaram a Loteria Genética na Terra.

³ No original: “So now for two thousand inter-galactic dollars (IG\$ 2,000) we could go in the Lottery and come out with a different age, a different body, a different voice and still carry our memories (allowing for a little leakage) more or less intact”. Todas as traduções de “The Chance” ao longo do artigo são de minha autoria.

outros corpos e colheriam suas informações (como feito no processo de teletransporte, por exemplo) quer no momento da Chance, ou antes dela, com objetivo de estocar um catálogo completo de diferentes tipos de órgãos, estruturas ósseas, atributos físicos e todos os tipos de particularidades. Desse modo, cada re-inscrição do corpo agruparia, aleatoriamente, partes separadas e construiria um corpo único.

Na segunda alternativa, um banco de códigos genéticos baseado no mesmo processo de coleta, mas trabalhando em dois modos distintos (embora não necessariamente separados): recombinação e/ou manipulação de DNA, o primeiro a fim de criar novos fenótipos e o segundo objetivando novos genótipos. Ambas as alternativas, recombinação e manipulação de DNA, sustentariam e explicariam as fundações da Loteria Genética: a análise combinatória numérica das loterias em geral também reagrupa números (para a Chance: aminoácidos reagrupados) e finaliza em uma seqüência única de códigos.

Uma possível terceira alternativa seria a hoje em dia tão comum cirurgia plástica que pode formar e deformar praticamente qualquer parte do corpo humano e, mesmo sem cobrir genuína mudança de idade, é aceitável que se possa atingir uma aparência física mais idosa, estrutura muscular cansada, visão decadente, etc. Essa opção não daria ao indivíduo outro corpo, mas o mesmo drástica e radicalmente mudado: um corpo diferente.

Caso a alternativa do banco de partes de corpos se encaixe, pode-se dizer que a Loteria Genética produz uma série de seres ao estilo da criatura do Dr. Frankenstein, transformando a vida humana num enorme mosaico de partes reunidas, outrora separadas, em que o *self* é sempre e infinitamente o outro e sustenta fragmentos de identidades alheias. A criatura do Dr. Frankenstein é constantemente lembrada na discussão da plasticidade e identidade dos corpos vivos. Nízia Villaça (1999, p.18) relaciona ao corpo o texto eletrônico, e o resultado dessa relação é a desumanização, pois o texto eletrônico pode ser facilmente rearranjado, movido, removido, fragmentado e recombinado assim como a criatura resultante do experimento do Dr. Frankenstein. Katherine Hayles (1999) aprofunda-se ainda mais no assunto, dizendo que o corpo, assim como o texto, contém e sustenta informação, sendo constituído de padrões e códigos. Por essa razão, argumenta Hayles, o corpo pode ser manipulado conforme o texto, porque ambos são constituídos por padrão, informação e códigos.

A história de Mary Shelley, publicada em 1818, localiza-se em um imaginário de ficção e horror, com temas tais como preconceito, rejeição, natureza, medo, e principalmente a influência da tecnologia sobre a natureza, a busca científica do ser humano pelo conhecimento. O resultado do experimento do Dr. Frankenstein é uma criatura viva, feita de partes de outros corpos humanos, já mortos, que deve enfrentar o mundo por si mesma, ignorando a própria identidade. Uma diferença importante a ser apontada entre os corpos das personagens de Peter Carey e a criatura-mosaico de Mary Shelley é, também, a questão do livre arbítrio e, conseqüentemente, uma oposição entre escolha e destino, o que não priva as personagens, em qualquer dos casos, de encontrarem-se a si mesmos perdidos. Embora “encontrar-se a si mesmo perdido”

possa ser uma contradição em termos, serve aqui quando olhamos um pouco mais próxima e atentamente para os indivíduos nas histórias. Enquanto a criatura do Dr. Frankenstein descobre-se perdida quando enxerga a si mesma através dos olhos alheios – principalmente e em primeiro lugar através dos olhos de seu criador – e subsequente encontra-se no mundo, porém, constantemente rejeitado, incapaz de encontrar seu lugar no mesmo mundo, as personagens de Peter Carey estão perdidas inicialmente e, insatisfeitas com as próprias vidas, fazem Chances em tentativas de assentarem-se, pois “as pessoas raramente atiravam-se nos rigores da Loteria quando estavam felizes com suas vidas⁴” (CAREY, 1993, p.66).

A “síndrome de Frankenstein” é explicada por Steven Best e Douglas Kelner (2001, p.162) como “uma obsessão com o controle sobre processos naturais, e a perseguição de conhecimento para seu próprio interesse, separado de uma cuidadosa consideração da ética, política, e conseqüências potenciais” e a afirmação de que “[seres humanos] não são mais espécimes ‘originais’, mas antes uma síntese de carne, DNA, sangue e órgãos de outras espécies, *chips* de silicone, implantes e próteses tecnológicos”⁵ (BEST; KELLNER, 2001, p.161-162). Assim relacionadas, ambas as histórias (de Shelley e Carey) contrastam a distinção primordial entre originalidade e continuidade da vida: Dr. Frankenstein cria vida artificialmente, descarregando eletricidade em matéria morta, e essa é a razão pela qual a criatura não teve oportunidade de fazer qualquer escolha; enquanto as personagens em “The Chance” têm sua matéria viva drasticamente transformada justamente em conseqüência de sua escolha, resultado de seu descontentamento prévio.

Ivete Keil dá à criatura do Dr. Frankenstein sua busca pelo “Corpo sem Órgãos” (CsO), ao mesmo tempo que deseja ser humano – e, portanto, ter órgãos – sendo humano exatamente por essa razão (KEIL; TIBURI, 2004, p.154-155). Todavia, se a existência humana é corporal/corpórea, como no corpo que dança e o corpo torturado (id., p.53), é possível assumir que existe algo como o “humano” sem “corpo”?

Se “o campo de imanência não é interno ao *self*, mas também não provém de um *self* externo ou um não-*self*”⁶ (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p.156), então o corpo orgânico é um limite (órgãos, ossos, carne, sangue) e é essa precisamente a razão pela qual alguém necessita encontrar seu CsO, cessando qualquer limite entre ele mesmo e o campo de imanência. Isso leva-nos à questão de Donna Haraway sobre por que nossos corpos deveriam terminar na pele (HARAWAY, 1991). A pele, sendo um órgão, como qualquer órgão, é um limite e interrompe o curso do desejo, o campo de imanência

⁴ No original: “People rarely plunged into the rigours of the Lottery when they were happy with their life”.

⁵ No original: “an obsession with control over natural processes, and the pursuit of knowledge for its own sake, divorced from a careful consideration of ethics, politics, and potential consequences” e “are no longer species ‘originals’, but rather syntheses of flesh, DNA, blood and organs from other species, silicon chips, technological implants, and prosthetics”. Todas as traduções de “The Postmodern Adventure” ao longo do artigo são de minha autoria.

⁶ No original: “The field of immanence is not internal to the self, but neither does it come from an external self or a nonself” Todas as traduções de “How do make yourself a Body Without Organs?” ao longo do artigo são de minha autoria.

que é o CsO. Então o que ocorre quanto a criatura do Dr. Frankenstein procura por seu CsO é uma problemática de identidade: alguém busca seu CsO na tentativa de encontrar a si mesmo. Conseqüentemente, é legítima a afirmação de que existe “humano” sem o “corpo orgânico”, afinal, “[o] CsO é o que resta quando retira-se tudo”⁷ (DELEUZE ; GUATTARI, 2003, p.151) – ainda um corpo – e, mesmo baseado num campo de imanência de desejo e ondas de intensidade, dado seu plano de consistência imaterial, é pura e essencialmente humano, pois necessita do sujeito em função de existir – um sujeito que deseja, que transcende seu corpo orgânico – e o sujeito é o limite.

OUTROS FATORES RELEVANTES ENVOLVENDO A CHANCE

A tradição judaico-cristã valoriza a espiritualidade e volta atenção ao corpo como lugar ou estabelecimento da alma, repudiando diversas práticas consideradas subversivas, em razão de que essas práticas vão de encontro à idéia do corpo como templo de Deus devendo ser, portanto, preservado em castidade e integridade física, por isso, prática como suicídio, transtornos alimentares, rituais corporais e experimentos envolvendo qualquer tipo de transfiguração são, por essa cultura, vetados. Enquanto a metafísica clássica argumenta que o corpo é a prisão da alma, as crenças cristãs estimam vida eterna do espírito através da ressurreição do corpo após a morte corporal, sustentando argumentação teológica e bíblica a favor de pureza espiritual e prevendo o fim do sofrimento pós-vida. Sobretudo, a oposição humanista clássica entre mente e corpo, articulada pelos valores de uma mente racional distinta do corpo, caiu com o fim da Segunda Guerra para dar lugar a uma era pós-humanista em que a mente humana espera sua transferência ao computador através de *download* (BEST; KELLNER, 2001, p.194-195) buscando a conservação.

Tal prática concebe a mente como um arquivo de computador e, embora plausível, esse *download* não comprova que a mente e o corpo humanos possam ser separados um do outro. E não é esse, ainda, o meio de divorciar ambos, porém um modo de replicar a primeira: um arquivo baixado (*downloaded*) não é desprendido da fonte, mas copiado ao *hardware* por um programa, é criado então uma cópia, um duplo.

O que torna uma Chance tão atraente é o fato de que trocar de corpo não apenas possibilita livrar-se do material orgânico com o qual se “começou a viver” (CAREY, 1993, p.58), mas, além disso, o fato de se poder escolher ser outro, apesar de que a única verdadeira escolha não ultrapassa a entrada na Loteria. Até o momento, o ser humano não escolhe nascer, existir, ou “vestir” uma imagem específica, vontade e escolha não vêm sem a vida ou com a ausência dela, nenhuma das duas é prévia ao início da vida individual; ao invés disso, são “dádivas” ou “atributos”, por assim dizer, não podendo ser localizadas ou encontradas fora dela. Entretanto, é possível redesenhar

⁷ No original: “the BwO is what remains when you take everything away”.

ou reescrever, por meio de cirurgia plástica, por exemplo (quase) qualquer parte do corpo que, de alguma forma, incomoda devido a uma imagem visual aversiva, ou a um desvio do ideal, por ser desarmônico. Somente após modificar todas as partes desarmônicas ou incômodas, ou talvez substituindo, aumentando, diminuindo, colorindo, esculpindo, inserindo uma outra parte, é possível perguntar se o primeiro estágio da humanidade (de alguém) permanece, e onde.

Na verdade, essa remoção do desarmônico está de acordo com a descrição do “sonho de pureza” de Zygmunt Bauman trazido a um lugar mais próximo: o corpo humano. Em “O mal-estar da Pós-modernidade”, Bauman analisa o “sonho de pureza” pós-moderno inerente ao homem e que insere na natureza a distinção entre pureza/ ordem e sujeira/desordem, o qual leva à criação e invalidação de estranhos – sujeira automotora (BAUMAN, 1997, p.27). Essencialmente, esse “sonho de pureza” deriva da idéia de que todo ser humano nasce e vive num esquema de ordem, e denota um esforço a fim de resgatar esse esquema – organizar o ambiente, enquanto a definição de “sujeira” ou “impureza” é estar fora do lugar. Nesse contexto, na tentativa de trazer a teoria a outro campo como dito inicialmente, toda parte desarmônica do corpo é sujeira e deve ser removida em função de restabelecer a pureza e reorganizar o ambiente: é a “sorte de vestir e despir identidades”.

Na história de Carey, uma Chance antes de ser instrumento para remoção de sujeira, é um meio de criar um novo contexto, um novo ambiente e, agregados a eles, são trazidos novos conceitos de harmonia e, conseqüentemente, um outro tipo distinto de sujeira. Fazer uma Chance equivale a re-entrar no mundo, ou em **um** mundo; apaga o contexto anterior e abre um novo, totalmente desagregado do primeiro exceto pela memória, “ainda carregar suas memórias” (CAREY, 1993, p.57), mesmo caso ambos estejam conectados por finas linhas – “mais ou menos intacta” (id. *ibid.*).

Algumas vezes uma Chance torna-se requisito necessário para alcançar ideais, como no caso da personagem Carla, que deseja entrar na Loteria Genética e sair com um corpo diferente a fim de juntar-se à Revolução. A personagem segue reafirmando que sua autoridade sobre o próprio corpo reside justamente na decisão de fazer uma Chance, firme em sua força e determinação apesar dos esforços contínuos de Paul para fazê-la desistir. Entre as crenças de Paul está o desacordo com o espírito revolucionário do grupo a que Carla pertence, os *Hups*. Paul não é contra a tecnologia *Fasta* ou a Chance – em prova disso ele mesmo fez quatro Chances quando poderia ter parado logo após a primeira. Paul é contra a Revolução simplesmente porque não vale todo o processo de desfigurar-se ou fazer a Chance nesse propósito. Numa última tentativa de fazer Carla desistir de sua afirmada decisão, o discurso frenético de Paul mostra experiência e desprezo:

Não imagine que você irá esquecer tudo isso. Não imagine que tudo vai ir embora. Pois qualquer conforto que você encontre com seus amigos, qualquer consciência que você pacifique, qualquer culpa que você amenize, você irá sempre olhar para trás com arrependimento e saber que foi desnecessário destruir.

Você amaldiçoará a moralidade da garota colegial que lhe enviou a um Centro de Chance e em seus sonhos você encontrará seu caminho de volta para mim e virá deitar ao meu lado e virá pescar comigo e todo mundo que você encontrar você irá comparar e encontrar falhas em menor respeito.⁸ (CAREY, 1993, p.84)

Carla destaca questões referentes a controle, poder, decisão e responsabilidade. A matéria do livre arbítrio, embora não uma constante, é ainda evidente na história e um ponto crucial. Quando alguém decide fazer uma Chance, essa decisão infere uma suposta autoridade sobre o próprio corpo e destino e envolve, ainda, três fatores/estágios: 1 – posse (capital); 2 – probabilidade (risco); 3 – conseqüências (resultado).

Primeiramente, e eliminatória, a ausência de dinheiro impede a oportunidade de uma Chance, bem como qualquer outro bem de consumo. Dinheiro é, aqui, também requisito para futuras aquisições no contexto escrito em uma sociedade que gira em torno de ideais de consumismo: não se faz uma Chance, simplesmente, se compra.

Em segundo lugar, após gastar IG\$ 2,000, encontra-se uma gama de possibilidades a respeito da perda de partes da memória e o alcance da aparência/imagem/forma/deformidade física que constroem o risco de tal roleta-russa. O procedimento é desconhecido, como observado pelo narrador no início da história: “não sabíamos como funcionava, ou se funcionava do modo como eles nos diziam”⁹ (CAREY, 1993, p.56) e, aparentemente, feito durante um estado anestesiado, embora não totalmente entorpecido, conforme descrito por Paul quando respondendo à pergunta de Carla sobre se uma Chance dói: “Faz você vomitar muito, e sentir-se doente, mas não dói. É mais um período difícil para sua cabeça” (id., p.64). O fato de perder partes da memória pode estar também conectado com esse “período difícil para sua cabeça”¹⁰.

Em terceiro lugar, uma “perda” na Loteria Genética encaminha, como resultado, a seis meses suportando um corpo ainda pior do que o anterior, já que uma Chance potencialmente acarreta uma perda. Perder em uma Chance significa ganhar um corpo “ruim”, “errado” ou “feito”, em outras palavras, um corpo que não o esperado. Se alguém escolhe arriscar e perde, só lhe será permitido fazer outra Chance seis meses depois: há possibilidades de ganhar (o corpo desejado para o resto da vida) assim como a chance de perder (o corpo corrente e ser obrigado a viver com o indesejado por pelo menos meio ano).

A precisa decisão de fazer uma Chance é realmente a primeira mudança e o estágio zero, acompanhado de certos princípios ou uma ideologia que pode variar de indivíduo para indivíduo. Contudo, o poder de decisão não está localizado na carne,

⁸ No original: “Don’t imagine that you will forget all this. Don’t imagine it will all go away. For whatever comfort you find, whatever conscience you pacify, whatever guilt you assuage, you will always look back on this with regret and know that it was unnecessary to destroy it. You will curse the schoolgirl morality that sent you to a Chance Centre and in your dreams you will find your way back to me and lie by my side and come fishing with me on the pier and everyone you meet you will compare and find lacking in some minor respect”.

⁹ No original: “we didn’t know how it worked, or if it worked the way they said it did”

¹⁰ No original: “It makes you vomit a lot, and feel ill, but it doesn’t hurt. It’s more a difficult time for your head”.

ele denota uma qualidade não-material e uma propriedade que não pertence à parte chamada de *meat* (carne, substância) pela cultura *cyberpunk*. Portanto, o não-físico leva o físico a um jogo de aposta que será guiado pelo elemento externo da tecnologia alienígena. No princípio, o preço a pagar é desconhecido, mas não tão aterrorizante ou desencorajador quanto à idéia de manter a mesma aparência atual.

Dada a enorme variedade de possibilidades, o indivíduo que faz uma Chance toma conhecimento da grande importância portada pelo corpo, a ponto de depender da própria imagem para atingir um objetivo, ao mesmo tempo em que direciona pouca preocupação aos custos dessa mudança, a ponto de submeter o corpo (como única posse real ou palpável) a esse tipo de aposta. Talvez os custos sejam tão baixos que conseguir dinheiro suficiente torna-se mais difícil do que tomar coragem suficiente para submeter o próprio corpo – como representação corporal ou consciência incorporada – às singularidades de uma técnica desconhecida. Seja isso ou a ideologia, o conjunto de idéias, enorme e profundamente enraizadas a ponto de permitir que alguém ignore todos os obstáculos a serem superados e eventualmente transformando-os em meras circunstâncias ao invés de dificuldades.

Essas inferências presumem que o indivíduo que faz uma Chance carrega ao menos uma básica ou mínima idéia no que concerne ao corpo – ele está ciente de que tem um corpo e considera-o como instrumento útil para fazer acontecer eventos consideravelmente importantes e cruciais. Agora os corpos na história e seus lugares serão apresentados.

O LUGAR DO CORPO

Pensar o corpo humano tornou-se questão de pensar quais são e onde estão os limites da humanidade (como condição humana) e o quão longe vai sua mutabilidade. Podemos assistir ao corpo sendo transformado por tecnologias sempre recentes e reescrito pelo uso de moldes totalmente diferentes após a aurora de um novo antropomorfismo no qual o termo “humano”, e suas infinitas direções, flutua entre natural e artificial abrangendo ambos. A atitude de tratar “natural” como sinônimo para “orgânico” torna-se então obsoleta desde que os seres vivos foram misturados com produtos artificiais (comida, medicamentos, veículos de transporte, ferramentas e utilidades de computador) a fim de incrementar ou melhorar as condições de vida e mantê-la, principalmente após a Segunda Guerra. O mito do ciborgue de Donna Haraway cabe aqui como representação da interação humano-máquina e organismo-tecnologia bem como da dissolução da distinção entre o natural e o artificial (HARAWAY, 1991).

Se as tecnologias como as descritas por Haraway (1991), Hayles (1999) e Best e Kellner (2001), por exemplo, são sumariamente extensões do cérebro, corpo e (in)consciente humano, como sugerindo por Lucia Santaella (2004, p.245), então pode-se afirmar imediatamente o corpo como *site* para experiência/experimento/sensação, e tomar os órgãos do sentido como interfaces para entrada e saída de dados. Santaella (2004, p.200) desenha um vasto mapa das múltiplas realidades do corpo pós-humano:

o corpo remodelado – para construções artificiais baseadas em partes e funções orgânicas; o corpo esquadrinhado – com propósitos médicos; o corpo plugado – para o *cyber*-espaço. Este último é subdividido de acordo com cada interface que entretém: imersão por conexão, imersão por avatares, imersão híbrida, telepresença, ambientes virtuais. Há ainda o corpo simulado – para representação gráfica e imaginário numérico; o corpo digitalizado – representação tridimensional detalhada; e o corpo molecular – para manipulação genética.

Desde os anos 40 e principalmente após os anos 50 e 60, o comportamento e desenvolvimento dos autômatos vem sendo estudado sob uma perspectiva cibernética para a qual todo organismo vivo é auto-organizado, reflexivo e um complexo (elemento do) sistema. A robótica visa a construir, no mais alto estágio, programas e sistemas completamente auto-suficientes independentes da interferência humana, enquanto a protética ocupa-se com a construção de partes biomecânicas do corpo para substituição de perdas. Nesse meio tempo, as descobertas da engenharia genética tornam quase certamente bem-sucedida uma reconstrução de bioespécies por procedimentos como a clonagem.

Presumivelmente, como uma molécula de DNA contém o código genético de um indivíduo, uma mutação nesse código transtorna a continuidade da base química da vida e de alguma forma conseqüentemente afeta a incorporação inteira – a continuidade do corpo. No que concerne a isso, Katherine Hayles observa que a “[m]utação é crucial porque nomeia o ponto de bifurcação no qual a interação entre padrão e aleatoriedade causa a evolução do sistema para uma nova direção”¹¹ (HAYLES, 1999, p.33). Portanto, transtorno/mutação precisamente prova continuidade/padrão.

É possível seguir ao longo da história vários tipos distintos de corpo e assistir à diversidade de seu elenco de personagens. Cada um dos tipos indica um grupo distinto de indivíduos e representa uma espécie diferente de personagem universal, como veremos nos parágrafos seguintes, que deverão servir ao propósito de mapear os vários lugares ocupados pelo corpo na história.

O segundo parágrafo da história aponta os *Leapers* – os corpos suicidas –, atirando-se de telhados de prédios e pontes. Juntar-se aos *Leapers*, considera Paul, está além da alternativa dos *Fastalogians*. Não seria, porém, o inverso? A Loteria Genética estando além da opção do suicídio? No caso de não haver coragem suficiente para matar-se, ao menos é possível mudar o corpo, tornar-se outro. Contudo, essa questão não é discutida na história, ou seja, Paul provavelmente não considera a opção inversa. Muitas são as razões que levam ao suicídio como última resposta; entretanto, a mais freqüente é a intolerabilidade da situação. Sobre os *Leapers*, o narrador não fala muito, apenas um breve parágrafo para compará-los a “frutas maduras demais” caindo de “árvores podres de um pomar esquecido” (CAREY, 1993, p.55).

¹¹ No original: “Mutation is crucial because it names the bifurcation point at which the interplay between pattern and randomness causes the system to evolve in a new direction”.

Há ainda os corpos *aliens* – os *Fastalogians* – o retrato da desordem, com sua atitude infantil e aparência inofensiva quando não confrontados, vestindo roupas que não servem. A aparência externa desorganizada dos *Fastalogians* funciona como camuflagem: “Em aparência eles eram tão menos ameaçadores do que os americanos” (id., p.56), de outro modo uma aproximação se faria impraticável e a barreira entre visitantes e anfitriões seria difícil de quebrar, afinal os *Fastalogians* vêm do espaço e provavelmente seus corpos são diferentes dos corpos humanos (o corpo dos *Fastalogians* não é comparado ao corpo humano em termos de estrutura/formação em nenhum momento da história).

O corpo sem vida – o cadáver – da história aparece e é encontrado ao lado de Carla, na forma de um homem velho. Carla faz uso desse homem velho a fim de ganhar dinheiro, o que, na história, é uma prática comum entre pessoas que precisam levantar dinheiro para funerais. O cadáver é um importante indicador da evidência física do corpo ao redor da qual a vida ou existência humana gira. A sugestão, feita por Ivete Keil em “Diálogo sobre o corpo”, é que “[o] corpo morto marca a presença da morte e sem ele a morte deixa de existir. Além de negar a morte com a cremação, estamos criando um imaginário de não-morte” (KEIL; TIBURI, 2004, p.121). A morte reside no corpo morto conforme a vida reside no corpo vivo, se negarmos a morte, estaremos consequentemente negando o corpo morto, o corpo e, logo, a vida. O corpo é o conector entre ambos, o instrumento que está no meio e constitui a ponte sustentando ambos os fenômenos. Conceber a vida leva a pensar sobre a morte como seu oposto possível mais evidente.

O que é a morte sem o corpo morto e aonde iria o segundo sem o primeiro? E se ambos são tão intimamente conectados, se dependem um do outro, o que é a vida sem corpo? Devido a uma questão cultural, a sociedade ocidental contemporânea discute, pensa e problematiza a morte como problema ou tabu. A observação de Ivete Keil é que “inegavelmente, a maior violência para nós é a morte. O mais íntimo dessa violência, o corpo” (KEIL; TIBURI, 2004, p.185). Para ambas Keil e Tiburi, o corpo que dança é um instrumento do dançarino, o corpo torturado é um instrumento nas mãos do torturador, o corpo libertino é um instrumento de prazer, todas essas proposições sustentam a carne/substância/*meat* como meio e não finalidade.

Bem como arte (dança), tortura e prazer, a ideologia usa o corpo como instrumento, pois não está localizada em nenhuma parte específica do corpo. É então que Carla se sobressai, a personagem revolucionária com um corpo de rica e uma Chance marcada. Ela pertence a um grupo revolucionário de pessoas que “achavam que o modo para lutar na Revolução era ter um corpo tão grotesco e mal-formado como o dos meus amigos [de Paul] nos Parques e Jardins”¹² (CAREY, 1993, p.62). As idéias de Carla, como as de seus pais, não estão de acordo com sua fisionomia, embora mais tarde ela vá entrar em contato com a realidade e mostrar uma parcela mínima de arrependimento quando chora ao lado da cama de Paul à noite.

¹² No original: “who thought the way to fight the revolution was to have a body as grotesque and ill-formed as my friends at the Parks and Gardens”

Se o esquizo (*schizoid*), como argumentado por M. W. Smith, “identifica os territórios da história com o CsO” e “desterritorializa e reterritorializa significados passando através do CsO como expressão de desejo individual”¹³ (SMITH, 2001, p.71), então essa de/reterritorialização é refletida na tentativa dos *Hups* de resgatar sua terra e passado, bem como na busca do corpo adequado para encaixar-se na Revolução. O CsO dos *Hups* é sua vontade e energia para lutar, que persistirá após *n* Chances. Eles substituem um corpo “real” por outro tão “real” quanto o anterior, trocando “ser” por “tornar-se” conforme seus *selves* são fundidos com/substituídos por vários outros e ainda permanecer *self*. Enquanto “ser” representa um estado estático, naquele onde/quando se está, sem modificação, “tornar-se”, conforme M. W. Smith, é uma multiplicidade reconhecível de desejos, é um estágio sempre no meio, é as desterritorializações e reterritorializações transformando o *self* (SMITH, 2001, p.73).

Então de onde vem a necessidade de uma revolução para pessoas que pertencem à classe mais alta, como Carla? Eles precisam lutar contra quem roubou seu espaço e retém mais poder do que eles: os *Fastalogians*. Em outras palavras, uma réplica efetiva à intervenção *Fastalogian* numa história que não pertence aos mesmos por direito e uma luta pela retomada da terra (colonização) e da vida, somente é possível utilizando-se a própria tecnologia *Fastalogian*. A Revolução é uma tentativa de fixar o presente através do resgate do passado.

Os *Hups* são descritos por Paul, o narrador, como um grupo formado por aberrações, ou “pessoas tão romanticamente feias como eu nunca havia visto [...] Falhas e enfermidades eram mostradas com um orgulho que seria estranho para qualquer um que não fosse um Hup”¹⁴ (CAREY, 1993, p.70). Entre eles, em reuniões na casa de Carla, estão o anão e a mulher de nariz-de-gancho, duas personagens que rejeitaram seus corpos. Ambos encontraram o padrão de beleza antes de suas Chances e agora são vistos como pura deformidade não apenas por seus companheiros *Hups*. O anão mostra aos outros sua beleza numa fotografia onde aparece deitado na praia. A mulher de nariz-de-gancho é desvendada mais tarde como sendo Jane Larane, a atriz “outrora bonita e famosa”. Esse é o modo julgado pelos revolucionários como o melhor para lutar, um modo além da compreensão de Paul, seja por ele ter feito sempre parte do proletariado ou porque ele é tão menos preocupado com uma revolução sem sentido e fadada ao fracasso do que com onde conseguir dinheiro para seu próximo engradado de cerveja: “Uma idéia não valia a pena para mim, não valia a pena lutar por ela. Eu lutaria por uma cerveja, uma refeição, uma mulher, mas nunca por uma idéia” (id, p.64).

¹³ No original: “identifies the territories with history with BwO” e “deterritorializes and reterritorializes meanings across the BwO as an expression of individual desire”. Todas as traduções de “Reading Simulacra” ao longo do artigo são de minha autoria.

¹⁴ No original: “people as romantically as any I had ever seen [...] Faults and infirmities were displayed with a pride that would have been alien to any but a Hup.”

O CORPO DO NARRADOR

O protagonista, Paul, exerce um importante papel na história ocupando o corpo do narrador. Para Katherine Hayles, o narrador, além de contar a história, é uma autoridade, um manipulador de códigos, desde que o texto será digitalizado em algum lugar ao longo de sua existência. O narrador, explica ela, vai de narrador a manipulador de códigos aos próprios códigos, bem como, logicamente, o leitor vai de ouvinte a leitor a decodificador; o texto produz o leitor no nível seguinte ao que o narrador produz o texto (HAYLES, 1999, p.46). Em *How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature and informatics*, Hayles explica a transição de presença, posse e localização física para reconhecimento de padrão e acesso a dados. Em seguida explica como a informação perdeu o corpo e como a vida artificial (AL) é tão natural quanto a vida orgânica. Se o reconhecimento de padrão não necessita em absoluto a presença, então a perda do padrão não infere a perda da presença. Ao invés disso, é enraizado numa fundação de presença/ausência; e se assumíssemos que “porque somos essencialmente informação podemos nos livrar do corpo” como sugerem algumas teorias acerca dos autômatos (id., p.12), a informação perdeu o corpo justamente porque presença/ausência cedeu lugar a padrão/aleatoriedade.

Paul perdeu após passar pela Loteria, ele ganhou “o corpo de um lutador de rua envelhecido [...] um corpo feito para conter fúrias”¹⁵ (CAREY, 1993, p.58), embora essas fúrias não fossem mostradas violentamente ou direcionadas a “causas nobres” como, por exemplo, a Revolução, como sugerido pelo anão: “Você deveria considerar juntar-se a nós [...] então não teria esse problema que tem com Carla. Existem problemas maiores aos quais você poderia direcionar sua raiva. Sua situação agora é que está gastando sua energia ficando enraivecido com as coisas erradas”¹⁶ (id., p.83). Paul tem o corpo mais indicado para o tipo de luta proposta pela Revolução. Entretanto, a problemática dele é inteiramente voltada ao campo pessoal: sua preocupação em postergar a Chance de Carla indefinidamente.

No momento em que Paul enfatiza não valer a pena lutar por uma idéia, ele confirma a pouca atenção e importância dadas à mente, alma ou essência humana, em relação a causas materiais, por exemplo, “uma cerveja, uma refeição”, “no mundo das idéias eu não tinha princípios” (id., p.64) diz ele após uma discussão com Carla. Paul, por conta disso, não admite a associação de idéias a formas, ambas não podem, para ele, ser unidas/integradas num todo. Suas quatro Chances provam isso. A discussão começa quando Paul decide dizer a Carla que ela tem um corpo bonito. Ela afasta-se e pergunta a ele sobre seus conceitos de beleza, como no trecho seguinte:

¹⁵ No original: “the body of an ageing street-fighter. It was a body built to contain furies”.

¹⁶ No original: “you should consider joining us [...] then you would not have this problem you have with Carla. There are bigger problems you could address your anger to. Your situation now is that you are wasting energy being angry at the wrong things”.

‘O que é mais bonito, um pombo ou um corvo?’
 ‘Um pombo, se você se refere a uma rosela. Mas não sei muito sobre pombos.’
 ‘O que há de errado com um corvo?’
 ‘Um corvo é negro e tem a aparência horrível. É pesado. Seu grito não é atraente.’
 ‘O que torna seu grito não atraente?’
 [...]

 ‘Ele soa desolado,’ ofereci.
 ‘Você acha que é a **intenção** do corvo soar desolado? Talvez você seja ignorante e não saiba escutar um corvo.’
 [...]

 ‘Quais peitos são melhores?’
 Eu ri. ‘Não sei.’
 ‘Quais pernas?’
 ‘Não sei. Eu gosto de pernas longas.’¹⁷
 [...] (id., p.63-64, ênfase minha)

O primeiro estágio da discussão levanta a questão da relatividade da beleza (BAKER, 2003), o discurso retórico de Carla “tenta demonstrar que o não atraente é da mesma ordem do atraente” (id., p.151), um ponto familiar e crucial na discussão da estética que sugere a relatividade da beleza, atratividade e agradabilidade ao ponto de vista do observador e a questão da inversão de valores (o que também é usado pelos *Hups* como parte de sua estratégia, conforme observado por Backer: “a negação aberta de concepções sociais dominantes do que conta como bonito e, num contra-movimento, a glorificação da feiúra.”).

O segundo estágio da argumentação aponta a idéia de Paul da previsibilidade da natureza em contraste com a imprevisibilidade da tecnologia:

‘Gosto das Grevilleas.’ Eu disse desaprovando.
 [...]

 ‘São pequenos arbustos. Crescem na argila, nas piores situações. Ao redor de pedras ou nas encostas secas de montanhas. [...] Suas folhas são mais como espinhos. Parecem duros e sem graça, ninguém pensaria em olhá-los duas vezes. Mas em novembro [...] têm flores como gloriosas aranhas vermelhas. Acho-os lindos.’

¹⁷No original: “‘What is more beautiful, a parrot or a crow?’ ‘A parrot, if you mean a rosella. But I don’t know much about parrots.’ ‘What’s wrong with a crow?’ ‘A crow is black and awkward-looking. It’s heavy. Its cry is unattractive.’ ‘What makes its cry unattractive?’ [...] ‘It sounds forlorn,’ I offered.’ ‘Do you think that is the crow intention, to sound forlorn? Perhaps you are ignorant and don’t know how to listen to a crow.’ [...] ‘Which breasts are best?’ I laughed. ‘I don’t know.’ ‘Which legs?’ ‘I don’t know. I like long legs.’”

‘Mas em outubro?’

“Em outubro eu sei como serão em novembro”¹⁸ (CAREY, 1993, p.63-64)

Quando Paul descreve a Carla o comportamento das Grevilleas, aponta a importância de esperar pelo desfecho natural, pois a natureza fará seu papel, em contradição com o comportamento do próprio Paul ao fazer uma Chance seguindo a outra, indo contra a natureza humana. O exemplo das Grevilleas também serve como ponto de oposição à Chance como interferência tecnológica no curso da vida, pois, diferentemente das Grevilleas, o indivíduo que passa pela Loteria não tem a menor idéia de como será “em novembro”. Nesse parágrafo, a natureza, recordada por Paul, dá a ele a sensação de segurança em oposição à sua realidade – completamente imprevisível, quando falando sobre as Grevilleas, Paul encontra um lugar no discurso para ser confortado pela idéia de que alguma coisa – qualquer coisa – no mundo ainda se pode prever, ainda “faz sentido”, ou ainda segue a lógica.

O que serve aqui, como comentário final, é que o corpo como o viemos concebendo, e o modo de pensá-lo, não é mais o mesmo. Peter Carey usou de uma manifestação literária para mostrar e provar essa afirmação, para fazer o leitor pensar sobre quantas Chances já fez e qual o montante de razões e conseqüências de/para essas Chances. Quando decido mudar meu corpo, o que exatamente estou decidindo mudar? E o que é realmente esse corpo a que chamo **meu**?

REFERÊNCIAS

- BAKER, David. *Of Unprincipled Formalism: Readings in the Work of David Malouf and Peter Carey*. Griffith University, 2003, p.150-155. Disponível em: <http://www4.gu.edu.au:8080/adt-root/public/adt-QGU20040616.120642/index.html>. Acesso em: 8 ago. 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BEST, Steven; KELLNER, Douglas. *The Postmodern Adventure: Science, technology and cultural studies at the third millennium*. New York: The Guilford Press, 2001.
- CAREY, Peter. *The Fat Man in History*. New York: Vintage books, 1993[1980].
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “How Do You make Yourself a Body without Organs?”. In: *A Thousand Plateaus – Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003 [1980].
- HARAWAY, Donna. *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism*

¹⁸ No original: “‘I like grevilleas.’ I said greasily. [...] ‘They are small bushes. They grow in clay, in the harshest situations. Around rocks, on dry hillsides. [...] The leaves are more like spikes. They look dull and harsh, no one would think to look at them twice. But in November [...] they have flowers like glorious red spiders. I think they’re beautiful.’ ‘But in October?’ ‘In October I know what they’ll be like in November.’”

in the Late Twentieth Century, 1991. Available at <<http://www.stanford.edu/dept/HPS/Haraway/CyborgManifesto.html>>. Accessed on August 27, 2006.

HAYLES, N. Katherine. *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, literature and informatics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

KEIL, Ivete; TIBURI, Márcia. *Diálogo sobre o Corpo*. Porto Alegre: Escritos, 2004.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e Artes do Pós-Humano: da Cultura das Mídias à Cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2004[2003].

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. London: Penguin, 1994[1818].

SMITH, M. W. “Reading simulacra”. In: *Fatal Theories of Postmodernity*. New York: State Univeristy of New York Press, 2001.

VILLAÇA, Nízia. “Corpos de Arlequim”. In: *Em Pauta: Corpo, Globalização e Novas Tecnologias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Transformando a *capital do carvão* em cidade das etnias: o processo de transformação da identidade urbana de Criciúma/SC no período de seu centenário (1980)

**Michele Gonçalves Cardoso
Dorval do Nascimento**

RESUMO

As cidades da região carbonífera de Santa Catarina se formaram a partir de um duplo registro, aquele da imigração que forneceu o núcleo inicial de povoamento e o da indústria de extração de carvão mineral que moldou por longos anos as suas identidades urbanas e conformou uma cidade que podemos chamar de carbonífera. No cruzamento desses dois registros forjaram-se lutas de representações que implicaram num redimensionamento das identidades urbanas das cidades em questão, em especial no pós-guerra. Tomando Criciúma, a cidade pólo da região, como campo de observação e as comemorações do Centenário de colonização italiana da cidade como ponto de partida, serão analisadas os processos de mudança identitária da cidade, observando-se as novas representações que se estabelecem no imaginário urbano, os interesses sociais envolvidos e os meios encontrados para operar a transformação identitária da urbe.

Palavras-chave: Cidade. Identidade urbana. Etnicidade.

Transforming the *coal capital* in *ethnic city*: The process of urban identity transformation of Criciúma/SC in its one hundredth anniversary (1980)

ABSTRACT

The cities of the coal mining region in the state of Santa Catarina were formed from a twofold record, one related to the immigration process, which supplied the initial nucleus settlement, and one related to the coal mining industry, which molded for many years its urban identities and gave shape to what one might call a carboniferous city. In the crossroad of these two registers, battles for representation were forged, which resulted in the reshaping of the urban identities of these cities, especially during the post-war period. Considering Criciúma (the pole city of the region) as our field of observation, and considering the Italian colonization centenary of the city as the starting point, the identity changing processes of the city will be analyzed, focusing on the new representations that were established in the urban imaginary, the correlate social interests and the several ways used to operate the urban identity transformation.

Keywords: City. Urban identity. Ethnicity.

Michele Gonçalves Cardoso é bolsista de Iniciação Científica (PIC 170 UNESC, História).
Endereço para correspondência: Rua Imigrante Sônego, 215. Bairro Pinheirinho. CEP: 88805-130. Criciúma/SC. Telefone: (48) 3438 2526/ 9921 2594. E-mail: michelehist@gmail.com ou chellinhagc@yahoo.com.br

Dorval do Nascimento é Doutor em História (UFRGS) e professor do curso de História (UNESC). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Fone: (48) 3431 2623. E-mail: dna@unesoc.net
Endereço para correspondência: Avenida Centenário, 3980/301. Centro – Criciúma/SC. CEP 88802-001.

Textura	Canoas	n.16	p.127-141	jul./dez. 2007
---------	--------	------	-----------	----------------

Quando se comemora um centenário de uma cidade, os pensamentos estão voltados ao passado, analisando-se dessa forma o processo que a cidade vivenciou desde seus primeiros habitantes, como os fatos mais marcantes, até chegar-se naquele momento atual em que o passado é recordado no presente, sendo festejado, e almejando novas comemorações no futuro. Assim aconteceu com a cidade de Criciúma que, em 1980, festejou seu Centenário e utilizou a data para modificar a sua identidade urbana.

Criciúma teve como fator impulsionador de seu desenvolvimento urbano a extração de carvão e foi através desta atividade econômica que ela ficou conhecida nacionalmente, recebendo o título de “Capital Brasileira do Carvão”. Podiam ser evidenciadas diversas características na cidade atreladas ao carvão. A atividade carbonífera deixava marcas na cidade e em seus moradores; e dessa forma o imaginário do carvão foi se constituindo e a identidade de Criciúma foi se fixando em torno dessa atividade. No entanto, com o Centenário da cidade, uma outra representação identitária surge, colocando o carvão em segundo plano, centrando-se na importância da etnicidade na formação da cidade e na contribuição dos diversos grupos étnicos que ali se fixaram. A primeira iniciativa étnica pública voltada à valorização da etnicidade na cidade anterior ao Centenário surgiu em 1955, com José Pimentel, que propôs uma homenagem aos grupos étnicos formadores da cidade através de um monumento público¹.

A IDENTIDADE ÉTNICA EM CRICIÚMA

Na cidade de Criciúma, a identidade urbana sofreu um processo de alteração que teve nas comemorações do Centenário o seu momento culminante, a partir da valorização de relações de tipo étnico. Porém, na cidade o termo etnia era novo para a população, como se pode perceber nas palavras de Maria Marlene Milaneze Just, quando discorreu sobre a dificuldade de se fazer uma comemoração étnica em Criciúma, pois “numa cidade que ninguém conhecia nem a palavra etnia, eles [a população] não sabiam nem o que era etnia, nós que tivemos que fazer um trabalho nas escolas, nas escolas municipais e nas escolas estaduais com o professor”².

Este relato evidencia que a nova identidade urbana que estava sendo criada para a cidade não partia da iniciativa popular, e sim dos interesses da administração pública municipal, ainda que respondesse a demandas de determinados grupos sociais, àqueles que percebiam na etnicidade uma possibilidade de aumento de seu capital simbólico nas disputas sociais. A população conhecia e se identificava com a representação de cidade do carvão, pois era essa a imagem que os moradores vivenciavam no cotidiano. No entanto, a administração municipal deu enfoque à questão étnica nas comemorações do Centenário e colocou o carvão em segundo plano, sendo este visto como um elemento negativo para a cidade que se pretendia comemorar.

¹ PIMENTEL, José. Monumento ao Imigrante. *Tribuna Criciumense*, 01 ago. 1955, p.1-4.

² Maria Marlene Milaneze Just, entrevista concedida no dia 23 de mar. 2007. A entrevistada foi Secretária de Educação no município de Criciúma no período das Comemorações do Centenário, tendo participado ativamente como organizadora do evento.

O imaginário do carvão surgiu forte na cidade de Criciúma em meados de 1940, incentivado por uma política nacionalista do governo, uma política de afirmação do elemento nacional. Com a atividade carbonífera, também houve um aumento do número de “estrangeiros” na cidade, pois a atividade atraía muitas pessoas que vinham à procura de emprego. A presença dessas pessoas na cidade fazia emergir ações cotidianas de afirmação de identidades, em especial de grupos de descendentes dos imigrantes, que se agarravam às suas origens como forma de afirmação social. Esses sentimentos foram publicizados nas comemorações do Centenário, ao lado de outros processos culturais, desvalorizando o imaginário do carvão, como pode ser analisado em *folders* da prefeitura que destacavam os malefícios da extração carbonífera: “Praticamente destituída de atrativos naturais – de que são tão pródigas as cidades catarinenses – Criciúma ressentia-se ainda do fato de ter como principal atividade econômica uma ação necessariamente negativa sobre o meio-ambiente”.³

A “Capital Brasileira do Carvão” começou a ser vista por um outro aspecto, não tendo mais o fator econômico como principal enfoque na avaliação da cidade, e sim os problemas que a atividade carbonífera apresentava. Ainda no mesmo folder, a cultura da cidade recebeu ênfase já que, mesmo tendo a cidade reconhecimento nacional por sua economia, a população não teria, segundo essa visão, uma identidade cultural formada:

E o próprio exercício da exploração, evidenciada pela significativa contribuição que a cidade passou a dar ao Estado e ao País com o carvão e com azulejos, a cidade ressentia-se também da falta de uma identidade cultural e de um grau de coesão interna mais expressivo. Era como se a cidade, como núcleo natural de convivência e de encontro entre as pessoas, não acreditasse em si mesma e, por isso mesmo, não se assumisse por inteiro.⁴

Dessa maneira, a atividade carbonífera teria levado a cidade ao reconhecimento nacional, porém o carvão não teria consolidado uma identidade ou então, o que era mais plausível, consolidado uma identidade que era recusada. Neste período, a administração do então prefeito Altair Guidi se preocupava em tentar contornar os problemas gerados pela atividade carbonífera realizando diversas intervenções urbanas, como o calçadão da Praça Nereu Ramos, o Paço Municipal e a conclusão da Avenida Centenário, obras que buscavam criar uma cidade diferente, mais arborizada, mais acolhedora, e menos “suja e escura”.

Na história oficial de Criciúma já era relatada a idéia de que alguns grupos étnicos haviam sido responsáveis pela fundação da cidade. Citavam-se três grupos: italianos, alemães e poloneses. Seriam estes os que primeiro investiram na construção de

³ Folder da prefeitura em que a gestão faz uma avaliação sobre a cidade e as melhorias que a prefeitura teria realizado. Administração Altair Guidi. s/d. Arquivo Histórico de Criciúma – caixa 76.

⁴ Idem.

Criciúma, e esse fato faz com que os grupos e suas famílias ganhassem destaque neste discurso, pois,

as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2003, p.113)

Assim, a origem étnica se tornou um diferencial que foi utilizado nas relações sociais na cidade, como também nas relações de poder. Este papel que a identidade étnica desempenhou para os que se beneficiaram dela também pode ser analisado de outras maneiras, pois a identidade étnica toma vários aspectos na vida dos atores sociais. Se há alguns anos as pessoas tinham facilidade em se identificar, atualmente a identidade pode ser vista por tantos ângulos que se torna difícil responder quem somos nós hoje. Antes uma das principais formas de identificação era a identidade nacional que se constituía segundo Stuart Hall de cinco pontos: a narrativa da nação; a intemporalidade; a invenção das tradições; o mito fundacional; e o povo puro, um povo que seria original daquele país. (HALL, 2005, p.52-55).

No entanto, atualmente o eixo identitário não está voltado somente às identidades nacionais. A identidade pode ter vários âmbitos e particularidades. Surgiram em meados dos anos 80, novos movimentos que levantam bandeiras identitárias, tendo origem nas minorias que sofriam com os estereótipos negativos gerando preconceito, portanto, sendo excluídas socialmente. Esses movimentos objetivavam “questionar o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo ‘natural’, isto é, como uma categoria biológica” (SILVA, 2000, p.37). Dessa maneira, estas pessoas se uniram com as suas mais variadas características e se tornaram grupos sociais. “Os anos de 1980 foram uma década de inventividade frenética. Novas bandeiras foram costuradas e erguidas, novos manifestos elaborados, novos cartazes concebidos e impressos” (BAUMAN, 2005, p.42). Esses movimentos surgiram para suprir uma necessidade já que

a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social. Gênero, raça e herança coloniais comuns pareceram ser os mais seguros e promissores. (BAUMAN, 2005. p.42)

Dessa forma, a partir do surgimento destes movimentos contestatórios dos padrões da sociedade, uma única pessoa pode ser identificada com diversas identidades

sociais, já que pode exercer diversos papéis, como o de mulher, o de trabalhadora, de estudante, de militante político entre outras funções reconhecidas socialmente.

A questão da imigração e do reconhecimento social das famílias tradicionais de Criciúma pode ser visto num documento escrito em 1979, que tinha como objetivo fazer uma síntese histórica da cidade, sendo que neste é relatado o processo de imigração das três etnias, contando sua saída da terra natal, relatando também as dificuldades encontradas na viagem, e por último a chegada e a fixação na futura cidade de Criciúma. Aos italianos é atribuída a fundação da cidade “escolheram para acampar e sediar a nova colônia a margem de um riacho. Assim, às margens do Rio Criciúma, límpido e piscoso, funda-se a 6 de janeiro de 1880 o núcleo colonial de Criciúma.”⁵ Dez anos depois da chegada destes imigrantes italianos tem início a colonização polonesa:

se o desbravamento e colonização do atual sítio urbano de Criciúma e adjacências couberam ao elemento italiano, deve-se creditar ao imigrante polonês, oriundo de diversas cidades da Polônia, o mérito de ter plantado o primeiro núcleo de colonização na zona leste/nordeste do município.⁶

Chegam também neste período os imigrantes alemães “em que pese ser Forquilha considerado o núcleo que deu origem à colonização alemã do município”⁷. Os descendentes destas famílias eram neste momento pessoas de destaque em Criciúma. As três etnias tidas como fundadoras aparecem nas discussões sobre a cidade, marcando sua presença ao nomear bairros, ruas e praças com os nomes destas famílias. No entanto, nas comemorações do Centenário outros dois grupos étnicos são incluídos e tidos como fundadores da cidade: os portugueses e os negros.

A etnia portuguesa e a etnia negra não apareciam como fundadoras da cidade na história oficial. Muitos criciumenses não se identificavam como descendentes dos grupos tidos como fundadores, assim a entrada de mais dois grupos étnicos demonstra a política inclusiva que regia as comemorações do Centenário. A etnia portuguesa teria como objetivo representar uma parte da população que se poderia chamar de “brasileira” – maioria da população da cidade – e que não poderia ficar de fora do esquema identitário que então se elaborava.

A dificuldade com o grupo étnico português pode ser percebida nos relatórios das entrevistas que posteriormente serviram de base ao livro que Otilia Arns organizou, considerado como a obra oficial do Centenário (ARNS, 1985). As entrevistas mostram que a etnia portuguesa quase não dispunha de descendentes que se reconhecessem como tal⁸. Neste caso, durante as pesquisas, as pessoas consideradas portuguesas,

⁵ Síntese histórica. Arquivo Histórico de Criciúma. 17 out. 1979, caixa 34.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Entrevistas Descendentes da Etnia Portuguesa. Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 59.

geralmente ao responder sobre seus ancestrais, simplesmente se diziam brasileiros, não havia qualquer identificação com os costumes portugueses. Isso também pode ser evidenciado no livro (idem), pois poucos portugueses são citados tendo grande ênfase uma única pessoa, Dona Micas, como típica representante da etnia.

A presença do grupo étnico negro também se deu através do convite dos organizadores do Centenário. Estes entraram em contato com algumas pessoas e iniciaram reuniões com o objetivo de pensar que características desse grupo poderiam ser valorizadas por eles, sendo que essas reuniões foram iniciadas com a participação de três mulheres representando o grupo⁹. Os negros estavam presentes na cidade neste período, e muitos se reuniam em clubes e associações, porém não haviam se colocado como grupo étnico na cidade. Foi a partir desse convite, que as características e contribuições do grupo para o crescimento da cidade começaram a ser pensadas, como pode ser evidenciado neste texto, escrito por membros do grupo étnico negro:

Foi nos idos de 1912, 1913, que para cá vieram as primeiras famílias negras. Aqui chegaram com o coração cheio de esperança e com muita disposição para o trabalho. Fortes e sadios foram logo aceitos pelos colonos e faziam serviços pesados. Foi um começo duro, uma caminhada íngreme, mas os negros não desistiram. Esses negros contribuíram com seu braço forte sua energia vigorosa, de maneira bastante significativa para o progresso de Criciúma. Rasgaram a Estrada de Ferro, nesta região trabalhando no vigor dos ventos, no impiedoso inverno, na inclemência do sol, misturando a terra seu suor e lágrimas e a Estrada de Ferro que era sonho de todos que aqui moravam tornou-se realidade. Presentes também se fizeram os negros na abertura das minas. Sujeitaram a terra e dela arrancaram o carvão esse ouro negro tão responsável pelo progresso de Criciúma de SCat [Santa Catarina] e do Brasil. Na ânsia de extrair do solo o carvão alguns pagaram com a vida.¹⁰

Com essas colocações, o grupo étnico negro afirma sua característica de trabalhador e deixa clara a sua contribuição para Criciúma. Esta contribuição é vinculada à mão-de-obra que é utilizada na construção da estrada de ferro. Seu papel também fica vinculado ao trabalho nas minas de carvão. A própria festa cuja etnia negra ficou responsável acaba atrelando a imagem do grupo à atividade carbonífera, já que a festividade era a Festa de Santa Bárbara, também chamada nesse período de Festa do Carvão, sendo Santa Bárbara considerada padroeira dos mineiros. A atividade carbonífera recebe ênfase através da festa mesmo não sendo o foco do Centenário.

⁹ Maria Marlene Milanez Just, entrevista concedida no dia 23 de Mar. 2007. A entrevistada relata ter sido ela mesma a fazer o convite a pessoas para representarem a etnia negra.

¹⁰ Etnia negra. Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 72.

SANTA CATARINA E A QUESTÃO IDENTITÁRIA

A temática das identidades também esteve presente no âmbito estadual, passando por transformações no mesmo período. Vários interesses modificaram a imagem que o Estado tinha e obviamente estas atribuições identitárias tiveram reflexos em seus municípios.

O primeiro processo de construção da identidade catarinense teve como momento mais importante o Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, quando “o Congresso comemorativo do segundo centenário da colonização açoriana teve por objetivo ‘resgatar o importantíssimo papel do açoriano na colonização de Santa Catarina’” (FLORES, 1997). Neste período era importante ressaltar a brasilidade do Estado recorrendo assim aos açorianos do litoral e instituindo-os como povo formador. Esta construção também tentou reverter uma imagem negativa que se fazia do açoriano, a de que era pouco dado ao trabalho, dessa maneira, iniciando-se um processo para reverter essa imagem, legitimando o pouco sucesso econômico pelas condições naturais do litoral e também estimulando uma valorização da cultura que esse havia deixado.

Com o passar dos anos, essa identidade forjada a partir do elemento açoriano começou a ser modificada, já que a mesma não correspondia mais aos interesses de alguns grupos. O primeiro Governo Amin formulou um projeto identitário denominado Projeto de Identidade Catarinense centrado no jagunço morador do oeste, recordando assim a Guerra do Contestado e a coragem dos moradores daquela região. Contudo, esta representação do Estado não teve muita adesão, sendo necessária a criação de uma outra identidade. Esta oportunidade ocorreu com as enchentes em Blumenau nos anos de 1983 e 1984,

O jagunço, tão enaltecido através do Projeto de Identidade Catarinense, de repente é esquecido. Em seu lugar, se enaltece o descendente de alemães do Vale do Itajaí. O fato desta região ter sido a mais atingida pelas enchentes e de abrigar importante parque industrial do estado, teve influência significativa nesta inversão de valores na representação do estado. (FROTSCHER, 1998, p.33)

Por conta das enchentes, Santa Catarina teve destaque nacional, quando, juntamente com a catástrofe, também era noticiado o poder de reconstrução do povo. A imagem que se queria transmitir era a de esforço e trabalho, sendo que as enchentes não iriam desestimular o povo catarinense. Este trabalho tão enaltecido era uma característica que ficou atrelada à questão étnica, no caso, no grupo étnico alemão.

O trabalho passa a ser o elemento fundamental na campanha de reconstrução. A representação feita do blumenauense como ‘laborioso, solidário’, transpõe o universo cidadão para aqui também representar o catarinense em geral. (FROTSCHER, 1998, p.33)

Assim, a questão étnica passa a ser valorizada no Estado, exaltando o europeu, mais especificamente o alemão, numa campanha identitária que levaria o Estado a ser reconhecido como um pedacinho da Europa no Sul do País.

CRIANDO AS DIFERENÇAS: A CONSOLIDAÇÃO DOS DIFERENCIAIS ÉTNICOS

Ao se analisar o processo em que os grupos étnicos começaram a consolidar suas características particulares em Criciúma, quando estes se utilizaram de pesquisas e fizeram reuniões para estabelecer características, percebemos que os grupos tiveram que trabalhar com a idéia de cultura existente dentro do grupo (que no caso do grupo étnico português e negro nem sequer se tinha a idéia de grupo), assim como a idéia de cultura que esses grupos recebiam de membros de fora, pertencente a outros grupos.

De fato, definições exógenas e endógenas não podem ser analiticamente separadas porque estão em uma relação de oposição dialética. Elas raramente são congruentes mas necessariamente ligadas entre si, um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição. (POUTIGNAT; FENART, 1998, p.143)

Dessa maneira, para que os grupos étnicos pudessem aparecer e mostrar suas contribuições para toda cidade, estes deveriam estabelecer suas principais características étnicas e fazer um processo de diferenciação dos outros grupos. Essas características identitárias foram consolidadas a partir de entrevistas realizadas com os representantes mais velhos de cada grupo étnico, que deveriam responder a um questionário padrão, objetivando levantar dados referentes aos costumes no período da fundação da cidade referente ao grupo étnico que pertencia. As perguntas tinham de maneira geral este direcionamento: as roupas que usavam os fundadores; os hábitos alimentares e as comidas típicas; os perigos que os colonizadores tiveram que passar para construir a cidade; quais idiomas falavam; como era o clima e as catástrofes naturais; a religião que praticavam e a maneira como a praticavam; e também sobre a preocupação com os estudos. Centrados nestas discussões os grupos étnicos puderam “resgatar” suas características primordiais e transmiti-las aos outros grupos e também aos seus descendentes. Outro fator diferenciador pesquisado foi as danças típicas que seriam um elemento que iria caracterizar cada grupo pela maneira de dançar, assim como as roupas eram evidenciadas no momento das apresentações artísticas juntamente com as cores.

Assim, os anos que antecederam as Comemorações do Centenário de Criciúma foram de pesquisas para os grupos, promovidas pelo poder público municipal, pois estes de maneira geral não tinham realmente uma unidade, muitos não se reconheciam

como pertencentes a um grupo étnico, do mesmo modo como também não notavam a pertença de outros indivíduos de outros grupos. Após a consolidação dos grupos com suas características identitárias bem marcadas, estes puderam apresentar para toda a cidade as diferenças culturais que Criciúma apresentava.

Cada grupo, ao afirmar suas características étnicas, fez com que seu espaço fosse demarcado, ou seja, as características diferenciadoras podiam ser vistas como fronteiras étnicas demarcadas com diferentes elementos. Estas fronteiras são importantes para a manutenção dos grupos étnicos. Contudo, estas fronteiras não são fixas, pelo contrário são fluidas, estão sempre em movimento. Este fato permite que não seja impossível sua transposição, alguns indivíduos conseguem assimilar as características de um determinado grupo e de certa maneira ultrapassam a fronteira dos grupos. Isso quer dizer que esses grupos étnicos não mantêm algumas de suas características imutáveis. “No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas” (POUTIGNAT; FENART, 1998, p.154). No entanto, estas barreiras só podem ser formadas a partir do conhecimento dos outros grupos. Este processo que estamos descrevendo, de definição de grupos étnicos na cidade, demonstra que o ambiente para um grupo étnico manter seus traços culturais não é o isolamento, mas o contato com outros grupos, rompendo com “a visão simplista de que o isolamento geográfico e social tenham sido os fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural” (POUTIGNAT; FENART, 1998, p.188). Essa descrição sustenta-se a partir da contribuição de Fredrik Barth, (idem) que afirma que os grupos só se auto-afirmavam a partir do conhecimento de outros grupos, sendo que a consolidação da identidade étnica ocorre com o conhecimento das diferenças (idem, p.196).

Os referenciais étnicos resultantes das pesquisas realizadas em torno das cinco etnias apareceram de maneira nítida nas festividades, afinal a garantia de sucesso das festas estava na diferença. Estas festividades ocorreram no decorrer do ano comemorativo do Centenário, de 1980 a 1981. Foi um ano festivo em que cada grupo étnico ficou responsável por uma determinada festa. Nestas festas, as comidas típicas, as músicas típicas, as cores de cada grupo ficavam evidenciadas, assim como os hábitos, os jogos e a religiosidade. Ao analisarmos estas festividades podemos perceber que a cidade de Criciúma teve seu espaço físico dividido, tendo em algumas regiões a predominância de determinada característica étnica. Dessa maneira, o então distrito de Forquilha era atribuído ao grupo étnico alemão responsável pela Festa do Colono; a localidade de Linha Batista era atribuída aos poloneses com a Festa de São Cassimiro; a região mais central da cidade aos italianos com a Festa de São José; a localidade de Rio Maina caracterizada como portuguesa ficou com a festa de Santo Agostinho; e o grupo étnico negro também ficou centrado na região do Rio Maina e no Bairro Operária responsável pela Festa de Santa Bárbara. Ao reforçar a segmentação geográfica da cidade pelos grupos étnicos pode-se pensar que, dessa maneira, os promotores da festa passavam a idéia de isolamento dos grupos étnicos, fundamental para a formação dos grupos na concepção desses promotores. Assim sendo, o isolamento teria proporcionado também que suas características fossem mantidas no decorrer dos

anos, pois nestes núcleos era permitida a conversação no idioma dos fundadores, assim como a prática da religiosidade com características e linguagens étnicas. Também podemos analisar que esta segmentação estabelece uma geografia do poder entre os grupos étnicos, afirmando sua posição na cidade, com os italianos no centro e portugueses e negros mais na periferia.

Apesar de estes fatores espaciais indicarem uma segregação e também uma demarcação de territórios estabelecendo certa hierarquia, como no caso das famílias do centro, a política que predominava nas comemorações do Centenário buscava ser inclusiva. Fazia-se crer que o fato desses grupos terem estado isolados pudesse estimulá-los a um contato entre eles objetivando aumentar o conhecimento e o respeito entre estes grupos. Assim, a característica inclusiva e eleitoral ganha novos aspectos: a integração cultural. Essa integração estava presente no discurso do poder público que em todos os momentos e eventos ressaltava a importância de todos os criciúenses. A palavra “todos” estava muito presente, como no caso dos materiais de propaganda em que podiam ser lidos o *slogan* “A festa é de todos”, ou, como no caso do folder comemorativo da Independência do Brasil, “A Independência somos todos nós”¹¹.

No entanto, ao analisarmos esta postura no Centenário, de que os grupos étnicos deveriam se aproximar, conviver e se conhecer, baseando-se na idéia de que essa interação não existia, e que um dos fatores para que isso acontecesse fora o isolamento geográfico desses grupos étnicos, e que por conseqüência desse isolamento os grupos teriam mantido os seus costumes, percebemos que estes fatores ligados ao isolamento não existiram. Os grupos não ficaram isolados como dizia o discurso do centenário, pois os grupos não mantiveram suas características identitárias, fato evidenciado nas pesquisas que tiveram que realizar. Muitos não confirmavam ser pertencentes à determinada etnia, porque nem sequer tinham noção do significado desta palavra.

EVIDÊNCIAS PARA A POSTERIDADE: OS MARCOS QUE FICARAM NA CIDADE

Assim como os grupos étnicos tiveram que consolidar diferenciais identitários, a nova identidade criciúense também deveria deixar marcos que ficariam na cidade posteriormente as comemorações do Centenário. Esses marcos estariam presentes na cidade com o objetivo de estar sempre reforçando uma idéia, no caso, seriam representações materiais da identidade criciúense baseada na etnicidade. Dessa maneira, podemos analisar algumas propostas que foram realizadas neste período. Para uma primeira análise podemos pensar a EXPO 100, ela foi uma exposição realizada ainda durante as festividades de comemoração, que visava a demonstrar o potencial econômico da cidade, assim como sua diversificação para todo o estado catarinense.

¹¹ A Independência somos todos nós, comemore a semana da pátria. 07 set. 1980. Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 76.

Outro elemento importante na fixação da nova identidade urbana da cidade foi o concurso para a escolha de um hino do Centenário. Neste hino, deveria ficar expresso para as pessoas que vivenciaram este período, e também para as futuras gerações, o que o Centenário significou para Criciúma. Um outro marco importante estabelecido no Centenário foi a inauguração de um museu para a cidade. Um museu em que estaria exposto um pouco dos objetos e das características dos imigrantes, em que todas as etnias poderiam ter objetos para identificá-las na cidade. E para finalizar podemos analisar também o monumento do Centenário, que foi a representação maior para a cidade, pois ele seria um dos cartões postais de Criciúma e deveria representar a nova identidade da urbe.

A EXPO 100 foi uma exposição que contou com a participação de várias áreas do comércio e indústria cricumense. Seu objetivo era mostrar a todo o Estado e também ao país, o potencial da cidade, assim como estabelecer contatos comerciais com outros municípios da região. Como nos coloca Sandra Pesavento com relação às exposições universais, “não há como negar sua dimensão propriamente econômica, de feira de mercadorias, mostruário de novos produtos, meca de lucrativos negócios.” (PESAVENTO, 1997, p.43). Ao expor o potencial econômico da cidade, se desvinculava o carvão como atividade central diversificando a economia cricumense. A exposição ocorreu de 04 a 12 de Outubro de 1980, e prometia ser um dos grandes acontecimentos das comemorações. Nos dias que antecederam a abertura da exposição, o então vice-prefeito Mário Sônego foi entrevistado e discorreu sobre o sucesso que seria a EXPO 100 já que até aquele momento vários *stands* já haviam sido vendidos e outros já estavam reservados. O vice-prefeito também expôs a importância que a exposição estava dando para a cultura, com apresentações artísticas principalmente dos grupos étnicos, assim como os restaurantes típicos¹². O governador do estado Jorge Bornhausen abriu a EXPO 100 e em seu discurso “realçou o dinamismo do empresariado cricumense que tanto honrou, e honra, o espírito pioneiro voltado para o progresso do Município”(ARNS, 1985, p.233). A exposição reforçava o ideal de trabalho e progresso na cidade vinculando, dessa maneira, o trabalho dos pioneiros, dos grupos de imigrantes, ao sucesso econômico que a cidade vivia, ideal transmitido pelo Centenário.

Também foi realizado no período que antecedia o ano das Comemorações um concurso para a escolha de um hino para o Centenário de Criciúma. Este hino deveria retratar a idéia da nova identidade urbana, ou seja, deveria ser centrado na afirmação das cinco etnias. Várias pessoas mandaram sugestões, contudo, a primeira etapa do concurso resultou que “por unanimidade o júri concluiu que os trabalhos não ofereciam os requisitos exigidos no edital, tais como: originalidade, estilo e beleza poética, adequação ao ritmo melódico (métrica e rima), enlaçados aos temas históricos da cidade¹³. Dessa maneira, o concurso foi relançado. Se fizermos uma análise dos hinos que não foram escolhidos podemos perceber que com frequência estes tratavam do

¹² A EXPO 100 alcança ampla repercussão. *Tribuna Criciumense*. Criciúma, 13 de set. 1980, p.11.

¹³ Documento Hino do Centenário. Arquivo histórico de Criciúma, caixa 36.

tema carvão, ou até mesmo do azulejo, aparecendo expressões como “ouro negro do solo cavado” ou “capital do azulejo e do carvão”. Geralmente o carvão e a ênfase ao trabalho também eram temas correntes, como no lema “A capital do trabalho e do amor”. Isso demonstra que os autores tiveram contato com o livro *Criciúma_ Amor e Trabalho*, promovido pela gestão de Algemiro Manique Barreto, sendo que o livro, neste período, era uma das poucas publicações sobre a história de Criciúma (CRICIÚMA, 1977). Nestes hinos também havia referências aos imigrantes, com grande frequência alusões aos imigrantes italianos, como na frase “teu acalanto foi o sonho louro da raça da Velha Itália”. Como estes hinos não estavam adequados a nova identidade urbana, o concurso foi reaberto e teve como hino vencedor, por unanimidade, a letra do padre Cornélio Dall Alba¹⁴. Analisando o hino vencedor percebemos que sua letra se adequou a proposta do Centenário, em que poderia o carvão ser citado mas não deveria ser centrado nele, e as alusões a etnicidade deveriam abranger não uma única etnia, mas sim as cinco, como neste trecho “do trabalho de um povo arrojado; o italiano, alemão, polonês, africano e o luso irmanados; entoaram a música rude dos engenhos das minas e arados.” Assim, o carvão só é citado sutilmente e a identidade étnica é o cerne do hino, assim como foi de todo o Centenário.

Outro marco importante desse período, que permanece na cidade até os dias atuais, é o Museu da Colonização Augusto Casagrande. Um museu geralmente é um dos lugares mais visitados por turistas, como por estudantes e moradores. Um local em que se associa ser um lugar no qual um pouco da história da cidade em questão está guardada. Assim, um museu nomeado como *da colonização*, que teria sido realizada por cinco etnias, estaria expressando essa nova identidade urbana de Criciúma e ajudando a fixar na mente de seus visitantes a idéia da cidade das etnias. Apesar de o museu ter sido um dos meios para a divulgação bem como o de reforçar a idéia da identidade étnica na cidade, a vontade de se fazer um museu em Criciúma já havia sido levantada por algumas pessoas. Contudo, foi só com o incentivo do Centenário que o museu surgiu. Podemos perceber este processo de formação do museu nas palavras do professor Nivaldo Aníbal Goulart que foi uma das pessoas envolvidas na coleta dos objetos,

A gente chegou assim nas proximidades dos anos 80, do Centenário com um acervo bastante grande e daí a cidade se mobilizou pro Centenário e formou o Conselho Municipal de Cultura me chamaram para participar do Conselho Municipal de Cultura e daí o museu mais ou menos entrou na pauta¹⁵.

Como a idéia já vinha de alguns anos anteriores, a arrecadação de objetos já havia sido iniciada em meados de 1978/79, através de uma gincana do Colégio Madre

¹⁴Hino do Centenário já é conhecido. *Tribuna Criciumense*. 10 nov. 1979, p.11.

¹⁵Nivaldo Aníbal Goulart, entrevista concedida em 21 de Dez. 2006. O entrevistado era professor da FUCRI no período e já trabalhava com a arrecadação de objetos para o museu quando foi convidado para participar do Conselho Municipal de Cultura do Centenário.

Teresa Michel, sendo que os objetos recolhidos na gincana juntamente com algumas doações eram levados a FUCRI – Fundação Universitária de Criciúma.

Assim, para que a idéia do museu se tornasse uma realidade, foi criada uma Comissão específica dentro da Comissão Central dos Festejos. Como já haviam sido coletados vários materiais, começaram as negociações para o local do museu. A família Casagrande, representada por Joacy Casagrande Paulo, doou uma casa, que foi uma das primeiras construções de alvenaria cidade, para que fosse instalado o museu, impondo uma condição: “a família dá esse casarão aqui com terreno anexo só que tem que botar o nome do meu avô, o Augusto Casagrande”¹⁶. Assim surgiu o Museu da Colonização Augusto Casagrande. Ao receber esta nomenclatura o museu acabava por privilegiar uma única etnia, no caso a italiana.

Outro marco importante utilizado nas Comemorações foi a construção do monumento às etnias que atualmente é um dos cartões postais de Criciúma. O monumento objetivava ser o memorial da cidade, lugar que homenagearia as cinco etnias fundadoras. A escolha do monumento foi realizada através de concurso que teve como vencedor o arquiteto Manuel Coelho que nesse período lecionava na Universidade Federal do Paraná. A obra realizada apresenta cinco colunas de tamanhos diferentes, dispostas de maneira hierárquica, ou seja, do maior para o menor. O monumento proporciona margem a diversas interpretações. Uma delas é a de que as colunas representariam as cinco etnias, a maior, portanto a mais valorizada, seria a etnia italiana, seguida da alemã, a polonesa, a portuguesa e a menor, a negra. No entanto, a versão oficial apresentada no período do Centenário é a de ser uma mão que sai da terra e ganha espaço. Podemos ver este discurso no jornal da época, que tenta interpretar o monumento “em meio da adversidade e desesperança, essa semente [que seria a obra dos fundadores] fundou raízes profundas e ergueu uma cidade sobre o nada, arrancando da terra um testemunho de luta, de perseverança e de grandeza”¹⁷. O fato de relacionar a terra ao progresso também demonstra sutilmente a presença do carvão, a idéia de que o progresso econômico teve início no solo, contudo, em nenhum momento, o carvão é citado no monumento, nem nas justificativas apresentadas para os criciumenses, nem no discurso do prefeito na inauguração. Já a terra é valorizada em vários momentos: “do fundo da terra brotou um novo tempo. Do fundo da terra, somando e integrando seu trabalho, cinco etnias extraíram a energia que as impulsionou para frente e para cima, etapa após etapa”. Assim, a justificativa do memorial foi apresentada e o mesmo foi construído numa praça especial situada no Paço Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Criciúma até o momento de seu Centenário tinha sua imagem urbana centrada na atividade carbonífera. No entanto, o imaginário do carvão já não satisfazia

¹⁶ Idem.

¹⁷ Monumento da Colonização. *Tribuna Criciumense*. 06 set. 1980, p.05.

mais alguns grupos na cidade. A economia baseada no carvão acarretou momentos de crises e também de apogeu em Criciúma, por sua instabilidade surge a necessidade de se modificar sua identidade. Fica claro que a valorização das etnias não foi inventada nesse período; na realidade, apesar de não ser uma questão que envolvesse a maioria dos moradores da cidade, ela era falada e vivida por algumas minorias. Esse foi um dos motivos dessa identidade ter sido trabalhada e aceita por grande parte da população.

As mudanças identitárias ocorrem em vários âmbitos, tanto na vida dos sujeitos, quanto nas nações, por exemplo. Muitas identidades surgem por interesses de afirmação de diversos grupos sociais. A própria identidade urbana está sujeita a modificações, dependendo dos benefícios que as identidades trazem e quem são os beneficiados, ou também, quem é excluído, tudo isso implica novas posturas ao se analisar o contexto da cidade.

Basear na etnicidade a identidade de uma cidade que já era reconhecida nacionalmente pela atividade carbonífera foi uma grande mudança, muito bem articulada, pois podemos pensar que as etnias escolhidas para fazer parte das comemorações não eram as únicas da cidade, e também não foram escolhidas de maneira aleatória. A própria história da cidade começa a ser contada a partir da chegada dos colonizadores excluindo a história que a região tinha anteriormente com as comunidades indígenas.

Abranger diversos grupos étnicos objetivava a inclusão, pois dessa maneira, muitas pessoas poderiam ter o sentimento de pertença na formação da cidade, já que antes não podiam se sentir assim porque não apareciam na história oficial da urbe. Essa idéia de fazer com que todos se sintam importantes e agentes responsáveis pelo progresso de uma cidade mostra o exercício da política nas comemorações do Centenário.

Os marcos deixados pelo Centenário ainda aparecem na cidade fazendo sua afirmação identitária. Criciúma atualmente realiza todos os anos a “Festa das Etnias – Quermesse de Tradição e Cultura”. Isso evidencia que a identidade que ganhou ênfase no Centenário ainda permanece na cidade; a identidade urbana de Criciúma realmente se solidificou e a antiga “Capital Brasileira do Carvão” se tornou a “Cidade das Etnias”.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Otilia. *Criciúma 1880 – 1980 – A semente deu bons frutos*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1985. 260p.
- BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 311p.
- CRICIÚMA. *Criciúma – Amor e Trabalho*. Criciúma: Prefeitura Municipal, 1977.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. A autoridade do passado. In: *A farra do boi: palavrões, sentidos ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

- FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. Dissertação – UFSC, Florianópolis, 1998.
- PESAVENTO, Sandra. *Exposições universais – Espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 231p.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 250 p.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. 133p.

FONTES

1 Arquivo Histórico de Criciúma

1.1 Jornais

- A EXPO 100 alcança ampla repercussão. *Tribuna Criciumense*. 13 set. 1980. p.11.
- HINO do Centenário já é conhecido. *Tribuna Criciumense*. 10 nov. 1979, p.11.
- Monumento da Colonização. *Tribuna Criciumense*. 06 set. 1980. p.5.
- PIMENTEL, José. Monumento ao Imigrante. *Tribuna Criciumense*, 01 ago. 1955, p.1-4.

1.2 Documentos

- A INDEPENDÊNCIA somos todos nós, comemore a semana da pátria. 07 de Set. 1980, caixa 76.
- DOCUMENTO Hino do Centenário Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 36.
- Entrevistas Descendentes da Etnia Portuguesa. Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 59.
- ETNIA negra. Arquivo Histórico de Criciúma, caixa 72.
- FOLDER da prefeitura onde a gestão faz uma avaliação sobre a cidade e as melhorias que a prefeitura teria realizado. Administração Altair Guidi. S/d, caixa 76.
- SÍNTESE histórica. Arquivo Histórico de Criciúma. 17 de Out. 1979, caixa 34.

2 Orais

- NIVALDO Aníbal Goulart, entrevista concedida em 21 dez. 2006.
- MARIA Marlene Milanez Just, entrevista concedida no dia 23 mar. 2007.

Normas editoriais

TEXTURA, revista semestral da Universidade Luterana do Brasil, destina-se a publicar trabalhos de cunho acadêmico de pesquisadores nacionais e estrangeiros vinculados às áreas das ciências humanas, história e letras que se enquadrem nas normas da revista, sendo aceitos trabalhos em língua portuguesa, inglesa e espanhola.

Os trabalhos enviados para publicação devem ser endereçados para o Prédio 11, Sala 21, Departamento de Língua e Literatura, aos cuidados da Comissão Editorial da revista, na Av. Farroupilha, 8001 – Bairro São José – CEP 92425-900- Canoas/RS. Quaisquer informações adicionais, favor escrever para os seguintes endereços eletrônicos: Prof^ª Jane Thompson Brodbeck (editora-chefe da *TEXTURA* - j.tb@cpovo.net), e Prof^ª Maria Angélica Zubaran (editora assistente - mariazubaran@yahoo.co.uk).

Observa-se que a revista possui um perfil mais voltado às áreas humanísticas, portanto, trabalhos de caráter eminentemente científico, entenda-se vinculado às áreas técnicas, não fazem parte do corpo da revista. Além disso, considera-se trabalho de cunho acadêmico aquele que, por sua natureza de *originalidade, ineditismo, e relevância*, venha a prestar uma contribuição significativa para a veiculação de conhecimento e/ou pesquisas realizadas bem como capítulos de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

1 APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1.1 os trabalhos devem ser encaminhados em duas vias, em folha de papel branco, tamanho A4 (210x 297mm), juntamente com cópia digitada em disquete 31/2, confeccionada com fonte Times New Roman, tamanho 12, com margens de 25mm e espaçamento de 1,5, utilizando o Word. 6.0 ou superior, as páginas devem ser numeradas a partir da folha de rosto, no canto superior direito;

1.2 os trabalhos deverão ter de 10 a 20 laudas;

1.3 os artigos devem seguir as normas da ABNT, utilizando-se as notas de rodapé apenas para observações referentes ao texto, e não ao autor/obra que deverão vir entre parênteses no corpo do texto;

1.4 todos os artigos enviados deverão conter um resumo em língua portuguesa e em língua inglesa (*abstract*) de (6) seis a (10) dez linhas, introduzindo o artigo, juntamente com palavras chaves em português e em inglês (*key words*), obrigatoriamente, no número de três. Recomenda-se que os *abstract* sejam revisados por profissionais fluentes em língua inglesa, evitando-se os *translators* da INTERNET;

1.5 a apresentação deverá conter: identificação, com título, subtítulo (se houver), nome(s) do(s) autor(es), maior titulação acadêmica, cargo atual, instituição que exerce suas funções, telefone, endereço profissional, além do endereço eletrônico;

1.6 Os trabalhos entregues em idioma estrangeiro poderão utilizar outras normas aceitas internacionalmente tais como APA, MLA, etc.

2 PUBLICAÇÃO

2.1 Os trabalhos remetidos para publicação serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial ou de outros consultores por este designados, de acordo com as especificidades do tema. Em se tratando de artigo escrito por aluno/a, deverá constar o/a nome do/a professor/a orientador/a;

2.2 Os autores serão comunicados, através de correspondência, da aceitação ou recusa de seus artigos. A Comissão Editorial não se responsabiliza pela devolução dos originais remetidos;

2.3 Havendo necessidade de alteração quanto ao conteúdo do texto, será sugerido ao autor que as faça e devolva no prazo estabelecido. Solicita-se revisão minuciosa do artigo no que tange à adequação lingüística;

2.4 Os autores receberão um exemplar da revista.

2.5 O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

